Vanessa Maria Brandão e Vale Cortinhas Patrício Santana

MORALIDADE E ESTÉTICA:
A RELAÇÃO [ESTREITA] ENTRE O BELO E O BOM

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor Pedro Almeida

E coorientação da Professora Doutora Carla Cardoso

2015

RESUMO

Estudos recentes têm salientado a influência exercida pela atratividade, não só na avaliação de atributos sociais e psicológicos, como na opção por estilos de vida desviantes e probabilidade de reincidência (Mocan & Tekin, 2006; Wout & Sanfey, 2008; Griffin & Langlois, 2006). Assim, o presente trabalho teve como objetivo, à luz de uma Criminologia do ator (Debuyst, 1986) e de uma fenomenologia existencial da moral, avaliar a influência da atratividade no julgamento moral, por via da intenção. Para o efeito, procedeu-se à elaboração de um protocolo experimental, aplicado a uma amostra de 101 estudantes da Universidade do Porto, que concatenava cenários de efeito Knobe morais de duplo efeito, morais de meios e não morais, com imagens de faces atrativas ou não atrativas, solicitando aos participantes que avaliassem moralmente o ato e que indicassem em que medida o agente teve intenção de o praticar. Os resultados demonstraram que, para os avaliadores do sexo feminino, a atratividade exerceu influência na dotação de intenção dos agentes, mas não na avaliação moral do ato. Já no caso dos participantes masculinos, não se verificou a influência da atratividade nem para a dotação de intenção dos agentes, nem para a avaliação moral do ato. Verificou-se ainda que a atratividade exerceu influência na dotação da intenção apenas no caso dos cenários morais de duplo efeito e na avaliação moral apenas nos cenários de norma descritiva e convencional, não se verificando nem na dotação de intenção, nem na avaliação moral dos cenários morais de meios. Verificou-se ainda que a qualificação moral do ato na avaliação moral dos cenários, era mais importante para os participantes masculinos do que para os participantes do sexo feminino. Os resultados observados são discutidos à luz das teorias evolutivas, sociobiológicas e fenomenológicas, de acordo com os mais recentes avanços empíricos, culminando na enunciação das limitações observadas e nas pistas que o presente estudo lança para futuras investigações.

Palavras-chave: Julgamento Moral; Moralidade; Intenção; Estética; Atratividade; *Knobe effect*.

ABSTRACT

Recent work sheds light into the influence that attractiveness exerts not only in the ascription of social and psychological attributes, but also in deviant behavior choices and recidivism likelihood (Mocan & Tekin, 2006; Wout & Sanfey, 2008; Griffin & Langlois, 2006). Therefore, the current study aimed to, in the light of a Criminology of the ator (Debuyst, 1986) and of an existential phenomenology, analyze the impact of attractiveness in moral judgment, through intention. Consequently, we performed an experimental protocol, administered to 101 students of the Oporto University, which combined *Knobe effect* scenarios of side-effect moral rules, non-moral rules and *Knobe effect* means scenarios, with attractive or unattractive faces, asking, afterwards, the participants to morally evaluate the act of the agent and to ascribe how much intention the agent had on doing it. The results show that for the female participants, attractiveness did exert influence in the intention ascription, though it did not in what concerns the moral evaluation of the agent's act. In respect to the male participants, such influence was not observed, neither in the intention ascription, nor in the moral evaluation of the act. We also found that attractiveness did influence the intention ascription in the case of moral side-effect scenarios, and the moral evaluation in the case of the conventional and descriptive norms scenarios, however it did not influence neither the intention nor the moral evaluation in the case of the neutral scenario and the means scenarios. Finally we found that in regarding the moral evaluation of the scenarios, the moral qualification of the act was more important for male participants, than it was for female participants. Results are discussed in terms of evolutionary, sociobiological and phenomenological theories, according to the most recent empirical findings, where we end by uttering the main limitations of the present study, as well as the clues it depicted for future research to be done.

Keywords: Moral Judgment; Morality; Intention; Aesthetics; Attractiveness; *Knobe effect.*

Ao que de belo e bom existe na minha vida:

o meu marido, os meus filhos e

tu, mãe.

AGRADECIMENTOS

"*Qualquer ideia magnífica é absolutamente fascinante e absolutamente inútil até a pormos em prática*"[1], pelo que, não poderia deixar de dirigir os meus agradecimentos à Professora Doutora Carla Cardoso, por me ter encorajado a colocar em prática a *ideia*, sem a qual, este trabalho não emergiria, e ao Senhor Professor Doutor Cândido da Agra, por acreditar em mim e me mostrar que as *ideias* podem tornar-se magníficas.

Ao meu Orientador Professor Doutor Pedro Rocha Almeida, cabe a minha mais sincera gratidão e reconhecimento que aqui não se bastará, pela orientação, mentoria, pedagogia, paciência, investimento, disponibilidade, boa disposição, partilha de conhecimento, confiança e tantas outras coisas, sem as quais teria sido impossível concretizar as *ideias*.

À minha Coorientadora, Professora Doutora Carla Cardoso, agora, pelo apoio e orientação, pela disponibilidade, pela confiança e principalmente pela constante lembrança de que o trilho se percorre com os pés no chão.

À Gilda, pelo carinho, pelos sorrisos, pelas constantes lembranças e avisos, pela amizade e apoio, pela confiança e acima de tudo por me lembrar da pessoa que sou.

Ao João, pelas amenas cavaqueiras, pelas conversas de coisas eruditas e das que fazem rir, pelas *ajudinhas* de última hora e até por me ensinar o que são Gambás.

À minha mãe, por todos aqueles dias em que me ouviu, por todos os dias em que já nem me podia ouvir, por tudo o que me transmitiu, e acima de tudo por me ter feito crescer a acreditar em *ideias.*

Ao meu marido, pela confiança depositada, pela força e coragem com que sempre me abraçou, pela mão forte com que me segurou de todas as vezes que tropecei e, sobretudo, pelo amor incondicional ao longo da minha vida.

E por fim, aos meus filhos, pelas brincadeiras e pelos sorrisos, pelos abraços e beijos e, principalmente, por compreenderem todas as horas da minha ausência, em que tentava não fazer das *ideias*, inúteis.

[1] Richard Bach *in "Um"*

ÍNDICE DE MATERIAIS

RESUMO ..... **I**

ABSTRACT ..... **II**

AGRADECIMENTOS ..... **IV**

ÍNDICE DE MATERIAIS ..... **V**

ÍNDICE DE TABELAS ..... **VII**

ÍNDICE DE FIGURAS ..... **IX**

INTRODUÇÃO **1**

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO **3**

1. O DEVER MORAL OU O SER MORAL E PORQUE O DESENVOLVIMENTO DA MORAL IMPORTA (AINDA MAIS) HOJE 3
   - *1.1 Consciência ou Insciência* *3*
   - *1.2 A construção do Sujeito como Sujeito Moral* *5*
   - *1.3 Sociedades transéticas e transestéticas* *6*
2. O BELO E O BOM: HIPOSTASIANDO A DIALÉTICA AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO MORAL 10
   - *2.1. O Sujeito intencional e o objeto moral* *10*
   - *2.2. Moralidade: Sensível ou inteligível* *13*
   - *2.3. Acedendo aos primeiros rasgos de moralidade* *15*
   - *2.4. O contributo das Neurociências* *18*
   - *2.5. O efeito da atratividade no juízo moral: alusão ou ilusão?* *24*

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIA **34**

1. OBJETIVOS E HIPÓTESES 34
2. MÉTODO 34
   - *2.1 Desenho da investigação* *34*
     - 2.1.1 Estudo Exploratório da atratividade - RaFD 36
     - Amostra 37
     - Procedimento 37
     - Resultados 38
     - 2.1.2 Estudo exploratório da qualidade moral – Cenários *Knobe effect* 39
     - Amostra 39
     - Procedimento 39
     - Resultados 41

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIA E RESULTADOS **45**

- 3.1 Metodologia 45
- Amostra 45
- Procedimento 45
- Procedimentos estatísticos 48
- 3.2. Resultados 48

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÃO **72**

CONCLUSÃO 81

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **83**

ANEXOS **95**

ANEXO 1 ..... **96**
ANEXO 2 ..... **107**

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – CENÁRIO FÁBRICA NA CONDIÇÃO BOA E NA CONDIÇÃO MÁ – *KNOBE EFFECT* 27

TABELA 2 – ATRATIVIDADE EM MÉDIA DOS ROSTOS FEMININOS 38

TABELA 3 – ATRATIVIDADE EM MÉDIA DOS ROSTOS MASCULINOS 38

TABELA 3 – ATRATIVIDADE EM MÉDIA DOS ROSTOS MASCULINOS (CONTINUAÇÃO) 39

TABELA 4 – MEDIDAS DE MÉDIAS E DESVIOS PADRÃO OBTIDAS POR CENÁRIO 41

TABELA 4 – MEDIDAS DE MÉDIAS E DESVIOS PADRÃO OBTIDAS POR CENÁRIO (CONTINUAÇÃO) 42

TABELA 5 – TESTE *T* PARA CENÁRIOS MORAIS 42

TABELA 5 – TESTE *T* PARA CENÁRIOS MORAIS (CONTINUAÇÃO) 43

TABELA 6 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A INTENÇÃO 49

TABELA 7 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A MORAL 49

TABELA 8 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA O TEMPO DE REAÇÃO INTENÇÃO 50

TABELA 9 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA TEMPO DE REAÇÃO MORAL 50

TABELA 10 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A INTENÇÃO NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS 51

TABELA 11 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A MORAL NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS 51

TABELA 11 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A MORAL NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS (CONTINUAÇÃO) 52

TABELA 12 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA O TEMPO DE REAÇÃO INTENÇÃO NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS 52

TABELA 13 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA O TEMPO DE REAÇÃO MORAL NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS 53

TABELA 14 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO PAUSA 53

TABELA 14 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO PAUSA (CONTINUAÇÃO) 54

TABELA 15 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO COMANDANTE 56

TABELA 15 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO COMANDANTE (CONTINUAÇÃO) 57

TABELA 16 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO FÁBRICA 58

TABELA 16 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO FÁBRICA (CONTINUAÇÃO) 59

TABELA 17 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO GANG 60

TABELA 17 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO GANG 61

TABELA 18 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO HERANÇA 61

TABELA 18 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO HERANÇA (CONTINUAÇÃO) 62

TABELA 19 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO TENENTE 63

TABELA 19 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO TENENTE (CONTINUAÇÃO) 64

TABELA 20 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO TERRORISTA 65

TABELA 20 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO TERRORISTA (CONTINUAÇÃO) 66

TABELA 21 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DOS CENÁRIOS KILT E CÃO..... 67

TABELA 21 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DOS CENÁRIOS KILT E CÃO (CONTINUAÇÃO)..... 68

TABELA 22 – ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CENÁRIO CANECA..... 69

TABELA 23 – CORRELAÇÃO ENTRE ATRATIVIDADE, INTENÇÃO E JULGAMENTO MORAL . 70

TABELA 24 – CORRELAÇÃO ENTRE ATRATIVIDADE, INTENÇÃO E JULGAMENTO MORAL NA AUSÊNCIA DE CENÁRIOS NÃO MORAIS 71

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA EXEMPLIFICATIVO DA ESTRUTURA DO PROTOCOLO EXPERIMENTAL 47

INTRODUÇÃO

Desde cedo se ocupou o pensamento em refletir o crime à luz da relação do Homem com a moral e com as escolhas do seu agir no Bem e no Mal, intentando-se escrever sobre a apreensão do bom, do belo e do justo (Faria & Agra, 2012, p. 31), onde se apartam as ideias ao longo da gestação da Criminologia em epistemes difusas mas com um ponto em comum em determinado momento, o da "moral do Homem que se torna objeto" (Faria & Agra, 2012, p. 46). Estas escolhas do agir surgem, na palavra de Christian Debuyst cada vez mais ligadas a uma noção de homem como ator social, que não é nem determinado nem totalmente livre na sua conduta, mas que age num sistema (Debuyst, 2012, p.74), ou no discurso de Mota Cardoso, uma "unidade global", que é continuidade do sentido onde interage a constituição anímica do ser com a unidade contextual do ambiente (Cardoso, 2012, p. 463).

Sendo o crime "inerente à própria condição social da humanidade" (Agra, 2006, p.7), podemos afirmar que um dos principais papéis da Criminologia é tornar inteligível o fenómeno criminal, procurando descrever e compreender os comportamentos caracterizados como desviantes (Cusson, 2006, p.13) numa determinada sociedade, época e local. O crime não passa de uma entidade abstrata, inexiste em si mesmo enquanto ato (Poiares, 2008, p. 14). O que existe são criminosos, transgressores, desviantes. A Criminologia do ato passa a uma Criminologia do ator (Debuyst, 1986).

Se o crime se materializa no Homem como ator, que transgride, viola, ou se desvia de uma norma social, importa compreender à luz da Criminologia, como se constrói esta relação do homem social com o objeto moral, com a norma. Na existência de propriedades tangentes à "diversidade dos objetos de estudo da Criminologia (criminoso, vítima, sistema de controlo formal, in-segurança, etc)" (Faria & Agra, 2012, p. 27), uma delas será certamente o julgamento moral. Pelo que, importa desde logo compreender o surgimento desta capacidade eminentemente humana, que nos permite a ereção de normas e sanções razoavelmente aceites entre os homens de uma determinada comunidade.

O presente estudo visa assim, transpor a agência humana no fenómeno criminal, à moralidade, esboçando uma ponte conceptual que permita, de certa forma, a travessia entre o ser e o dever ser, num sistema de interação constante entre o sujeito e o objeto. Uma tão-somente busca pela compreensão do desenvolvimento da moralidade no Homem, da sua relação com as normas e o desvio, na procura do surgimento da moral e da noção de transgressão, do bom e do mau - valores fundamentais para a noção de correto e errado num

julgamento moral. Em suma, visa compreender os processos por trás desta universalidade moral que ultrapassa a diversidade cultural, temporal e espacial, e que é ela a observância da constante e invariante edificação de normas no seio de uma comunidade, independentemente do seu conteúdo formal, que faz de todos nós legisladores e magistrados, penalistas e juristas do quotidiano, desde o nascimento até à morte.

A valoração estética, sendo um valor não ético e não moral (Hessen, 1937) e assumindo-se como uma apreensão rápida e automática, é todavia elencada na literatura como exercendo influência em diversos julgamentos e avaliações sociais. Assim, assomou-se objetivo central deste trabalho a avaliação desta vetusta (se não estreita) relação que desde sempre espoletou interesse em todos os domínios do saber, entre a valoração estética e o julgamento moral.

O âmago do estudo, posicionando-se numa perspetiva fenomenológica existencial, versa, destarte, sobre o julgamento moral enquanto resultado de mecanismos e processos complexos que integram, acima de tudo, a dotação de intenção (Hamlin, 2013; Premack, 1993; Ricouer, 1995; Pita, 1999). Procurar-se-á, uma vez ressalvando a literatura que tais mecanismos se não confinam exclusivamente aos domínios do racional e cognitivo, avaliar a influência que o valor além-moral (Prinz, 2007) da atratividade poderá exercer aquando de um julgamento moral, salientando que tal influência a exercer-se se observará por via da intenção percebida/dotada aquando da avaliação da atratividade.

Deste modo, o atual trabalho é estruturado ao longo de quatro capítulos cabendo ao primeiro o foco na revisão da literatura, procurando refletir o *estado da arte* atual e abarcar os conceitos alicerçais inerentes ao tema e objetivos do estudo, nomeadamente as principais teorias científicas e filosóficas do desenvolvimento moral, da dotação de intenção e da perceção estética e sua interligação a atributos valorativo. Serão ainda explorados os estudos empíricos mais recentes no âmbito do julgamento moral, da dotação de intenção e da avaliação estética. Ao segundo e terceiro capítulos caberá a descrição e exposição da metodologia utilizada na presente investigação, tal como os objetivos e hipóteses do estudo, a fundamentação instrumental, caracterização da amostra, relação dos procedimentos dos estudos piloto e final e por fim, a análise de resultados.

O quarto capítulo reservar-se-á à discussão dos resultados, limitações encontradas, e enquadramento teórico dos resultados nos mais recentes estudos e enunciando pistas para possíveis investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O Dever moral ou o Ser moral e porque o desenvolvimento da moral importa (ainda mais) hoje

1.1 Consciência ou Insciência

O discurso sobre o julgamento moral, permaneceria insípido sem uma breve e inicial referência ao que lhe confere grau e propriedade e nos permite dantes e doravante operá-lo: a consciência.

Uma das crenças inabaláveis do ser humano é a de que vive no presente, com a capacidade de recordar o passado e prever ou projetar o futuro, afirmando-se a simultaneidade entre o estímulo do mundo e a consciência desse mundo contudo, a nossa consciência apesar de ter uma distância breve com o presente não está no presente. Existe um hiato temporal entre a efetiva representação do estímulo e a sua perceção consciente (Alves, 2013, p. 29).

O "acesso" à consciência é algo de difícil trato. Para Alves (2013), apesar de todos possuirmos uma consciência, esta é privada e vivenciada apenas sob uma experiência subjetiva pelo outro.

Libet (2005) admite que diversas respostas se poderão dar sem acesso à consciência e procurou medir a relação temporal entre o início da atividade neuronal e a consciência de ter vontade de agir, propondo a existência efetiva de uma duração mínima da atividade neuronal para a emergência da consciência, duração temporal esta impercetível para o ser humano. Para Libet (2005), a experiência subjetiva de *ter vontade de agir* surgiria 0,5 segundos depois de se ter iniciado a atividade cortical relacionada com a ação particular. Existiria assim um período de latência para acontecer a adequação neuronal necessária à perceção de um estímulo sensitivo (Alves, 2013).

A vontade de agir é considerada o principal motor das ações livres. Todavia, as experiências de Libet postulam que a consciência não tem um papel preponderante nas ações, onde a atividade cerebral relacionada com a ação precede a consciência do querer agir. A consciência e a vontade surgem nessora como um efeito secundário das atividades cerebrais sendo na verdade as decisões que profundamente parecem conscientes processos inconscientes e automáticos. A consciência surgiria como um epifenómeno e a liberdade uma

ilusão porque a consciência de querer surge apenas depois do início da atividade cerebral (Alves, 2013).

Diversos autores se apressaram a criticar a teoria proposta por Libet, reduzindo substancialmente o hiato temporal para os modestos 80 milissegundos, onde tudo o resto seriam artefatos metodológicos (Alves, 2013). Não obstante a controvérsia, torna-se inegável o desfasamento da experiência subjetiva ameaçando a consciência fruir-se num epifenómeno.

Adicionalmente coloca-se a questão sobre a emergência ontológica da consciência. Uma vez que muitas tarefas de índole reflexiva e abstrata podem ser realizadas sem recurso à consciência, esta pode nem sempre ter existido. A este exemplo Haggard (2005) defende que os processos de seleção entre ações alternativas podem resultar de processos rotineiros operando automática e inconscientemente. A consciência surge da comunicação da vida social, da emergência da cultura (Dennett, 2003) e só então se assume como centro gravítico do "eu", como identidade, como agir humano no mundo. Existe com efeito um *eu*, mas este tratar-se-á de um processo e não de uma entidade (Damásio, 2010; Kaku, 2014). Pese embora o preponderante papel do córtex pré-frontal nas tomadas de decisão, não se assume como homúnculo da consciência, não só porque se desmistificou a ideia de que o pensamento se encontra concentrado num único centro, mas também porque grande parte das decisões dos seres humanos são rápidas e independentes da ação do neo-córtex (Kaku, 2014). A mente assemelha-se mais a uma "sociedade de mentes" (Minsky, 2007, citado por Kaku, 2014).

Kaku (2014) realizando uma breve síntese às mais recentes descobertas cientificas levadas a cabo para a exploração do fenómeno da consciência apresenta uma teoria espácio-temporal da consciência em que esta se desenvolve em níveis, estando sempre presente ainda que em níveis diferentes. Segundo Kaku, a consciência terá evoluído à medida que as relações e trocas sociais se complexificaram e um dos principais marcos para o surgimento da consciência humana terá sido a capacidade para simular o futuro e avaliar o passado, reificando-se na constante análise de ciclos de *feedback* (2014, p.72-80).

Damásio (2010) sugere que a evolução do homem abriu alas à evolução da consciência. A mente consciente criou os instrumentos da cultura e abriu caminho a uma nova forma de homeostase humana, a homeostase sociocultural. Por um lado teríamos a homeostase básica, herança transmitida por todos os genomas e orientada de modo não consciente à sobrevivência do organismo vivo, e por outro a homeostase sociocultural, um frágil processo em constante desenvolvimento a dedicar-se à procura do bem-estar (p. 46-47). Ambas teriam a função curadora do valor biológico. A ininterrupta atribuição de valor a tudo

o que nos rodeia é para Damásio, essencial à evolução do cérebro. A atribuição de valor, bom, mau, belo e feio é uma métrica de que nos servimos para a manutenção do organismo biológico, e tal tem sido observado pelas Neurociências ao identificar moléculas químicas associadas a estados de punição e recompensa "e assim indiretamente associadas ao valor" (Damásio, 2010, p. 69). A valoração é constituinte da sobrevivência e da qualidade da mesma e estamos munidos de parâmetros químicos para detetar de forma não consciente tudo que nos afaste dos limites homeostáticos e portanto valorando como bom ou mau consoante esses mesmos limites (Damásio, 2010). Em suma, pode "a consciência (…) derivar da melhoria da regulação da vida em ambientes cada vez mais complexos" (Damásio, 2010, p. 82) onde as regras morais, os sistemas judiciais, a arte, entre outros, são exemplo dos novos dispositivos de regulação da homeostase sociocultural. Do mesmo modo, já Maturana e Varela (1980) defendiam o conceito de *auto-poiesis*, em que todos os seres vivos possuem a capacidade de autonomamente e de modo autorreferencial se organizarem, numa complexidade crescente através de uma dinâmica constitutiva circular em constante relação com as operações cognitivas.

1.2 A construção do Sujeito como Sujeito Moral

O homem como ser social (Darwin, 1974, p.133) insere-se no seio de um grupo com um conjunto de normas relativamente pré-estabelecidas e já imbuídas de um significado moral do que é correto e do que é errado, definindo padrões de comportamento (Blake & Davis, 1964) onde o comportamento desviante será aquele que se distancia (se desvia) dos comportamentos esperados e positivamente valorados em determinada sociedade ou grupo (Clinard & Meier, 2001) - a norma - "espécie de régua que alisa os comportamentos, tornando-os de acordo com a orientação prevalente na comunidade" (Cardoso, 2012, p. 460). Assim, compreender o fenómeno do desvio ou do ato criminoso, é *per si* compreender o próprio fenómeno da normatividade, da moralidade e os processos e mecanismos que lhe subjazem para atribuição de julgamentos morais.

Onde quer que exista um grupo de homens, existirá uma moral. Citando Becker "todos os grupos sociais constroem regras, e procuram por vezes, e sob determinadas circunstâncias, reforça-las" (Becker, 2001, p. 5). Estas regras vão definir os comportamentos considerados apropriados para esse grupo, tipificar os comportamentos corretos e proibir os errados. Também Durkheim afirma que a moral se "principia, pois, onde começa a vida em grupo"

(Durkheim, 1958, p.33) assumindo o seu valor maior através da emergência de um sentimento coletivo que ultrapassa a consciência individual (Durkheim, 1958) e MacIntyre defende que o "Homem como agente moral" é sempre situado e influenciado pelas circunstâncias e os laços com a comunidade (MacIntyre, 1984, citado por Marques, R., 2000, p. 179). Para Prinz, a moralidade advém do indivíduo, e o bom advém daquilo que este considera obrigatório, e o que é considerado obrigatório é resultado do grupo cultural a que o indivíduo pertence (Prinz, 2007).

Já numa perspetiva fenomenológica existencial o ser humano constrói a sua noção de si ao longo do tempo, numa alteridade entre semelhança e diferença, i.e., mesmidade e ipseidade. A identidade pessoal é reflexo da interação entre a identidade do ser humano como ser humano em si, uma identidade que lhe é dada por uma matriz genética, social e cultural idêntica, conferindo-lhe o sentido de coesão - ser o mesmo que qualquer outro ser, no qual se identifiquem as mesmas qualidades inerentes ao homem; e a ipseidade, que constitui o carácter de si como único, que lhe confere a sua diferença, a sua narrativa ao longo da história de vida (Ricouer, 1995). A moralidade emerge desta dialética e o homem é tanto mais livre na sua conduta quanto se funde o seu *ipse* com o seu idem. A este respeito dá-nos Ricouer o exemplo da promessa: a promessa é uma obrigação moral e o homem é livre se esta obrigação moral, este idem, não conflituar com a sua *ipse* (Ricouer, 1995). O "livre" é aqui compreendido como a livre adesão às normas instituídas, algo que se incorpora no *ipse*, no carácter. O que se não distancia até certo ponto, da visão de Wikstrom a respeito do papel do autocontrolo, ao referir que é quando a motivação do indivíduo é contrária à sua moralidade, que deverá ser tido em conta o auto-controlo (Wikström & Treiber, 2007; Wikström & Svensson, 2010), i.e., quanto maior for a adesão às normas morais maior será a minha liberdade de ação e portanto menor a necessidade de exercer auto-controlo. Ainda que a internalização de normas possa não resultar de um processo livre, o indivíduo encara-o como tal. Dufrenne, por outras palavras diz-nos que a liberdade da consciência depende das pressões de uma consciência coletiva, i.e., o homem é tanto mais livre quanto se confinar a sua consciência aos ditames das "outras consciências" (Dufrenne, 1973).

1.3 Sociedades transéticas e transestéticas

Em "O choque das civilizações?", Samuel Hunttington (1993, citado por Slimbach, 2005, p. 215) defende que "a fonte fundamental de conflito neste novo mundo (…) será

cultural.” indo de encontro às palavras de Geertz (2000, citado por Schweder, 2012, p. 94-96) que citando Montaigne nos diz “cada homem chama de barbárie aquilo que não é a sua prática” e como refere Wiggins (2005, citado por Schweder, 2012), precipita-se em julgar aqueles cujas diferenças culturais espoletam no Homem sentimentos negativos, alicerçando os fundamentos para conflitos culturais sempre que os valores são substancialmente diferentes entre culturas (Berns & Atran, 2012, p. 635).

Tais asserções conflituam com a presente aparência de um mundo onde as esferas culturais se transubstanciam numa comunidade plana (Friedman, 2005) como corolário duma crescente globalização económica e comunicacional (Berns & Atran, 2012, p. 637; Slimbach, 2005). Todavia, o que poderia abrir palco à ascensão de uma compreensão e cooperação transcultural entre os homens, encalçando o imperativo categórico Kantiano (Kant, 1958), encena severos conflitos culturais que disseminados através dos meios globais de comunicação intimam de imediato o célere julgamento do “correto” e do “errado” (Slimbach, 2005) que sempre sustentado na respetiva moldura moral induz a uma tomada de partido que por si só multiplica e baliza o cerne do conflito.

A atual demanda por um indivíduo transculturalmente competente (Slimbach, 2005) colide deste modo com a natural tendência do Homem em preferir indivíduos seus semelhantes ou do seu grupo (Haidt, 2012; Wilson, 2012; Darwin, 1974; Berns & Atran, 2012).

O ensaio sobre o valor e a moral, o bom e o mau, o correto e o errado, desde logo se depara pois, com uma dificuldade primária transversal ao pensamento crítico, científico e filosófico, e que se colapsa na própria definição de moralidade. Tarefa hercúlea que exige, entre outras, uma particular atenção ao debate entre o relativismo moral e o universalismo moral.

De acordo com as teorias universalistas a moralidade é, por definição, universal (Quintelier, De Smet, & Fessler, 2013). Por conseguinte todos os valores e regras não universalmente aceites não são morais. A moralidade é universal porque os sujeitos a vêm como tal, consistindo num “conjunto de declarações avaliativas sobre como o mundo deveria ser” (Quintelier, De Smet, & Fessler, 2013, p. 211-212). Kohlberg (1982) defendeu ativamente a existência de uma moral universal acessível aos indivíduos no sexto e último estádio da sua teoria de desenvolvimento moral. As diferenças morais resultariam assim de diferentes estádios de desenvolvimento moral, sejam eles individuais ou supra-individuais – culturais, contextuais ou temporais.

Pese embora tal asserção possa contribuir para a explicação do pluralismo moral, as teorias relativistas contrapõem que as regras não universais poderão assumir estatuto moral dado se poderem lograr corretas ou erradas dependendo do endosso moral dos sujeitos. O relativismo moral defende destarte que as normas são relativas aos indivíduos, épocas, culturas e lugares onde as declarações morais são resultantes de diferentes molduras morais flexionadas por priorizações dissimilares de valores, em suma, são relativas ao enquadramento moral de cada um (Harman & Thompson, 1986).

A teoria relativista radical de Benedict (Benedict, 1961, citado por Nayak, 2014) arroga que os conceitos de correto e errado são veiculados culturalmente sem qualquer vínculo universal. Já o relativismo moderado, por seu turno, assenta na perspetiva de que o julgamento moral se subdivide em normas relativas e universais, sendo as últimas aquelas que transculturalmente não apresentam qualquer moldura moral em nenhum lugar que legitime a sua transgressão (Quinteler, De Smet, & Fessler, 2013).

O relativismo moderado aproxima-se assim da distinção entre normas morais e convencionais proposta por Turiel (1983) e enlaça a teoria da "universalidade sem uniformidade" em que Schweder (2012) defende que a diversidade cultural pode ser compatível com o universalismo.

Ruse e Wilson (1986), por seu turno, argumentam que o Homem se encontra inatamente programado para crer a moralidade como uma realidade universal e objetiva.

Não obstante, sendo a moralidade universal ou relativa, endereçada como um processo emocional intuitivo (Haidt, 2012) ou um duplo processo interativo entre emoção e razão como professado por Greene (2001), as declarações morais são uma realidade irrevogável e transversal a todos os indivíduos e culturas. O que permanece ainda por desvendar, não obstante, e como nos previne Mikhail (2011), são os mecanismos unitários subjacentes à aquisição das intuições morais.

A indagação e o estudo crítico dos mecanismos de aquisição moral e do julgamento moral prático, embora possa não prevenir a origem fundamental de conflito humano previsto por Huttington (1993), irá certamente tributar-se a desvelar as raízes e a conceção da moralidade.

Uma das mais remotas e persistentes associações à moralidade e julgamento moral tem sido a estética, o juízo do belo. Desde os filósofos pré-socráticos, passando por Kant e Adorno até aos pensadores contemporâneos, o belo é entendido como bom e por conseguinte como verdade, "Ora eu digo: o belo é símbolo do moralmente-bom." (Kant, 2000, p.197). Para

Kant, o juízo de gosto estaria na base de todo e qualquer juízo e o juízo estético seria um *à priori* constituindo regra universal do julgamento válida para todos.

Adorno (2013), em "A teoria estética", refere-se à arte como liberdade absoluta, uma liberdade que foi abalada à medida que a sociedade se desumanizou, à medida que a burguesia transformou a arte em mercadoria relegando o belo para uma representação de um bem utilizável. O ser humano transforma-se num consumidor hedonista emocional onde a beleza se torna numa prática de massa narcísica (Lipovetsky & Serroy, 2014).

Esta liberdade era, à semelhança de Hegel (n.d., citado por Adorno, 2013), a sublimação estética, o momento em que o sujeito pretende tornar-se na obra, tornar-se semelhante à obra. Contudo, e segundo Adorno, a indústria cultural, fazendo da arte e do belo um mercado, liquidou este momento de alienação do sujeito no objeto. Assiste-se à atrofia da vida sensível e das experiências estéticas dando lugar a mercados da sensibilidade onde impera o "criativo transestético" (Lipovetsky & Serroy, 2014).

Do mesmo modo que nenhuma sociedade se conhece sem declarações morais, Lipovetsky e Serroy ressaltam a dimensão transhistórica da atividade estética e a considerável importância do fenómeno estético em todas as sociedades que nos precederam, inexistindo qualquer sociedade que se não envolva, de uma maneira ou de outra, num trabalho de estilização ou de *artialização* (2014).

Mais ainda, sugere Adorno que existe uma infiltração da moral na estética. O veredicto estético do feio apoia-se na tendência psicológico-social verificada para com razão equiparar o feio à expressão do sofrimento e, projetivamente, a desprazer (2013), i.e., o feio é o que é dissonante e a impressão da fealdade remete para o princípio da violência, da destruição. A beleza não é o começo platonicamente puro, antes toma forma na rejeição do antigo objeto de temor que só se torna feio a partir do seu telos. Contudo, observa-se nos últimos tempos, já não apenas uma infiltração da moral na estética, mas antes uma infiltração da estética, do valor do belo na moral, para se ser bom, há que ser-se belo. As avultadas e constantes transformações económico-sociais que demandam a emergência de um sujeito transcultural e o mercantilismo da arte e do belo, a par do cultivo de um ideal estético com uma vida voltada para o prazer dos sentidos e das imagens (Lipovetsky & Serroy, 2014) geraram um outro tipo de sociedade - uma sociedade estética de estetização das normas de vida e dos gostos, uma estetização de massas, ou se assim lhe quisermos chamar, nas palavras de Lipovetsky e Serroy: "a democratização de massas de um homo aesthetic" (2014, p. 36). Já não basta ser um sujeito transcultural ou transético, é preciso que este se torne também

transestético, onde a beleza é performativa e um fim em si mesmo e a vida estética se assume como grande objetivo da existência: "vou fazer da minha vida uma obra de arte" (Wilde, n.d., citado por Lipovetsky & Serroy, 2014, p. 450). A forma já não segue a função, a forma segue a emoção, a procura da utilidade e do bem é suplantada pela procura do belo e o sujeito procura uma superprodução e um superconsumo estéticos (Lipovetsky & Serroy, 2014). Os seres humanos transmutam-se em manequins expostos na catedral do consumo social, numa sociedade de trocas transestéticas que reificou os valores da vida e do bem. Uma vida boa já não é uma vida feliz, mas uma vida esteticamente bela e só uma vida bela é uma vida de bem. O belo e o bom entrecruzam-se cada vez mais.

Retomando a noção de Adorno a respeito da infiltração da moral na estética, vem-nos Lipovetsky e Serroy dizer que "a sociedade transestética coincide com a desqualificação das morais ascéticas em benefício de um modelo estético de exigências centrado nas satisfações sensíveis e imediatas: em suma, uma estética hedonista da realização do eu"(2014, p. 448) que se transforma na ética estética da vida. A salvação já não está na moral. Por outro lado, a compreensão estética exige, segundo Adorno (2013), uma atitude valorativa, i.e., "Uma estética axiologicamente neutra é um absurdo." (p. 396). Para este teórico da estética, a separação entre compreensão e valor é algo organizado pela ciência, a compreensão estética, o tal momento de sublimação do belo, é ele mesmo a atribuição de valor.

Se por um lado Adorno defendia que a experiência estética seria a experiência de pura liberdade, Schiller, no final do Séc. XVIII, advogava que seria pela educação estética e prática das artes que a humanidade poderia avançar para a liberdade, a razão e o bem (Lipovetsky & Serroy, 2014).

Pese embora o sombrio vaticínio que as teorias de Adorno e Lipovetsky e Serroy parecem apontar na relação entre a moralidade e a estética, esta dialética não se basta aqui.

2. O belo e o bom: hipostasiando a dialética ao longo do desenvolvimento moral

2.1. O Sujeito intencional e o objeto moral

Para Ricouer, responsabilizar o homem pelos seus atos, é admitir que este age com potência, com motivação (e então com liberdade), e "poderíamos dizer que é sempre enquanto *homem capaz* que o sujeito do agir se revela *acessível* a uma qualificação moral" (Ricouer, 1995, p. 37-38). Apenas sendo um ser capaz, dotado de potência de ação, é que o homem

pode ser julgado “digno de estima” (Ricouer, 1995, p.40) ou de condenação. Esta potência de ação está em Ricouer intimamente ligada à intenção da ação e consequentemente à consciência moral. Claro está que a qualificação moral é atribuível somente ao ser que é dotado de uma certa liberdade, portanto de uma potência de ação e a intenção subjaz a essa mesma qualificação.

Esta intencionalidade da ação é para Dufrenne uma forma de ligação ao outro exigindo uma “compreensão pré-ontológica de outrem”, e acrescenta que “é uma propriedade do ser-no-mundo não estar só no mundo” e este ser-no-mundo resulta da intimidade entre o em si e o para si: “é a imanência do social ao individual que permite a afirmação do singular” (Dufrenne, n. d., citado por Pita, p. 160).

Esta compreensão do outrem não exige o acesso às faculdades da razão, existindo um conhecimento sensível, passível de ser acedido através dos sentidos, da perceção estética: “ainda não há um EU para o pensar embora já exista um corpo para o sentir” (Dufrenne, n. d., citado por Pita, 1999, p.294-295). O papel do afeto, da emoção é aqui central na apreensão do mundo sensível. Afere-se a existência de uma realidade que não é construída pela consciência, pela experiência do inteligível, mas antes pela experiência do corpo na sua relação com o mundo: “(…)[É] antes de qualquer operação ou mediação do pensamento (…) que o sujeito se orienta e atua no mundo, o sente e o conhece” (Ramos Rosa, 1991, Citado por Pita, 1999, p.300). A noção de intencionalidade admite que sendo a perceção “a pátria de toda a verdade” (Dufrenne, n. d., citado por Pita, 1999,p. 70), é a perceção do objeto ela própria condição da intenção do objeto. Perceber o objeto é dota-lo de intenção na dialética co-substanciada de sujeito-objeto, i.e., “os sentidos são meios para o sujeito ser sensível ao objeto” (Dufrenne, n. d., citado por Pita, 1999, p.82).

Em suma, este homem, ator social que age num sistema, fá-lo já muito antes da perceção racional pois “antes do mundo se tornar objeto de conhecimento, a perceção capta imediatamente o sentido do mundo.” (Dufrenne, n. d., citado por Pita, A., p., 1999, p. 309-310). Esta perceção todavia não é irracional, antes de mais ela é pré-racional, é um *à priori*, e um *à priori* é, para Dufrenne, e à semelhança do que advoga Kant, sempre um afetivo, é algo que permite conhecer o mundo através do sentido e da intencionalidade. Este autor apela a que a perceção seja realizada a partir da perceção estética (sentidos do corpo), sem necessidade de recorrer ao conceito, ao cognitivo (Dufrenne, 1973).

Estudos recentes têm demonstrado que de fato, a valência da razão não monopoliza o quadro explicativo de todo o julgamento moral.

A este título, Haidt, e recordando-nos a teoria de Libet e o *à priori* de Kant e Dufrenne, apresentou o conceito de "dumbfounding" que corresponde ao fato de os julgamentos de regras morais não resultarem de uma racionalização anterior ao julgamento, mas antes de estas regras morais estarem de alguma forma imbuídas de emoções morais tais como o nojo e o desprezo (Haidt, 2012). Haidt levou a cabo estudos onde verificou que os julgamentos morais dos sujeitos eram rápidos e intuitivos, e que quando confrontados com o porquê das suas respostas, os indivíduos não conseguiam apresentar uma resposta racional e coerente: "Eu sei que é errado, só não consigo encontrar uma razão para isso"(Haidt, 2012, p. 16-48).

Margolis (1987) teorizou também a este respeito que existem dois processos cognitivos distintos para realizar julgamentos, um processo de "pensar porquê" e um processo intuitivo de "ver que" que recorre à perceção e não à razão e que portanto se realiza de forma rápida, automática e sem esforço. Seria este último processo que estaria envolvido nas intuições morais, nos julgamentos rápidos e automáticos. O processo "ver que" remete para o mundo do sensível, para a estética de Dufrenne (1973), para o acesso ao que é, para o *à priori* afetivo que está na base do sentimento, justificando este julgamento pré-razão realizado de forma rápida, automática e sem esforço (Haidt, 2012). Zajonc defende que tudo aquilo que vemos espoleta afeto e que este processo tem primazia sobre o cognitivo (Zajonc, 1980).

A ética naturalista, por sua vez, vem defender que a moralidade evolui a fim de harmonizar os interesses auto e hétero dirigidos do homem em sociedade e nesta evolução contribuiriam sistemas neuronais envolvidos no controlo executivo e na coordenação do afeto, emoção e cognição. Assim sendo, a moral seria o reflexo da ação da arquitetura cognitiva e motivacional que por sua vez é produto da seleção natural (Flanagan, Sarkissian, & Wong, 2008).

A existência de uma moralidade racional é posta à prova pelas teorias naturalistas e evolutivas e apelidada de ilusória, em que as nossas motivações morais se basearíam em afeções, vestígios de adaptações a situações evolutivas resolvidas e diversificadas, por vezes antagónicas. Existiria assim uma predisposição para a moral, e esta deveria possuir uma inscrição orgânica visível através dos processos cerebrais. Produto então da evolução e seleção natural, deverá registar uma maturação ontogenética do indivíduo da mesma forma que as suas outras funções naturais e de uma maneira particularmente análoga às suas funções cognitivas, as quais são também tributárias do desenvolvimento cerebral (Kirsch, 1993). Já Darwin, anteriormente se havia referido à moral em termos evolutivos através de instintos

primários essenciais à sobrevivência, adquiridos e internalizados ao longo da seleção natural. (Darwin, 1974, p. 157).

As virtudes morais seriam, destarte, traços resultantes da seleção sexual, i.e., sinais viáveis de qualidades genéticas e fenotípicas. Oliver Curry postula que as virtudes são adaptações para competição sem resultar em "explosões/Golpes" com a função de evitar formas de competições violentas por recursos escassos: teríamos assim virtudes de falcão (sinais de força e superioridade) e de pomba (sinais de submissão) (Curry, 2008). Também Miller (2008) defende que o julgamento estético poderá em determinadas circunstâncias ser um sinal indicador de bons genes e bom fenótipo, avançando que na busca de um parceiro sexual, procuramos determinados traços/virtudes morais, que mais não serão do que meros indicadores de uma saúde mental e física, uma garantia neurogenética. A moralidade desenvolver-se-ia com base em estímulos a partir de uma predisposição, i.e., o ser humano transportaria consigo um viés inato, uma disposição biológica para imitar, detetar e internalizar determinadas normas morais, e os conteúdos dessas normas estariam condicionados por uma série de emoções também elas inatas a favor da evolução cultural de normas morais congruentes com essas mesmas emoções (Sripada, 2008).

Poderemos assim situar a moralidade num polo mais primário do que aquele que as grandes teorias morais reivindicaram para si.

2.2. Moralidade: Sensível ou inteligível

Durante décadas, os modelos da tomada de decisão ancoraram na visão racionalista (Luo, et al., 2006). O julgamento moral foi plasmado na literatura como resultando de uma maturação cognitiva com avaliações prescritivas da lógica e da verdade, cálculos pragmáticos de consequências e julgamentos estéticos (Kohlberg, 2010) e o julgamento estético, per si, caracterizado como dependendo de um processo cognitivo onde se enfatiza o papel do conhecimento e da compreensão estética para a sua aplicação (Pavlovic & Markovic, 2012).

A teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg procurou, munida do interacionismo social e seguindo as largas pisadas de Piaget, estabelecer um desenvolvimento da moral que repousa na verdadeira interação e interdependência entre o sujeito e o objeto, rejeitando a cultura ou o inatismo como estando na base do conhecimento e exacerbando o papel da noção de justiça no desenvolvimento moral (Marques, 2000). O julgamento moral referir-se-ia a um modo de valorização prescritiva do que é obrigatório ou correto, de avaliações prescritivas da

lógica e da verdade, ao cálculo pragmático de consequências e julgamentos estéticos sendo na natureza prescritiva do julgamento moral que se conduziria o sujeito a adotar uma conduta, uma ação particular. Estas prescrições morais resultariam da internalização no sujeito de determinadas regras ou princípios (Kohlberg, 2010). Defendia ainda que o primeiro contato com a moralidade seria o evitamento da punição e portanto, a moral seria adquirida, apreendida no decorrer dos contatos sociais e, implicando uma maturação cognitiva adjacente que lhe permitisse integrar e compreender a realidade social e o discurso normativo (Kohlberg, 2010). Prinz concorda com Kohlberg quanto a ser possível que o desenvolvimento moral se dê através do treino emocional providenciado em primeira instância pelo controlo parental através da punição e do reforço, onde as emoções são essenciais para o julgamento moral (Prinz, 2007). Todavia, embora dote o seu modelo de peso afetivo quando refere que a aprendizagem moral se estabelece com base em mecanismos de punição e reforço, o principal papel no desenvolvimento da moralidade de Kohlberg é atribuído à cognição (Marques, 2000). Ainda no que respeita à caracterização de Kohlberg quanto ao julgamento estético depender de um processo cognitivo implicando o conhecimento e a compreensão estética para a sua aplicação, vêm Pavlovic e Markovic (2012), levar a cabo um estudo experimental a fim de avaliar a natureza do julgamento estético, visando deste modo contradizer a ideia de que este é um processo cognitivo explícito e deliberado. Assim, operacionalizaram o conceito de estética através de estímulos artísticos visuais, tais como quadros Leonardo Da Vinci e Jean Dubuffet e, recorrendo ao IAT – *Implicit Association Test*, integraram categorias atributivas retiradas do Dicionário Conotativo para a Língua Sérvia. A experiência foi contrabalanceada com uma medida explícita de auto-relato. Os seus resultados revelaram que os participantes foram significativamente mais rápidos nas condições congruentes (e.g., pinturas hedonicamente positivas emparelhadas com atributos positivos) do que nas situações incongruentes, não apresentando estes resultados qualquer correlação com a medida de autorrelato, levando os autores a concluir que o julgamento estético é "em grande parte derivado de processos que não incluem tomada de consciência e controlo" (Pavlovic & Markovic, 2012, p. 388). Adicionalmente, Tractinsky et al., (2006) vieram a demonstrar que bastaria 50 a 500ms para o sujeito formular uma impressão estética, especialmente nos casos de avaliações extremas e Lindgaard et al. (2006), acrescentaram que estas, uma vez formuladas permanecem relativamente estáveis no tempo. Tal é também proposto por Hekkert quando indica que a experiência estética é unicamente uma perceção sensorial e tudo o que vai para além desta é experiência emocional e cognitiva defendendo que apenas os estádios

iniciais mais percetuais e automáticos no processamento da arte merecem ser tratados como sendo estéticos (Hekkert, 2006).

Em súmula, vários estudos empíricos têm, como exposto, demonstrado evidências de que é possível a presença de moralidade muito antes da presença da razão. Se nos basearmos no mero discurso para apreender a realidade, omitindo o conhecimento sensível do homem e não transponível muitas vezes ao inteligível do qual o discurso é propriedade, estaremos apenas a conhecer parte da realidade. Na senda da dicotomia sensível *vs.* inteligível ou pré-racional *vs*. cognitivo, podemos considerar que o foco nos processos de domínio cognitivo se deveu em parte à adoção maioritariamente hegemónica de medidas explicitas ou de autorrelato (Pavlovic & Markovic, 2012). Tal, terá levado à desconsideração da cognição implícita na avaliação quer do julgamento estético quer do julgamento moral. Haidt (2012), no que concerne ao acesso aos conceitos e julgamentos morais que seriam em larga medida intuídos, e mais latamente Nisbett e Wilson (1977) quanto ao acesso às causas dos comportamentos, referem que o recurso a medidas meramente verbais/introspetivas são nitidamente insuficientes uma vez que trabalho recente tem documentado que as atitudes e os estereótipos não operam de modo consciente. Haidt acrescenta ainda que o acesso à moralidade através do discurso ou de competências verbais poderia permitir a verdade da formulação Kohlberiana, mas quando procuramos aceder a noções morais ou ao surgimento dos primeiros conceitos morais na criança, não podemos aguardar pelo aparecimento da linguagem (Haidt, 2012). Para Wallon, o ato precede o pensamento, e a primeira manifestação de inteligência na criança, é a inteligência prática, ou dito por outras palavras, a inteligência sensório-motora, e é através desta, anterior à palavra ou inteligência discursiva, que a criança descobre as relações com as coisas (Wallon, 1979).

2.3. Acedendo aos primeiros rasgos de moralidade

Situando-nos numa fenomenologia existencial da moral, consubstanciada pela experiência estética como perceção do mundo sensível, é aqui que ao longo deste trabalho colocarei lugar para as normas morais, distinguindo-as tal como Turiel (1983), das normas convencionais que farão parte do mundo inteligível e portanto acedível através das faculdades da razão e não dos sentidos. Turiel distinguiu normas morais de normas convencionais ao verificar que as crianças pequenas desde muito cedo estabelecem diferenças entre estes dois tipos, i.e., normas que são transversais e universais de justiça, direitos e relações-trocas

sociais, de normas que são variáveis e arbitrárias dependendo do espaço e do tempo, do contexto (Turiel, 1983). Segundo Haidt, tal se explica porque para as crianças desde muito cedo, prejudicar é mau, é errado, e ajudar é bom e certo (Haidt, 2012, p.11). Assim, algo diferencia as normas morais, universais ou não, de normas convencionadas pela sociedade, algo lhes está no cerne e lhes permite o acesso por via dos sentidos. Retomemos a ideia de que o homem é um ser social. Esta tendência para a sociabilidade é, segundo Darwin, herdada, inata e circunscreve-se ao grupo onde ele se insere. Para este autor, este instinto social, é tribal, não se estendendo à espécie (Darwin, 1974, 133). O tribalismo é defendido por Wilson, tal como por Darwin, como um traço humano fundamental. Para Wilson, o ser humano possuiria um "absoluto universal" para se constituir em grupos. A pertença a um grupo confere ao homem uma identidade e um significado social (Wilson, 2012). A divisão em grupos, a categorização de grupos é uma característica intrínseca do homem, e confere um grau de pertença, em que os elementos desse grupo automaticamente julgam o outro grupo como seu oponente e por conseguinte "menos agradável, menos justo, menos confiável e menos competente" (Wilson, 2012). A literatura evidencia, sem margem para dúvidas, por um lado a capacidade do Homem desde muito cedo para categorizar e formar grupos, e por outro, a sua necessidade de pertença a grupos, o seu tribalismo. Àquilo a que Spencer designou "a sobrevivência do mais apto" (Spencer, 1857, citado por Prinz, 2007, p. 246), atrever-nos-íamos a acrescentar a máxima "A sobrevivência do mais apto grupo", pois não só busca o Homem a sua sobrevivência e sucesso, como a sobrevivência e sucesso do seu grupo (Wilson, 2012).

Wilson refere ainda que, se esta tendência de agrupar é efetivamente inata, deverá ser passível de verificação em crianças muito pequenas (Wilson, 2012). Os estudos de Ramsey et al. (2004) vêm confirmar as afirmações de Wilson, ao demonstrar que crianças com cerca de seis meses são capazes de categorizar em grupos distintos rostos atrativos e não atrativos e ainda de associar estímulos positivos a rostos atrativos e estímulos negativos a rostos não atrativos. Também estudos de Langlois, Roggman e Vaughn (1991) demonstraram que as crianças manifestam uma preferência por rostos atrativos. Ora tal observação permite-nos concluir que não só a criança efetua desde muito cedo uma categorização, uma divisão por grupos de pessoas como, demonstrando preferência por um determinado grupo de pessoas, neste caso pelos rostos atrativos, lhes atribui características com valência positiva, caindo inevitavelmente as características de valência negativa no grupo de rostos não atrativos. Se confrontarmos estes resultados com as afirmações de Wilson, verificamos que desde muito

cedo manifestamos uma tendência para dividir por grupos, e valorar esses mesmos grupos com base na preferência. Ao sentirmos preferência por um determinado grupo, o atrativo, onde almejamos pertencer, iremos valorar negativamente o grupo oposto.

Ramsey e colaboradores, referem que "esta categorização de faces pode servir como um mecanismo cognitivo que direciona a perceção da criança e enviesa para a formulação de estereótipos baseados na atratividade facial" (2004, p. 208), e que tal formulação poderá ocorrer pela observação comportamental de adultos, e portanto adquirida e não inata. Em contraposição, Wilson, vem dizer-nos precisamente o oposto, que é o traço fundamental humano, a necessidade de tribalismo que catapulta o homem, que guia na categorização. Estas preferências iniciam-se muito antes da própria compreensão de significado e enviesam o homem para favorecer e valorar positivamente a "sua tribo", o seu grupo (Wilson, 2012). Ao invés de estereótipo, Wilson chamou-lhe "escolha isenta de culpa", ou "*guilt-free choice*" (Wilson, 2012, p.60).

Neste sentido, o grupo existe como corpo, que exerce influência no indivíduo. Gurvitch defende que a identidade social confere um corpo existencial per si, em que o ser humano existe como corpo na mesma extensão em que existe como social (Gurvitch citado por Pita, p., 1999).

Outros estudos vieram demonstrar que "é pouco provável que crianças com 3, 5 ou até 9 meses tenham sido suficientemente socializadas para distinguir entre as intenções sociais negativas e positivas de terceiros" (Hamlin & Wynn, 2011, p.38), relevando para o fato de que a avaliação social seja uma adaptação biológica, e que possa servir como fundação para o pensamento e ação moral (Hamlin, Wynn, & Bloom, p., 2007). Esta adaptação biológica poderá transcrever-se através dos sentidos, do acesso ao que é, pela perceção estética, dotada de intencionalidade.

Premack verificou que recém-nascidos eram capazes de dotar objetos de intenção pelo seu movimento e relacionou esta capacidade como um importante propósito para a moralidade uma vez que esta é "própria de objetos dotados de intenção" (Premack, 1993, p.132), verificou ainda que durante o primeiro ano de vida eram já capazes de distinguir atos sociais positivos e negativos (Premack, 1994, citado por Hamlin, et al., 2013). Outros estudos demonstraram que aos 3 meses as crianças avaliam os outros com base no seu comportamento para com terceiros, revelando aversão para com atores antissociais, reconhecer valências negativas de atos que impedem a concretização de objetivos de terceiros (Hamlin, Wynn, & Bloom, 2010), sendo portanto capazes de identificar objetivos de terceiros (Sommerville et

al., citado por Hamlin, Wynn, & Bloom, 2010) e identificar objetivos não atingidos (Hamlin & Bloom, 2010). Mais recentemente, evidências parecem afirmar que as crianças de 10 meses demonstram preferência por atores sociais que ajudam na concretização do objetivo de um terceiro elemento, e não por aqueles que prejudicam a concretização do objetivo, demonstrando uma significativa diferenciação por aqueles que não ajudam nem prejudicam, e queles que efetivamente prejudicam ou ajudam. Isto demonstra que a criança aos 10 meses já dota de intenção negativa, positiva e neutra as intenções dos atores sociais, tendo preferência por elementos cooperantes nas trocas sociais (Hamlin et al., 2013). Esta capacidade para avaliar os indivíduos com base em ações sociais é referida por Hamlin como podendo servir de fundação para o desenvolvimento de um sistema de cognição moral (Hamlin, Wynn, & Bloom, p., 2007). Hamlin verificou ainda que aos 5 meses, e mais facilmente observável, aos 8 meses, as crianças já são capazes de dotar de intenção independentemente do resultado, ou seja, as preferências pelas personagens das experiências não eram influenciadas pelo resultado das ações, mas apenas e tão só pela intenção da ação. Quando uma ação intentava ajudar, ainda que o resultado da ação fosse díspar da intenção, as crianças continuavam a preferir as personagens cuja intenção era ajudar (Hamlin, 2013).

Estes estudos apontam para a possibilidade de que crianças desde muito pequenas sejam já capazes de dotar de intenção, e como vimos até aqui, esta intencionalidade é imprescindível para a qualificação moral e, sendo propriedade da dialética subjacente à experiência estética do mundo sensível, é dissociável da apreensão do mundo inteligível. A criança não necessita recorrer ao conceito, à cognição para dotar de intencionalidade o objeto. Ele é ele mesmo apreendido com intenção, ou como escreve Haidt: “os bebés sentem mas não racionalizam” (Haidt, 2012, p. 74). O ser no mundo é ser social. Convém salientar a noção de experiência estética aqui consignada: regressando ao sentido etimológico grego de *aisthèsis* estamos perante o “acesso ao que é”, ou seja, a estética será um conjunto de faculdades para apreensão do mundo sensível, análogo ao conjunto de faculdades para apreensão do mundo inteligível (Pita, 1999, p. 288-299). Na experiência estética o homem acede ao mundo sensível do que é, enquanto com a razão, o homem acede ao mundo inteligível, à sua organização.

2.4. O contributo das Neurociências

De acordo com o até aqui enunciado, o julgamento moral é visto como um processo complexo e dinâmico, que se não resumirá ao imperativo categórico Kantiano (Kant, 1958), e que ultrapassa a "moralidade refletida, que é inteira criação da consciência" (Hubert, 1958, p. 69) não podendo ser visto como mero resultado de uma ordenação social, mas antes como constituinte e necessária a qualquer vida em sociedade, visando não só a sobrevivência dos costumes da comunidade, a sua ordem social, e a justiça que de outra forma relegaria os interesses particulares a um anterior estado de insociabilidade como diria Beccaria (1998), mas antes de mais uma manutenção de si, enquanto indivíduo e ser social, seja esta manutenção evolutiva ou não.

Darwin referiu que a moral visa o interesse do próprio, e o bem do outro lhe será mais útil aos seus interesses pessoais e fala-nos em instintos sociais (Darwin, 1974) que visam a coesão e manutenção da tribo: "nenhuma tribo conseguiria manter-se unida se o assassínio, o latrocínio e a traição fossem comuns" (Darwin, 1974, p. 142) e a moralidade seria um instinto social disposicional (Darwin, 1974). A moralidade e o julgamento moral podem assumir um carácter transcendental e evoluir a par de uma maturação cognitiva que lhe confere pilares de legitimidade, mas os mecanismos através dos quais este julgamento humano se principia, e os processos que lhe são devotos implicam uma série de propriedades e relações que vão para além da modelagem e aprendizagem social.

A este propósito, avanços das neurociências têm identificado determinadas regiões cerebrais como estando envolvidas nas avaliações morais, nomeadamente a ativação da amígdala perante transgressões morais (Greene, 2009) e o reconhecimento de atos danosos intencionais (Greene, 2009) fazendo emergir o desejo de punição, enquanto perante danos acidentais surgem ativadas as áreas responsáveis pela cognição, que por sua vez fazem decrescer a pulsão para a punição como resultado do circuito temporoparietal-medial-prefrontal (Treadway et. al, 2014). Uma vez se embebendo os mecanismos de aquisição moral em processos cognitivos primários gerais (Buckhotz & Marois, 2012), tais afirmações sugerem que a punição, o seu ato ou desejo, poderá imperar na aprendizagem e reforço de normas e por conseguinte figurar como lidite na aquisição de equidade, justiça e cooperação, esta directamente ligada à recompensa.

As normas seriam assim esculpidas através de processos de aprendizagem por reforço mediados por circuitos neuronais pré-existentes (Buckhotz & Marois, 2012; Greene & Haidt, 2002) podendo as diferenças morais individuais residir em diferentes mecanismos neuronais.

Spitzer et al. (2007) demonstraram que indivíduos com elevada sensibilidade neurológica à ameaça de punição figuravam como mais obsequentes quanto ao cumprimento de normas, e paralelamente, Blair (2001) observa não só uma redução do comportamento de evitamento da punição em indivíduos com psicopatia, demonstrando um menor interesse por questões morais, embora as reconheçam como tal (Hauser, 2008), como salienta *deficits* nos seus processos emocionais falhando em distinguir normas morais de normas convencionais (Blair, 2001). Adicionalmente, estes indivíduos compreendem a moral, percebem-na mas não a sentem (Prinz, 2007), as emoções morais de culpa e vergonha e a preocupação com a moral e justiça, encontram-se ausentes ou grandemente diminuídas em sujeitos com elevados scores de psicopatia (Almeida et al., 2015; Haidt, 2012, p.72). Blair demonstrou, que os psicopatas têm também dificuldade em distinguir normas morais de normas convencionais e tendem a trata-las de igual modo, da mesma forma que revelam deficiências no reconhecimento facial e vocal de expressões de tristeza e as restantes emoções não morais se encontram também comprometidas (Blair, 1995).

Lewis, Kanai, Bates e Rees, (2012) ao analisar a volumetria cerebral em indivíduos saudáveis propõem que "a variação no sentimento moral corresponde a diferenças individuais na estrutura do cérebro, os valores morais possuem inveteradas bases biológicas distribuídas por distintas regiões cerebrais" (p. 6). Adicionalmente, Kishida et al. (2012, citado por Berns and Atran, 2012), avançam que a inibição da amígdala através da ativação do córtex pre-frontal conduz a uma menor permeabilidade às normas culturais.

Ainda que aceitando as diferenças neurológicas individuais na aquisição moral, tal não farta à similaridade moral intra-grupal e respetivas divergências intergrupais.

Berns e Atran (2012) apontam novamente para a relevância da ativação amigdalina quando indivíduos são confrontados com declarações contrárias à sua matriz moral, experienciando sentimentos de ultraje, e Engelmann e Pogosyan (2013) sustentam que a cultura possui um efeito robusto na perceção emocional ao moldar as nossas representações mentais que por sua vez influenciam o julgamento e a tomada de decisão conduzindo a uma aprendizagem cultural específica através de mecanismos cognitivo-emocionais. Tais mecanismos seriam espoletados diferentemente de acordo com as regras culturais específicas (Matsumoto et. al., 2005 citado por Engelman, 2013) e reforçados pela punição social através de processos de aprendizagem cognitiva (Matsumoto et al., 2005 citado por Engelmann & Pogosyan, 2013) gerando as diferenças transculturais.

Importa pois considerar a experiencia afetiva que segundo Dufrenne se constitui por três categorias axiais: a presença, a representação e o sentimento. A presença do sujeito perante o objeto confere-lhe a experiência estética, ou dito por outras palavras, a perceção tal como ela se lhe apresenta e lhe confere uma emoção. A representação seria um plano de perceção que não exige a presença do objeto para lhe atribuir as qualidades estéticas experienciadas. Por fim o sentimento é a relação da presença com a representação, onde reside a possibilidade de o mundo se revelar na ausência do objeto (do estímulo) recuperando-se a imediatidade. Ou seja, o sentimento é o que resulta da relação entre a emoção consagrada à experiência imediata do objeto, sem exigir a representação e a presença do mesmo (Dufrenne, 1973), isto implica uma intersubjetividade do sujeito com o objeto: a perceção estética é resultado de uma dialética entre as características do objeto e as características do sujeito. O sentimento é aqui visto como um imediato, que não deve ser confundido com o imediato da presença (Dufrenne, 1973).

A conceção de sentimento de Dufrenne é análoga à noção de sentimento moral de Prinz. Prinz (2007) fala-nos de sentimentos prescritivos, que são uma disposição emocional complexa. Quando prescrevemos um curso de ação, estamos na realidade a expressar um sentimento prescritivo decorrente de uma disposição emocional, estamos, recorrendo a Ricouer (1995), a atribuir potência ao agir, e segundo Dufrenne a dotar de intencionalidade o agir num *à priori* afetivo, em que o sentimento, como já referido seria então o julgamento imediato da ação. Mas este julgamento continua Prinz, só prescreve, só se torna obrigatório quando opera sob a forma de sentimento, ou seja, apenas quando o indivíduo "sente" a ação como obrigatória (2007). Para Prinz a moralidade é subjetiva porque os conceitos de bom ou mau, correto ou errado envolvem sentimentos que são eles mesmos subjetivos dependendo das emoções, do afeto. O julgamento moral, o correto ou o errado, não são resultado da cognição mas antes resultado do que sentimos, não podendo as propriedades morais existir sem emoções, ou dito de outro modo, sem *à prioris*. Para Prinz, um sentimento moral é, como para Dufrenne, uma regra moral que ocorre através de uma manifestação emocional sem a presença do elemento desencadeador do afeto, e através do qual realizamos julgamentos morais.

Prinz (idem) advoga que existe uma relação disposicional entre os conceitos morais e as emoções. Por outro lado, as emoções e a motivação encontram-se intimamente ligadas. Damásio demonstrou inclusivamente que a disfunção emocional leva à disfunção na tomada

de decisão (Damásio, 1983, citado por Prinz, 2007). O ato é uma potência, uma motivação, uma decisão.

Vários estudos no âmbito da Neurociência Cognitiva têm apoiado a ideia de que os julgamentos morais acarretam um impacto, um custo emocional, levando a crer que os julgamentos morais são constituídos por respostas emocionais (Prinz, 2007). Moll et al., (2002) detetaram uma maior ativação das áreas do cérebro responsáveis pelas emoções aquando de julgamentos morais, estudos experimentais de Singer et al., verificaram que as respostas emocionais negativas e o *stress* vicariante dos participantes eram mais elevadas quando assistiam a indivíduos justos a serem eletrocutados (Singer et al., 2006) e em Berthoz et al., violações de regras sociais associaram-se a uma elevada ativação emocional (Berthoz et al., 2002)

As emoções têm a propriedade de representar, mesmo na ausência de conceitos (Prinz, 2007.

Se as emoções representam um papel fundamental no desenvolvimento da moralidade, e se a evidência empírica tem revelado rasgos de moralidade em crianças desde muito cedo ainda na ausência de complexos processos cognitivos, então temos que esta moralidade poderá ser expressa e impressa por via de mecanismos inatos integrados com a perceção sensorial e os afetos.

Rozin et al. (1993) propuseram um modelo de emoções morais, o CAD. Este modelo contempla três emoções: a raiva, o nojo/aversão e o desprezo. O nojo/aversão seria uma emoção básica ligada ao nojo físico para evitar a contaminação, e a evolução terá dotado o homem de respostas aversivas a objetos suscetíveis de transmissão de germes nocivos para a sua sobrevivência. Prinz defende que o nojo moral evoluiu a partir do nojo físico e se expressa em respostas aversivas a violações da ordem natural percebida como por exemplo, mutilações, violações e assassinatos em massa (Prinz, 2007). Assim, ligada a transgressões cometidas contra a natureza.

A raiva estaria associada quer para Rozin et al. (1999), quer para Prinz (2007) à violação da autonomia, e por isso a conceitos de justiça e prejuízo, ligada a transgressões contra pessoas. Quando presenciamos uma transgressão contra outra pessoa, experienciamos raiva e somos compelidos a agredir o transgressor.

Por fim, o desprezo estaria ligado a transgressões contra a comunidade, todavia Prinz defende que o desprezo é o cumular das emoções raiva e nojo e avança que estudos revelaram

a existência de uma expressão facial comum à emoção de desprezo podendo dessa forma ser uma emoção básica (Prinz, 2007).

Na verdade, uma comunidade é um sistema organizado dinâmico, que possui uma certa ordem e hierarquização. Se retomarmos as evidências empíricas que apontam para existência desde muito cedo nas crianças de uma capacidade para categorizar, uma propensão para a criação de sistemas ou conjuntos relativamente organizados e, lhe somarmos a noção de tribalismo proposta por Wilson (2012) e Darwin (1974), poderemos considerar que a partir do momento que a criança categoriza, ela está a criar um grupo e esse grupo obedecerá a uma ordem, da qual ela própria fará parte. Está desde logo a criar um dos principais alicerces para o desenvolvimento de uma moralidade, para o desenvolvimento de desprezo que se dirige às transgressões contra a comunidade. Os conceitos morais avaliam e classificam (Prinz, 2007), ajudando assim na criação de categorias distintas.

Se efetivamente as emoções influenciam os nossos julgamentos, ou lhe são fatos constituintes, importará compreender como opera o julgamento moral perante duas emoções opostas. Prinz, por exemplo indica que ao efetuarmos um julgamento moral, experienciamos a emoção que lhe está associada (idem). Isto será claro para situações onde as emoções emergentes são positivos (ou negativas) num único vetor, todavia em inúmeras situações, outras emoções diametralmente opostas convergem afetando os nossos julgamentos. Importará então compreender de que forma outras emoções, morais ou extra-morais influenciam ou alteram os nossos julgamentos.

Ora "se as regras morais se fundam em emoções, então fatores que alterem as nossas emoções deveriam afetar a nossa aplicação dessas mesmas regras" (Prinz, 2007, p.24).

Haidt apresentou alguns estudos que demonstraram que os julgamentos morais podem ser negativamente influenciados através da indução da emoção nojo, nomeadamente os estudos de Alex Jordan que entrevistou estudantes acerca de breves questões morais junto a um contentor de lixo, todavia para metade dos estudantes entrevistados ele esvaziou o contentor e pulverizou-o com perfume. Os resultados demonstraram uma evidente influência da emoção nojo nas respostas morais pois, os estudantes que responderam às questões junto ao contentor não pulverizado forneceram julgamentos bastante mais severos (Jordan, n.d., citado por Haidt).

Schnall e colaboradores (2008), por seu turno dividiram sujeitos em secretárias sujas e secretárias limpas e pediram-lhes que avaliassem moralmente as histórias que lhes foram apresentadas. Os resultados revelaram também aqui que a indução de nojo interfere nos

julgamentos, uma vez que estes foram mais severos nos indivíduos que foram colocados em secretárias sujas. A este propósito, refere Plakias (2012) que o nojo/aversão pode influenciar o julgamento moral de três formas distintas: ampliando a severidade dos julgamentos morais; surgindo como consequência do julgamento moral de algo negativo; evocando o sentimento de "moralmente errado" mesmo quando a situação em si não implica qualquer julgamento, tratando-se de uma questão não-moral, sugerindo que a presença da emoção nojo/aversão é suficiente para evocar um sentimento de moralidade mesmo na ausência de qualquer violação moral (Plakias, 2012)

2.5. O efeito da atratividade no juízo moral: alusão ou ilusão?

Um vasto leque de estudos demonstraram recentemente que não só o nojo/aversão confluem para o juízo moral. A avaliação estética, nomeadamente da atratividade, tem sido salientada na literatura como influenciando avaliações sociais, podendo similarmente evocar um sentimento de moralmente errado ou ampliar a severidade dos julgamentos morais.

Dion et al., no seu estudo seminal sobre a influência da atratividade nos julgamentos morais verificaram que sujeitos fisicamente mais atrativos eram julgados como socialmente mais desejáveis o que denota a influência do julgamento estético no julgamento moral, e os levou a apresentar o estereótipo de "belo-é-bom" (1972, p.26).

Read e Redwine (2010) replicaram a experiência realizada por Dion et al., porém recorreram ao uso de medidas implícitas – IAT e *priming* – para avaliar a relação entre a atratividade e valências positivas e negativas. Os seus resultados observaram que os sujeitos eram mais rápidos a identificar valências positivas com rostos atrativos e valências negativas com rostos não atrativos, do que o inverso, confirmando o postulado de Dion et al.. Luo et al. (2006), também recorrendo a medidas implícitas – IAT – procuraram observar a presença de atitudes morais automáticas no julgamento de comportamentos legais e ilegais, demonstrando que no que respeita à avaliação dos comportamentos legais e ilegais os tempos de reação (TR) eram mais rápidos para os estímulos ilegais independentemente da condição congruente ou incongruente e que se confirmava a presença de atitudes morais automáticas dado que os TR foram mais rápidos nas condições congruentes – comportamento legal em conjunto com bom – do que nas condições incongruentes – comportamento ilegal em conjunto com bom (Luo et al. 2006).

A corroborar estes resultados, Ramsey et al., já em 2004, demonstraram que as crianças de 6 meses revelavam preferência por rostos atrativos ao invés de rostos não atrativos (Ramsey et al. 2004), e esta preferência é partilhada de igual modo nos adultos, onde quer crianças quer adultos julgam as mesmas pessoas como atrativas ou não. Outros estudos demonstraram que as perceções socias baseadas na atratividade podem resultar em consequências negativas, nomeadamente no que concerne a promoções profissionais, vencimento salarial, avaliações académicas (Griffin & Langlois, 2006). Também se verificou em estudos de julgamentos simulados realizados por Burke et al. (1990), Wuensch et al. (1993) e Efran (1974), entre outros, que os arguidos menos atrativos possuem uma maior probabilidade de serem considerados culpados e de receberem sentenças mais longas (citado por Tsukiura & Cabeza, 2010). Estes estudos, citando Prinz: "sugerem que as emoções podem influenciar as avaliações morais mesmo quando as emoções são induzidas por fatores moralmente irrelevantes" (Prinz, 2007, p. 28).

A este propósito Haidt defende que a mente humana está constantemente a reagir de modo intuitivo a tudo quilo que percebe, sendo as nossas respostas baseadas nesta perceção inicial e intuitiva (Haidt, 2012).

Estudos empíricos igualmente recentes propõem contudo que, a influência da atratividade no julgamento moral possui um viés negativo e não positivo como inspirado inicialmente por Dion et. al.. No estudo experimental de Hamlin, Wynn e Bloom (2010) com crianças de seis meses de idade, os autores indiciam que na avaliação de comportamentos sociais, a criança manifesta aversão para com atores anti-sociais, mas não uma atração independente por atores pró-sociais. De igual modo, Griffin e Langlois (2006) em dois estudos experimentais com crianças e adultos observaram a existência de um viés negativo quanto ao estereótipo da atratividade. Os seus resultados revelam que no que concerne aos julgamentos de altruísmo e de inteligência o viés negativo era evidentemente mais saliente do que o estereótipo belo-é-bom. Contudo, para o julgamento de sociabilidade, observaram a existência quer do viés negativo quer do viés positivo. A este respeito, o conceito de altruísmo tem sido revisto como uma qualidade do conceito de justiça social, ao estimular as trocas sociais e a necessidade cooperação no grupo (Wilson, 2012; Hamilton, 1964, citado por Prinz, 2007; Triver, 1971, citado por Prinz, 2007). Assim, vem Wout e Sanfey (2008) defender que as tomadas de decisão sociais são influenciadas por julgamentos implícitos de confiança, em que as pistas faciais de ameaça são mais rapidamente percebidas e automaticamente processadas após apenas 40ms de exposição e permitindo que de imediato os sujeitos

atribuam aos rostos percebidos uma intenção negativa (Bar, Neta, & Linz, 2006, citado por Wout & Sanfey, 2008), melhor memorizada nos casos dos elementos que haviam classificado anteriormente como dignos de confiança com base em julgamentos implícitos de pistas faciais, independentemente de na prática os seus comportamentos se revelarem inconsistentes com essa avaliação, sendo esta intenção percebida inicialmente mais influente nas tomadas de decisão do que os próprios comportamentos (Wout & Sanfey, 2008), o que conflui com a proposta de Hamlin (2010) quanto à preferência de atores intencionalmente positivos independentemente do resultado da ação.

Hugenberg e Bodenhausen (2003) propõem similarmente que os estereótipos influenciam a perceção facial afetiva. Baseando-se essencialmente no efeito do estereótipo de raça, já amplamente forjado na literatura, (Greenwald & Banaji, 1995) avaliaram a atitude implícita de prejuízo perante as emoções faciais de raiva em sujeitos negros e brancos. Os resultados revelaram que os participantes eram mais lentos a identificar a ausência da expressão hostil para os rostos negros do que para os rostos brancos, levando-os a anuir o efeito do estereótipo de raça na avaliação percetual facial e o viés negativo que o mesmo acarreta. Este efeito foi igualmente verificado através do recurso ao IAT, em que os sujeitos eram mais rápidos nas condições congruentes (e.g.: branco em conjunto com palavras positivas) do que nas incongruentes, pese embora, tal não se tenha observado através da medida explícita, em que aos participantes, entre as tarefas experimentais, lhes foi apresentado um termómetro, para indicarem perante diferentes grupos étnicos (africanos, caucasianos, entre outros) qual o seu grau de conforto, não se mostrando este variável de acordo com o grupo étnico.

Uma grande quantidade de estudos tem de certa forma demonstrado que as respostas morais e estéticas são mais ferozes, mais rápidas e mais severas quando os sujeitos se encontram quer perante avaliações de questões moralmente negativas (más) quer perante rostos não atrativos.

Um forte exemplo da ferocidade das respostas em avaliações morais negativas foi elencado por Joshua Knobe e posteriormente intitulado *Knobe effect.* O *Knobe effect* (2003) consiste no fato de, através do recurso a cenários de duplo efeito, se verificar que a atribuição de intencionalidade das ações e consequente julgamento moral varia consoante o estatuto moral dos resultados dessas mesmas ações, i.e., assiste-se a uma assimetria na atribuição da intencionalidade do agente com base nos resultados da ação (Alfano & Beebe, 2012; Machery, 2008; Mallon, 2008; Hindriks, 2014).

Os cenários de duplo efeito consistem em cenários nos quais a única fonte de variação é um "efeito secundário", i.e., em ambas as condições é apresentado aos sujeitos o mesmo cenário, sendo que num dos grupos a ação promulgada pelo agente tem um efeito moralmente bom ainda que colateral à sua intenção, e no outro grupo, a mesma ação do agente origina uma consequência colateral moralmente má. O exemplo mais claro e revisado na literatura é o cenário da fábrica que se ilustra na tabela 1 (Nichols & Ulatowski, 2007; Holton, 2010; Alfano & Beebe, 2012; Machery, 2008; Mallon, 2008; Hindriks, 2014):

Tabela 1 – Cenário Fábrica na condição boa e na condição má – *Knobe effect*

Cenário da condição boa	**Cenário da condição má**
O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração da fábrica e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros e a ajudar o ambiente!".	O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros mas também irá prejudicar o ambiente.
O presidente da administração disse: "Eu quero lá saber de ajudar o ambiente! Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"	O presidente da administração disse: "Eu quero lá saber se vou prejudicar o ambiente. Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"
A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser ajudado.	A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser prejudicado.

No estudo de Knobe, após a leitura do cenário, os sujeitos da condição boa eram convidados a responder quão louvado deveria ser o presidente da administração da fábrica (numa escala de 0 a 6) pela sua ação e se o presidente teve ou não intenção de ajudar o ambiente. Aos sujeitos da condição má era questionado quão punido deveria ser o presidente e também se este teve intenção de prejudicar o ambiente.

Foi deste modo que Knobe (2003) verificou que ações cujos resultados eram moralmente maus eram dotadas de maior intenção do que ações cujos resultados eram moralmente bons. De igual modo, os sujeitos demonstraram uma maior tendência para punir os agentes de atos moralmente maus do que para louvar os agentes responsáveis por atos cujos resultados se revelavam moralmente bons.

Griffin e Langlois (2006) referem que deveríamos antes falar de um viés negativo, dado que os estímulos com valência negativa têm demonstrado desencadear reações emocionais mais fortes do que os estímulos de valência positiva. Estes resultados são consistentes com o estudo de Tsukiura e Cabeza (2010), que verificaram que quer na avaliação de julgamentos morais quer na avaliação de rostos, os tempos de reação eram mais rápidos para os estímulos negativos. Tsukiura e Cabeza, salientam que estudos empíricos têm revelado que a atividade insular está associada ao processamento de emoções negativas de medo e aversão, dor, avaliações negativas de bondade e atratividade, condicionamento aversivo-punição e injustiça, e que portanto os resultados da sua investigação poderão sugerir que "a região insular posterior, ao apresentar maior atividade nas respostas a rostos não atrativos e ações moralmente más, poderá mediar o evitamento de estímulos sociais negativos" (2010, p.145).

Ainda na lógica do viés negativo, alguns autores consideram que o nojo é melhor preditor do que a raiva nos julgamentos morais tratando-se de uma emoção bastante mais resistente à mudança mesmo perante novas informações. Todavia apelam ao fato de ser difícil distinguir o surgimento de raiva do surgimento de aversão/nojo, uma vez que admitem que ambas as emoções podem surgir concomitantemente (Salermo & Hagene, 2013). No entanto, pese embora a covariância entre as duas emoções, as pistas que desencadeiam cada uma das emoções serão diferentes (Russell & Giner-Sorolla, 2011, citado por Salermo & Hagene, 2013). Outros autores indicam que o nojo/aversão pode diminuir o processamento de informação (Tiedens & Linton, 2001, citado por Salermo & Hagene, 2013) e, nomeadamente, desencadear a atribuição de culpa mais rapidamente mesmo sem acrescentar informação nova ou consistente à situação a ser julgada (Bright & Goodman-Delahunty, 2006, citado por Salermo & Hagene, 2013).

O nojo/aversão tem sido, ao longo da literatura, encarado como uma emoção básica presente em todas as culturas (Rozin et al., 2000, citado por Plakias, A., 2012), mas que necessita de entradas culturais para se desenvolver, dada a evidência de que crianças selvagens não desenvolvem esta emoção (idem). Tal leva a considerar que o nojo-aversão evolui, tal como já referido anteriormente, de uma resposta aversiva de gosto, que posteriormente se generaliza a objetos, situações, entre outros, atribuindo-lhe em potência uma propriedade de contaminação, que inicialmente física, se generaliza à deteção de pistas evocadoras de uma potencial contaminação social (Plakias, A., 2012, p. 263).

Neste sentido ainda Plakias sugere que o nojo/aversão terá o mesmo comportamento na deteção de pistas "invisíveis" de contaminação, que têm as capacidades cognitivas no homem de detetar as pistas que relevem para a violação de trocas sociais, argumentadas por Tooby e Cosmides (2005, citado por Plakias, A., 2012). Verificamos em cima, que evidências sugerem que o julgamento da atratividade, do belo e feio, tratando-se apesar de tudo de uma variável não moral, acarretava uma valoração moral em alguns estudos realizados. O rosto tem sido largamente estudado como importante componente que assinala intenções sociais, através das quais se inferem significados tais como traços de personalidade e características sociais complexas (Wout & Sanfey, 2008). Bar, Neta, e Linz referiram que as pistas faciais relacionadas com a ameaça são rapidamente detetadas e revelam as intenções dos sujeitos (2006, citado por Wout & Sanfey, 2008, p. 796) e Winston, Strange, e O'Doherty Dolan demonstraram que a avaliação da confiabilidade facial está relacionada com a ativação da amígdala e da ínsula (2002, citado por Wout & Sanfey, 2008), áreas especialmente ligadas ao sentimento de nojo/aversão (Philips et al., 2004, citado por Wout & Sanfey, 2008) e deteção de estímulos potencialmente perigosos (Amaral, 2002, citado por Wout & Sanfey, 2008).

O julgamento rápido e automático, envolvido nas decisões quotidianas (Wout & Sanfey, 2008) e na cernelha do previamente exposto, estaria relacionado com áreas cerebrais responsáveis pela emoção nojo/aversão, corroborando o enunciado anterior de que o nojo-aversão é não só um bom preditor dos julgamentos morais ou não-morais, como um ativador de avaliações automáticas, quando perante a necessidade de tomadas de decisão rápidas ou estratégicas. Winston et al. (2002, citado por Wout & Sanfey, 2008), referem inclusive que os sujeitos detetam mais rapidamente sinais de não confiabilidade nas pistas faciais, sendo estes sinais evocadores de maior ativação emocional cerebral do que o oposto.

Encontramos aqui a ideia de que é mais importante a nossa perceção inicial de intenção do que efetivamente o resultado do comportamento, o que pode explicar de certa forma o fato de os julgamentos quando influenciados pela emoção nojo/aversão serem mais difíceis de alterar, e que se encontra consistente com os estudos realizados por Hamlin (2013) com crianças de 8 meses, já anteriormente referido, em que estas avaliavam as personagens com base na intenção do comportamento e não no resultado atingido por este.

Também consistente com os estudos de Griffin e Langlois (2006) e Tsukiura e Cabeza (2010), Wout e Sanfey (2008) verificaram que os rostos classificados como mais confiáveis eram também aqueles classificados como mais atrativos, o que inspira uma relação entre o julgamento atrativo e a atribuição de características socias desejáveis. Partindo do princípio

aqui advogado de que o nojo/aversão participaria de forma ativa neste tipo de julgamentos, teríamos que a sua influência poderá distorcer os nossos julgamentos morais (Plakias, 2013) e, de acordo com Nussbaum, "recorrer ao nojo-aversão como guia para avaliação da imoralidade é problemático e irracional" (2004, citado por Plakias, 2013, p. 268). Neste contexto, poderá a atratividade estar também influenciada pela emoção de nojo-aversão, tal como referido por Tsukiura e Cabeza (2010, p. 145). Estudos de Principe e Langlois (2013), com avatares virtuais revelaram que quer crianças quer adultos em jogos simuladores da vida real, têm preferência de interação por avatares mais atrativos e, Clifford e Walster (1973, citado por Mocan & Tekin, 2006, p.30) também referiram existir uma preferência em interagir com sujeitos atrativos. Evidências apontam também para o fato de criminosos que recorreram à cirurgia estética para melhorar o seu aspeto físico terem menores probabilidades de regressar à prisão (Lewison, 1974, citado por Mocan & Tekin, 2006, p. 4).

Mocan e Tekin, (2006), enunciam que existe uma relação estreita entre atratividade e criminalidade. No seu artigo intitulado "*Ugly Criminals*" salientam as relações demonstradas na literatura entre a atratividade e os comportamentos desviantes, na preferência desde cedo pelos cuidadores por crianças mais atrativas, interagindo mais com elas e mantendo expectativas sociais mais positivas do que com as crianças menos atrativas (Figlio, 2005, citado por Mocan & Tekin, 2006; Hatfiel & Spencer, 1986, citado por Mocan & Tekin, 2006) e sugerem dois mecanismos através dos quais a atratividade pode influenciar a incursão em comportamentos criminosos e que contribuem para a "coneção beleza-crime" (Mocan & Tekin, 2006): por um lado o mercado laboral recompensa monetariamente a atratividade em detrimento dos sujeitos não atrativos; por outro, indivíduos mais atrativos são mais estimulados por via de uma maior atenção e expectativas mais elevadas por parte do grupo próximo e cuidadores desde crianças até ao grau do ensino secundário, o que contribui para um maior desenvolvimento das competências sociais e comunicacionais dos sujeitos fisicamente mais atrativos na vida adulta, favorecendo a sua integração, e a marginalização indirecta de indivíduos menos atrativos (Mocan & Tekin, 2006). Diferentes estudos têm demonstrado que efetivamente indivíduos mais atrativos recebem uma maior atenção por parte dos parceiros sociais, inclusivamente de bebés (Samuels & Elwy, 1985, citado por Mocan & Tekin, 2006), e que bebés manifestam preferência por rostos de outros bebés cujos traços sejam morfologicamente mais semelhantes a rostos adultos atrativos (Van Duuren, Kendell-Scott, & Natalie, 2003). Para Langlois e colaboradores (1991), esta preferência ocorre porque os rostos atrativos representam mais prototipicamente a categoria de rostos

porquanto lhes é consagrado um *status* especial mesmo pelas crianças. Isto denunciaria a possível existência de um modelo mental inato de rostos, como uma classe de objetos que são reconhecidos como preferenciais desde logo à nascença (Johnson & Morton, 1991, citado por Van Duuren, Kendell-Scott, & Natalie, 2003).

Todavia, a preferência estética, ou o prazer estético, pode resultar de uma dinâmica processual do sujeito, em que quanto mais fluente for a perceção do objeto, mais positiva será a resposta estética implicando uma interação entre o estímulo e os processos cognitivos e afetivos do sujeito: os objetos com boa forma definida, maior contraste e simétricos são mais facilmente percebidos, e que esta fluidez de perceção é positivamente valorada pelos sujeitos, portanto, objetos mais facilmente percebidos são reconhecidos com maior valência positiva e consequentemente desencadeiam um julgamento estético também positivo (Reber, Schwarz, & Winkielman, 2004).

Os estudos até aqui apresentados apontam para a evidência de que a atratividade influencia o julgamento tendo em parte como postulado que o estereótipo (ou viés negativo ou positivo) influi para a decisão moral. Muitos destes estudos ancoram em conceitos como o *Halo effect*, i.e., a avaliação de atributos particulares a partir de uma avaliação global, mesmo quando os sujeitos possuem informação suficiente para uma avaliação independente (Nisbett & Wilson 1977), o efeito *priming* e contextual, que ocorre quando eventos anteriores afectam a resposta a estímulos atuais (Greenwald & Banaji, 1995, p. 6) ou ainda estereótipos resultantes de um conjunto de crenças comuns partilhadas em determinado grupo, ainda que implícitos (Greenwald & Banaji, 1995). Não obstante, um elemento fundamental do julgamento moral tem sido obnubilado: a intenção. A capacidade de dotar de intenção é uma preponderante qualidade do raciocínio moral, quer em crianças, quer em adultos. A intencionalidade da ação, intimamente ligada à consciência moral, é uma forma de ligação ao outro em que sendo a qualificação moral atribuível somente ao ser que é dotado de uma certa liberdade, portanto de uma potência de ação (Ricouer, 1995; Dufrenne, 1973), a dotação de intenção poderá ela própria representar uma prescrição comportamental. O rosto é interpretado pelos sujeitos, sob o julgo de intencionalidade (Bar, Neta, & Linz, 2006, citado por Wout & Sanfey, 2008; Frith & Frith, 1999, citado por Wout & Sanfey, 2008), sendo a atratividade frequentemente associada a valências positivas e a não atratividade a valências negativas, como anteriormente explanado. Ora se as evidências empíricas sugerem que o estereótipo da atratividade física opera de forma bidireccional, i.e., a bondade pode também levar a perceções de beleza (Callan, Powell, & Ellard, 2007), poderá a intencionalidade estar

na base desta associação implícita? I.e., o indivíduo ao avaliar esteticamente um rosto poderá estar a apreender uma impressão estética que é ela própria apreensão de intencionalidade.

Zuckerman e Sinicropi (2011) ao replicar estudos anteriores mencionando que estímulos não concordantes desencadeiam impressões mais negativas, verificaram que nos casos da associação da atratividade física com a vocal, as impressões dos sujeitos são mais negativas não porque as condições são incongruentes mas porque os participantes se desapontavam com o segundo estímulo. Os participantes visualizaram vídeos de sujeitos atrativos e não atrativos, seguidos de vídeos dos mesmos sujeitos com vozes atrativas e não atrativas tendo que posteriormente avaliar o grau de satisfação com o estímulo "atratividade física + atratividade vocal". Quando o primeiro estímulo era baixo em atratividade física e o segundo alto em atratividade vocal, os sujeitos mostravam-se mais satisfeitos, do que na condição congruente: baixa atratividade física + baixa atratividade vocal. Perante um estímulo inicial alto em atratividade física e um segundo estímulo baixo em atratividade vocal, o grau de satisfação dos sujeitos apresentou-se como o mais reduzido de todas as condições. Estes resultados são díspares dos propostos até então, levando-nos a ponderar que a visualização de um estímulo inicial conduz a uma expectativa, uma intenção, que se torna prescritiva de todo o restante comportamento ou eventuais estímulos decorrentes do primeiro. No caso do estímulo secundário frustrar a expectativa inicial (revelando-se incongruente) resultará uma avaliação negativa mais severa apenas observável nos casos em que ocorra deceção, enfatizando portanto o viés negativo do estereótipo da atratividade. Este viés é salientado ao verificar-se que o nojo/aversão é suficiente para evocar um sentimento de moralidade mesmo na ausência de qualquer violação moral (Plakias, 2012), e surgindo como um bom preditor dos julgamentos morais (Salermo & Hagene, 2013), tendo Eskine, Kacinik e Prinz (2011), verificado num estudo experimental com vinhetas morais, que a aversão/nojo física e moral surgem ligadas, e que o paladar amargo nos sujeitos aumentava a severidade da avaliação moral, enquanto os participantes das condições sujeitas a estímulos neutros ou doces não apresentavam diferenças significativas na avaliação moral.

As evidências empíricas demonstram assim, a existência de associações implícitas entre os julgamentos moral e estético porém, revelam-se turvas quanto à génese desta associação, quer defendendo a existência de um viés negativo por via da influência do nojo/aversão no julgamento moral, quer de um viés positivo, ou preponderando efeitos implícitos de estereótipos ou fatores como a expectativa ou a deceção influenciando a relação entre o julgamento estético e o julgamento moral. Apenas duas questões são claras e comuns

em toda a literatura: os julgamentos estético e moral influenciam-se mutuamente e processam-se em níveis mais sensíveis do que inteligíveis nas tomadas de decisão rápidas e automáticas.

Esta relação *ético-estética* pode, deste modo, constituir-se como um valor além-moral. Sendo-o, contribuirá para a compreensão da moralidade (Prinz, 2007) e por conseguinte da transgressão moral. Nessora impor-se-á compreender o seu exercício e avaliar o significado assumido pela *intencionalidade* nesta dialética, uma vez que a intenção - potência do agir - permite a responsabilização do homem e a sua consequente qualificação moral (Ricouer, 1995). Se compreender o outro é percebe-lo, e percebe-lo é dotá-lo de intenção (Dufrenne, 1973), perceber o outro por via da atratividade/beleza influenciaria todos os nossos julgamentos, que seriam resultado e resultantes por conseguinte de prescrições valorativas imbuídas de uma expectativa que decorre de uma intenção implicitamente – ou sensivelmente, como diria Dufrenne – percebida. Somos nós avaliados pelos atos que cometemos ou pela *impressão* (além-moral) que deixamos?

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIA

1. Objetivos e Hipóteses

O atual estudo toma como objetivo primário avaliar a relação entre atratividade e julgamento moral por via da intenção, subdividindo-se em dois objetivos específicos:

a) Por um lado, aferir o papel da intenção, mais concretamente da dotação de intenção, no julgamento moral;
b) Por outro, avaliar qual a influência exercida pela atratividade enquanto valor não moral quer na dotação de intenção dos sujeitos, quer na avaliação moral das ações por eles tomadas;

Na confluência do posicionamento teórico adotado com os objetivos centrais do presente estudo, coloca-se a questão primordial sobre se o julgamento moral é, ainda que de modo insciente, influenciado pela atratividade dos agentes morais, uma vez que estes serão dotados de intenção por via da atratividade percebida. Assim, emergem as seguintes hipóteses:

i) Ações moralmente boas, perpetradas por agentes mais atrativos, serão dotadas de mais intenção do que quando perpetradas por agentes não atrativos e, ações moralmente más perpetradas por agentes menos atrativos, serão dotadas de maior intenção do que aquelas perpetradas por agentes atrativos;
ii) As mesmas ações serão julgadas moralmente de modo diferente consoante sejam realizadas por agentes mais ou menos atrativos, no sentido de moralmente melhores no caso de agentes atrativos e moralmente piores no caso de agentes não atrativos.
iii) Ainda que as avaliações morais e de intenção possam não apresentar variação em termos de resposta explícita, a influência da atratividade no julgamento moral e dotação de intenção, manifestar-se-á através dos tempos de latência das respostas, sendo mais lentos em ações moralmente más nos agentes mais atrativos do que nos menos atrativos e *vice-versa*.

2. Método

2.1 Desenho da investigação

A presente investigação visou, tal como já enunciado, a avaliação exercida pela atratividade aquando de um julgamento moral e da dotação de intenção.

Incorreu-se assim na necessidade de elaborar um protocolo experimental que permitisse em simultâneo a concatenação da atratividade com a avaliação moral registando quer as respostas dadas pelos indivíduos, quer os tempos de latência dessas mesmas respostas, medida esta complementar para a avaliação da existência de uma relação implícita.

Deste modo, a atratividade foi operacionalizada através de imagens de rostos extraídos do *Radboud Faces Database* (RaFD) (Langner, et al., 2010) previamente categorizados quanto à atratividade e expressão facial, optando-se por rostos de apresentação frontal e expressão emocional neutra a fim de evitar a influência da componente afetiva na deteção de emoções.

A opção por estímulos de faces no julgamento da atratividade prendeu-se com o fato de esta operacionalização se demonstrar ser a preferencial na maioria dos estudos empíricos realizados, suportando uma maior robustez em termos de resultados e permitindo uma maior generalização quer em crianças quer em adultos (*vide* Hugenberg & Bodenhausen, 2003; Read & Redwine, 2010; Ramsey, et. al., 2004; Hamlin, Wynn, & Bloom, 2010; Wout & Sanfey, 2008; Principe & Langlois, 2013; Griffin & Langlois, 2006; Tsukiura & Cabeza, 2010). Além disso, tem sido explorada a evidência que as áreas cerebrais especializadas no processamento de faces (e.g., Haxby et al., 2000) partilham conexões recíprocas com áreas envolvidas noutros aspetos da cognição social e processamento emocional (Palermo & Rodes, 2007). Isto pode justificar a sua influência nos restantes julgamentos (Wout & Sanfey, 2008).

Do acervo de imagens proporcionado pelo RaFD foram somente selecionados rostos caucasianos, para precaver o "efeito de raça" na perceção facial (Rhodes et al., 2006).

No que concerne à dimensão moral e dotação de intenção, recorreu-se a cenários de duplo efeito, morais e não morais. Estes cenários foram eleitos a partir da vasta literatura que replicou os estudos de Knobe (Alfano & Beebe, 2012; Machery, 2008; Mallon, 2008; Hindriks, 2014) criando vários novos cenários cujos resultados corroboraram na sua maioria a robustez do *Knobe effect.*

A escolha dos cenários de duplo efeito de Knobe prendeu-se com a sua robustez em termos de resultados e com o fato de permitir não só aceder à avaliação moral como principalmente à dotação de intenção que os sujeitos efetuam perante determinados cenários, operacionalizando assim a variável de qualidade moral (cenário bom; cenário mau) dos cenários sujeitos a julgamento.

Do vasto leque de cenários evidenciados pela literatura como apresentando fortes resultados em termos do efeito Knobe, foram selecionados dez de acordo com o tipo de normas a que se referiam. Dado o aceso debate e controvérsia que a descoberta de Knobe gerou na literatura acerca dos mecanismos que estão na base do *Knobe effect*, procurou-se deste modo abarcar um conjunto de cenários que incluíssem não só normas morais, como convencionais, cenários não morais e cenários de meios de ação.

Nessora, os cenários eleitos para o presente estudo foram os seguintes (vide Anexo 1 para detalhe de todos os cenários selecionados em ambas as condições: boa e má):

1. Um cenário representativo de uma norma convencional, extraído do estudo de Alfano e Beebe (2012) – *Cenário Kilt;*
2. Um cenário representativo de uma norma descritiva, igualmente extraído do estudo de Alfano e Beebe (2012) – *Cenário Cão;*
3. Três cenários morais – *Cenário Fábrica*, *Cenário Tenente* (Knobe 2003) e *Cenário terrorista* (Mallon, 2008);
4. Um cenário neutro (sem alusão a qualquer norma moral ou convencional) – *Cenário caneca* (Machery, 2008);
5. Quatro cenários morais de "análise de meios" para obtenção de determinados fins – *Cenário pausa*, *Cenário herança*, *Cenário comandante* e *Cenário gang* (Cova & Narr, 2012).

Na busca de um maior aperfeiçoamento e validação dos instrumentos a utilizar, a atual investigação foi conduzida recorrendo primariamente a um estudo piloto.

Uma vez que até à data inexistiam estudos publicados com referência ao *Knobe effect* em população portuguesa, procedeu-se, similarmente ao realizado com os estímulos de imagens faciais, a um estudo exploratório com a finalidade de assegurar não só a validade da tradução dos cenários como a garantia de que estes reproduziam também na população universitária portuguesa um robusto efeito Knobe.

2.1.1 Estudo Exploratório da atratividade - RaFD

Não obstante a robustez dos estímulos RaFD, considerou-se pertinente, a realização de um estudo exploratório a fim de aferir a atratividade dos estímulos à população em causa e desta forma melhor adjuvar à seleção das imagens consideradas como mais atrativas e menos

atrativas. Descrevem-se de seguida as principais componentes metodológicas e os resultados do estudo piloto.

Amostra

Para o estudo exploratório de atratividade das imagens de rosto do acervo RaFD, recorreu-se a uma amostra de pilotagem por conveniência, não probabilística tendo-se selecionado os participantes com base na sua acessibilidade e disponibilidade (Hill & Hill, 2008).

A amostra consistiu em 33 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, dos quais 33 (4 do sexo masculino e 29 do sexo feminino) com uma média de idades de 20.15 (*DP* = 2.10) anos. O processo de amostragem iniciou-se apos parecer favorável da instituição quanto à recolha de dados, e todos os participantes leram e assinaram voluntariamente o formulário de consentimento informado explanando todos os detalhes inerentes ao estudo e garantindo-se a confidencialidade e anonimato de todo o processo de investigação (Anexo 2).

Procedimento

Para o presente estudo foram selecionadas do RaFD um total de 32 imagens de rostos de adultos, de apresentação frontal e expressão facial neutra, dos quais 16 rostos masculinos e 16 rostos femininos. A seleção foi realizada com base na média de atratividade dos estímulos apresentada por Langner, et al., (2010) tendo-se selecionado as 16 imagens de rostos femininos e masculinos classificados com a média de atratividade mais elevada (*vide* tabela 1) e as 16 imagens de rostos femininos e masculinos classificados com a média de atratividade mais baixa (Tabela 2).

A fim de controlar a variável procedimental da ordem de apresentação dos estímulos, a apresentação das imagens foi alvo de randomização inter-sujeitos.

Aos participantes foram apresentadas as 32 imagens previamente selecionadas, sendo de seguida solicitado ao sujeito que avaliasse o seu grau de atratividade numa escala de diferenciação semântica de 7 pontos (Osgood, 1957) que polarizava de 1 – nada atrativo a 7 – muito atrativo. A opção pela escala de diferenciação semântica de Osgood prende-se com a sua ampla aplicação em ciências sociais tendo-se revelado uma medida fiável para

mensuração de dimensões avaliativas em pares de adjetivos antónimos ou antinómicos (Levine & Parkinson, 1994).

A tarefa de avaliação de atratividade foi realizada individualmente em computador, e construída com recurso ao *software Presentation* v. 071.

Resultados

Os resultados da avaliação da atratividade às 32 imagens de rostos no estudo exploratório seguem apresentados nas tabelas 2 e 3:

Tabela 2 – Atratividade em média dos rostos femininos

Imagens	***N***	***Min.***	***Máx.***	***X***	***DP***
Rafd090_01	33	1	6	4.000	1.4790
Rafd090_12	33	1	6	3.909	1.3078
Rafd090_14	33	1	6	2.970	1.4028
Rafd090_19	33	1	7	3.394	1.3679
Rafd090_26	33	2	7	4.576	1.3700
Rafd090_31	33	1	7	3.909	1.4440
Rafd090_37	33	1	7	4.091	1.4222
Rafd090_61	33	1	5	2.667	1.4068
Rafd090_04	33	1	4	2.121	1.1390
Rafd090_08	33	1	5	2.576	1.0906
Rafd090_16	33	1	6	2.697	1.2866
Rafd090_18	33	1	5	2.515	1.2021
Rafd090_22	33	1	4	1.758	0.8303
Rafd090_27	33	1	5	2.333	1.0508
Rafd090_57	33	1	5	3.030	1.2115
Rafd090_02	33	1	5	2.758	1.2508

Tabela 3 – Atratividade em média dos rostos masculinos

Imagens	***N***	***Min.***	***Máx.***	***X***	***DP***
Rafd090_01	33	1	6	4.000	1.4790
Rafd090_12	33	1	6	3.909	1.3078
Rafd090_14	33	1	6	2.970	1.4028
Rafd090_19	33	1	7	3.394	1.3679
Rafd090_26	33	2	7	4.576	1.3700
Rafd090_31	33	1	7	3.909	1.4440

Tabela 3 – Atratividade em média dos rostos masculinos (Continuação)

Imagens	*N*	*Min.*	*Máx.*	*X*	*DP*
Rafd090_37	33	1	7	4.091	1.4222
Rafd090_61	33	1	5	2.667	1.4068
Rafd090_04	33	1	4	2.121	1.1390
Rafd090_08	33	1	5	2.576	1.0906
Rafd090_16	33	1	6	2.697	1.2866
Rafd090_18	33	1	5	2.515	1.2021
Rafd090_22	33	1	4	1.758	0.8303
Rafd090_27	33	1	5	2.333	1.0508
Rafd090_57	33	1	5	3.030	1.2115
Rafd090_02		1	5	2.758	1.2508

Com base nos resultados médios do estudo exploratório, foram selecionados os 10 rostos mais atrativos (5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino) e os 10 rostos menos atrativos (5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino).[2]

2.1.2 Estudo exploratório da qualidade moral – Cenários *Knobe effect*

No presente estudo piloto procurou-se aferir à população os resultados do efeito Knobe enunciados na literatura a fim de garantir a fidelidade e validade do instrumento, pelo que foi constituída uma tarefa de avaliação de cenários morais.

Amostra

Foi constituída uma amostra de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto num total de 38 participantes (dos quais 34 do sexo feminino e 4 do sexo masculino), com uma idade média de 19.82 (*DP*= 2.25). Também aqui os participantes leram e assinaram o formulário de consentimento informado.

Procedimento

[2] Imagens selecionadas mais atrativas do sexo masculino: Rafd090_23, Rafd090_33, Rafd090_71, Rafd090_36 e Rafd090_15; imagens selecionadas mais atrativas do sexo feminino: Rafd090_01, Rafd090_12, Rafd090_26, Rafd090_37 e Rafd090_31; imagens menos atrativas do sexo masculino: Rafd090_28, Rafd090_49, Rafd090_21, Rafd090_47 e Rafd090_38; imagens menos atrativas do sexo feminino: Rafd090_ 22, Rafd090_04, Rafd090_27, Rafd090_18 e Rafd090_08;

Para a realização da atual tarefa foram traduzidos para português os dez cenários previamente selecionados da literatura: Cenário Fábrica, Cenário Gang, Cenário Terrorista, Cenário Tenente, Cenário Comandante, Cenário Kilt, Cenário Cão, Cenário Herança, Cenário Caneca e Cenário Pausa.

Uma vez que cada cenário é constituído por duas condições, a condição boa e a condição má, operacionalizando a qualidade moral (boa; má), foi constituído um total de 20 condições distintas (vide Anexo 1).

Sendo o objetivo do presente estudo exploratório o de replicar os resultados referidos na literatura, i.e., que ações cujos resultados são classificados como moralmente maus são dotadas de maior intenção e que os participantes demonstram uma maior tendência para punir os agentes de atos moralmente maus do que para louvar os agentes responsáveis por atos moralmente bons, foi *conditio sine qua non* que as 20 qualidades morais fossem aleatoriamente distribuídas pela amostra.

A cada sujeito foram distribuídos em papel os 10 cenários distintos, dos quais se garantia 5 na condição boa e 5 na condição má, ou vice-versa. À semelhança do estudo exploratório da atratividade, o efeito potencial de contaminação das respostas foi controlado através da randomização intersujeitos da ordem de apresentação dos cenários.

Por cada cenário o sujeito deveria responder a duas questões. A primeira questão consistia em avaliar, numa escala de 7 pontos, em que medida poderia o agente ser culpado (na condição má), ou louvado (na condição boa) pela sua ação, correspondendo 1 a *nada culpado/louvado* e 7 a *muito culpado/louvado*. A segunda questão visava avaliar, também numa escala de 7 pontos, qual o grau de intenção do agente, correspondendo 1 a *nenhuma intenção* e 7 a *toda a intenção*. A título exemplificativo, para o Cenário Fábrica, na condição boa os participantes responderiam às questões "*Em que medida pode o vice-presidente ser louvado por conceder aos trabalhadores uma pausa para a sesta?"* e "*O vice-presidente da fábrica teve intenção de ajudar o Ambiente?*", enquanto os participantes que liam o mesmo cenário na condição má, responderiam às questões: "*Em que medida pode o Presidente ser culpado por ter prejudicado o Ambiente?*" e "*O vice-presidente da fábrica teve intenção de prejudicar o Ambiente?".*

Saliente-se que a cada sujeito era somente apresentada uma condição de cada cenário. As 18 condições realizadas, divididas portanto em dois instrumentos, apresentam-se em detalhe no Anexo 1.

A análise de resultados foi conduzida através do *software IBM SPSS Statistics, v. 21*.

Resultados

À semelhança de estudos anteriores, todos os cenários administrados apresentaram uma diferença significativa nas respostas dadas pelos participantes em relação à valência punição/louvor e à dotação de intenção, consoante se tratasse de um cenário na condição boa ou na condição (Tabela 4).

Na tabela 4 apresentam-se os resultados descritivos para cada um dos cenários.

Tabela 4 – Medidas de médias e desvios padrão obtidas por cenário

Cenários		***M***	***DP***
Cenário Terrorista			
Punição/	Condição má	6.44	1.338
Louvor	Condição boa	1.94	1.434
Intenção	Condição má	4.61	2.062
	Condição boa	2.11	1.487
Cenário Fábrica			
Punição/	Condição má	6.20	1.196
Louvor	Condição boa	4.17	1.810
Intenção	Condição má	4.05	2.163
	Condição boa	2.82	1.845
Cenário Herança			
Punição/	Condição má	6.47	1.067
Louvor	Condição boa	2.76	1.640
Intenção	Condição má	5.64	1.729
	Condição boa	2.19	1.631
Cenário Comandante			
Punição/	Condição má	6.64	.606
Louvor	Condição boa	3.20	1.823
Intenção	Condição má	5.52	1.771
	Condição boa	2.70	1.657
Cenário Pausa			
Punição/	Condição má	6.15	.195
Louvor	Condição boa	4.35	.492
Intenção	Condição má	5.85	.301
	Condição boa	3.29	.505

Tabela 4 – Medidas de médias e desvios padrão obtidas por cenário (Continuação)

Cenários		***M***	***DP***
Cenário Gang			
Punição/	Condição má	5.73	1.758
Louvor	Condição boa	3.42	1.835
Intenção	Condição má	3.31	2.286
	Condição boa	1.68	1.002
Cenário Kilt			
Punição/	Condição má	3.47	2.169
Louvor	Condição boa	2.78	2.149
Intenção	Condição má	2.78	2.016
	Condição boa	1.68	1.056
Cenário Cão			
Punição/	Condição má	2.15	2.169
Louvor	Condição boa	4.00	2.149
Intenção	Condição má	3.31	2.016
	Condição boa	2.00	1.056
Cenário Cup			
Punição/	Condição má	2.24	2.241
Louvor	Condição boa	1.62	1.629
Intenção	Condição má	3.33	2.196
	Condição boa	4.63	2.087
Cenário Tenente			
Punição/	Condição má	6.31	.945
Louvor	Condição boa	3.27	2.023
Intenção	Condição má	5.26	1.790
	Condição boa	2.16	1.723

De acordo com os resultados ilustrados verifica-se que, os participantes consideraram que os agentes eram, em média, dignos de maior punição na condição má dos cenários do que louvor na condição boa. De igual modo se constatou que atribuíram, em média, uma maior intenção ao agente na condição má dos cenários do que nos cenários da condição boa (Tabela 5).

Tabela 5 – Teste *t* para cenários morais

Cenários	***t***	**gl**	***p***
Cenário Terrorista			
Punição/Louvor	9.735	34	.000
Intenção	4.250	31	.000

Tabela 5 – Teste *t* para cenários morais (Continuação)

Cenários	***t***	**gl**	***p***
Cenário Fábrica			
Punição/Louvor	3.935	27	.001
Intenção	1.837	35	.075
Cenário Herança			
Punição/Louvor	8.395	35	.000
Intenção	6.322	36	.000
Cenário Comandante			
Punição/Louvor	7.951	24	.000
Intenção	5.014	35	.000
Cenário Pausa			
Punição/Louvor	3.393	21	.003
Intenção	4.493	35	.000
Cenário Gang			
Punição/Louvor	3.971	36	.000
Intenção	2.848	25	.009
Cenário Kilt			
Punição/Louvor	.977	36	.335
Intenção	2.117	28	.044
Cenário Cão			
Punição/Louvor	-2.982	36	.005
Intenção	1.935	30	.062
Cenário Caneca			
Punição/Louvor	.745	33	.461
Intenção	4.493	23	.000
Cenário Tenente			
Punição/Louvor	5.798	24	.000
Intenção	5.335	35	.000

De acordo com os resultados obtidos verificou-se que, à exceção do *Cenário Fábrica* cuja significância é marginalmente significativa, as diferenças de médias são efetivamente significativas para todos os cenários no que concerne à dotação de intenção nas condições boa e má, corroborando deste modo a existência de uma assimetria na atribuição da intencionalidade do agente com base nos resultados da ação – efeito Knobe.

Similarmente, com exceção do *Cenário Caneca, Cenário Kilt,* e *Cenário Cão,* foram também replicados os resultados obtidos por Knobe (2003) quanto à maior tendência para punir os agentes de atos moralmente maus do que para louvar os agentes responsáveis por atos cujos resultados se revelavam moralmente bons.

Recordemos que o Cenário Caneca é precisamente um cenário não moral (Machery, 2008), o Cenário Kilt representa não uma norma moral mas antes uma norma convencional (Alfano & Beebe, 2012), e o Cenário Cão uma norma descritiva (Alfano & Beebe, 2012), o que pode justificar a ausência de diferenças quanto à valência punição ou louvor para o cenário Caneca e Kilt, e a inversão da tendência de dotar de mais intenção cenários na condição má observada no Cenário Cão. Tal significará que, pese embora os sujeitos sejam capazes de dotar de intenção os agentes de ambos os cenários, não atribuíram sentido moral ao ato.

Assim, pese embora a significância marginal da diferença de médias do cenário fábrica no que respeita à intenção, optou-se por incluir o cenário no protocolo experimental final uma vez que é um dos cenários seminais do efeito Knobe em toda a literatura. Também os cenários Caneca, Kilt e Cão foram incorporados, justamente por não se tratarem de cenários morais e permitirem contrastar os resultados.

Deste modo, todos os cenários explorados no estudo piloto foram utilizados para a construção do protocolo experimental.

Os estudos exploratórios precedentes permitiram a seleção dos estímulos a incorporar a variável atratividade e as variáveis qualidade moral e intenção na construção do protocolo experimental com vista ao estudo da avaliação da atratividade no julgamento moral e dotação de intenção.

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIA E RESULTADOS

3.1 Metodologia

Amostra

Para o atual estudo constituiu-se uma amostra de um total de 101 estudantes das Faculdades de Ciências e de Medicina da Universidade do Porto, com uma média de idades de 20.25 e um *DP* = 2.52, dos quais 50 do sexo feminino e 51 do sexo masculino.[3]

Dado que uma grande parte dos estudos realizados no âmbito da avaliação estética, da atratividade ou deteção de pistas faciais de intenção, têm revelado resultados mais consistentes quando a amostra é masculina avaliando estímulos femininos (Tsukiura & Cabeza, 2010; Segal-Caspi, Roccas, & Sagiv, 2012) considerou-se, não obstante tal não faça parte dos objetivos primordiais da presente investigação, a inclusão equitativa de participantes de ambos os sexos, como forma de controlo da variável *sexo*.

Procedimento

O protocolo experimental foi elaborado com recurso ao *software Presentation v.071*.

Para a construção do protocolo experimental foram utilizadas as 20 condições de cenários morais previamente testadas no estudo exploratório, 10 na condição boa e 10 para a condição má, adicionando-se a cada uma das condições, uma das imagens do RaFD que representaria a personagem principal do cenário e, por conseguinte, o alvo de avaliação moral (também já previamente selecionadas de acordo com os resultados do estudo piloto).

Todavia, dada a impossibilidade de protagonizar o cenário Kilt por uma mulher, e visando o presente estudo aplicar-se distintamente a homens e mulheres, como previamente se explanou, optou-se por incluir este cenário no protocolo destinado aos participantes femininos, sendo substituído pelo *cenário cão* no protocolo administrado aos participantes masculinos. Saliente-se que ambos os cenários obtiveram resultados idênticos no estudo exploratório. Resultaram deste modo 9 cenários por protocolo.

[3] Mais uma vez importa referir que a recolha de dados foi somente iniciada após obter parecer favorável ao requerimento de autorização para a realização do processo de recolha de dados junto dos estudantes das respetivas instituições de ensino e que todos os participantes leram e assinaram voluntariamente o formulário de consentimento informado explanando todos os detalhes inerentes ao estudo e garantindo-se a confidencialidade e anonimato de todo o processo de investigação.

Em virtude de garantir a variabilidade de condições intersujeito, assegurando que todos os participantes avaliavam os 9 cenários distintos apenas numa das condições, a atratividade (bonito; feio) e a qualidade moral dos cenários (mau; bom) foram manipulados segundo um plano fatorial intersujeitos. Para tal, o protocolo bruto foi divido em 2 protocolos. Cada um deles integrou nove cenários, sendo que, se num deles a condição do cenário era boa, no outro garantiu-se que o mesmo cenário se apresentava na condição má e *vice-versa*. Outra variável a considerar na elaboração do protocolo experimental consignava a atratividade da personagem alvo de avaliação moral. Deste modo, subdividiu-se os 2 protocolos em 4, fazendo corresponder aleatoriamente a cada condição ou uma imagem avaliada como alta em atratividade ou baixa em atratividade.

Por cada condição apresentada no protocolo era questionado ao participante que em primeiro lugar avaliasse moralmente a ação tomada pelo agente, numa escala de diferenciação semântica de 1 a 7, em que 1 correspondia a *mau moralmente* e 7 a *bom moralmente*, e de seguida que indicasse em que medida o agente teve intenção de incorrer nos resultados da sua ação, também numa escala de 1 a 7, em que 1 correspondia a *nenhuma intenção* e 7 a *toda a intenção.* O *software Presentation* registou a par das respostas numéricas dos sujeitos, também o tempo de reação em milésimos de segundo para cada uma das respostas.

Procurou-se deste modo avaliar em que medida a atratividade do agente poderia influenciar a tomada de decisão moral quanto ao ato praticado e a intenção percebida do agente por parte dos sujeitos.

Os 4 protocolos descritos foram ainda duplicados a fim de considerar as eventuais diferenças descritas nos trabalhos empíricos a respeito da consistência de resultados entre amostras do sexo masculino e feminino. Nessora resultaram 8 protocolos todos eles obedecendo à estrutura supra mencionada: 4 protocolos com imagens de rostos de mulheres administrados aos sujeitos da amostra do sexo masculino e que incluíam o cenário Cão e 4 protocolos com imagens de rostos de homens, administrados aos participantes do sexo feminino em que o cenário cão era substituído pelo cenário Kilt.

A sucessão da apresentação das condições por cada protocolo foi randomizada para cada um dos sujeitos com o objetivo de conter o efeito de contaminação de respostas entre cenários.

Na figura 1, apresenta-se, a título exemplificativo para o Cenário Fábrica, a estrutura do protocolo.

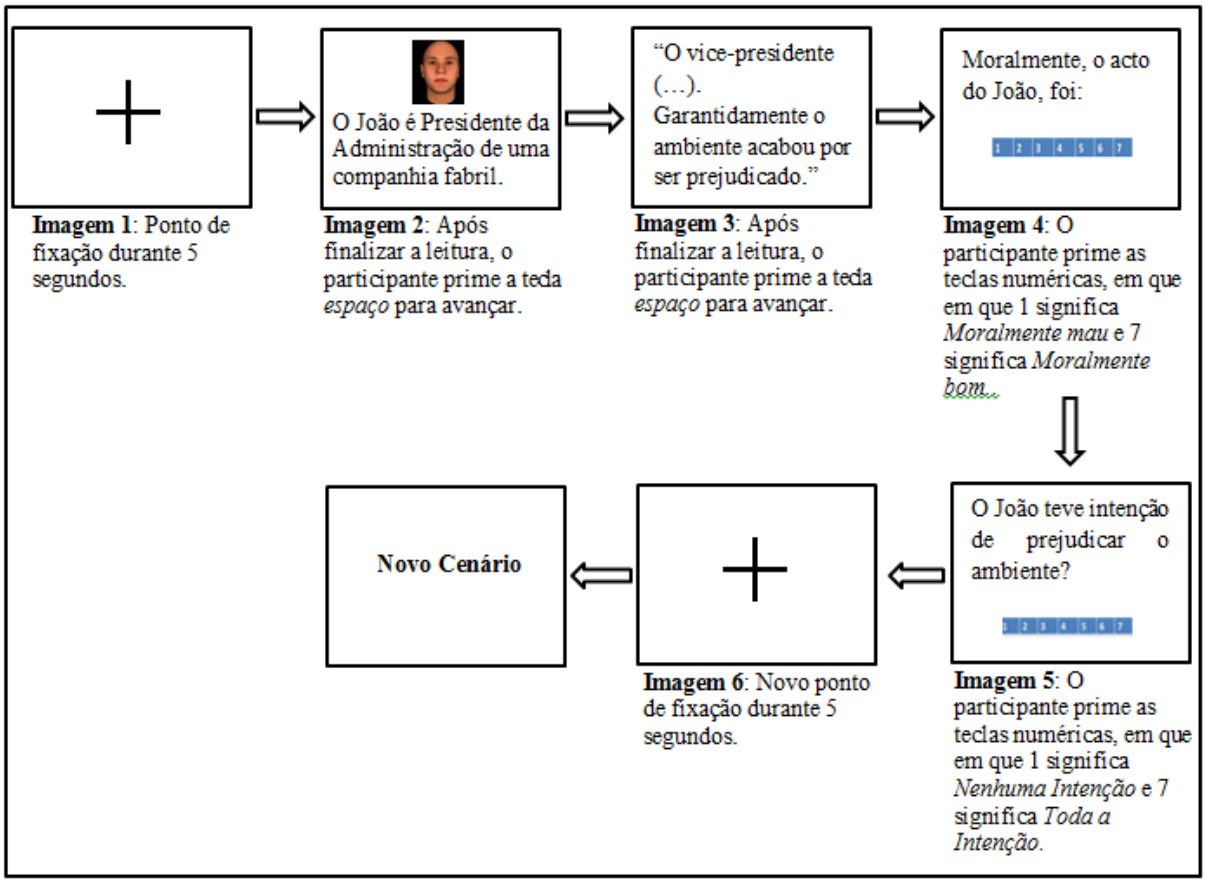

Figura 1 - Fluxograma exemplificativo da estrutura do protocolo experimental

Os primeiros diapositivos do protocolo continham as instruções sumárias para a sua realização e um exemplo do que lhe seria solicitado para responder, tendo esta fase sido sempre acompanhada por um investigador a fim de garantir por parte do sujeito a compreensão das tarefas enunciadas. Seguidamente eram apresentados os 9 cenários, um a um. Cada cenário era acompanhado por uma imagem de um rosto atrativo ou não atrativo (de acordo com a estrutura já enunciada) dando a indicação de que o individuo na imagem correspondia à personagem do cenário. Após a leitura do cenário o participante premia a tecla de espaço do teclado do computador para avançar, e surgiam as duas questões de avaliação, e.g., para o *cenário fábrica* na qualidade moral má, após o participante premir a tecla de espaço, surgia a primeira questão de avaliação moral "*Moralmente o ato do presidente da fábrica, foi:*", à qual deveria responder na escala de 1 a 7 apresentada utilizando para o efeito as teclas numéricas do teclado. Após responder à primeira questão era de imediato solicitado que avaliasse, também na escala de 1 a 7, a intenção do sujeito: *"O presidente teve intenção*

de prejudicar o ambiente?".[4] De seguida surgia um ponto de fixação no monitor durante 5 segundos, seguindo-se logo de imediato um novo cenário até completar o total de 9 cenários.

Procedimentos estatísticos

Num primeiro momento procedeu-se a um processo de *screening* e validação da base de dados onde se adequaram as variáveis ao respetivo tratamento estatístico. Para tal efetuou-se uma correção de *outliers* através da criação de *zscores* para as medidas dependentes Tempo de Reação moral e Tempo de Reação Intenção, tendo-se optado por excluir os valores que ultrapassassem 3.0 desvios padrão da média.[5] Foram ainda imputados 3 *missing values* para a medida moral e 4 missing values para a medida intenção.

Para cada medida dependente (Moral, Tempo de Reação Moral, Intenção, Tempo de reação Intenção), computaram-se quatro variáveis correspondentes às respostas nas condições resultantes do cruzamento dos fatores qualidade moral e atratividade. Estas medidas foram sujeitas a uma análise de variância com qualidade moral e atratividade como variáveis intra-sujeito e sexo como variáveis inter-sujeitos.

Os dados obtidos foram analisados recorrendo ao *software* estatístico *IBM SPSS Statistics* v.21 (IBM Corp.).

3.2. Resultados

Para a intenção, cujos resultados se apresentam na tabela 6, verificou-se um efeito de qualidade moral. Foram dotados de mais intenção cenários na condição má (M = 3.89, DP = 1.26) do que cenários na condição boa (M = 1,93, DP = 0.83). Verificou-se ainda e uma interação de segunda ordem entre sexo, qualidade moral e atratividade.

Decompondo a análise por sexo, verifica-se para as mulheres, uma interação entre atratividade e qualidade moral ($F(1, 49) = 7.992$, $p < .05$): em cenários maus verifica-se uma tendência para homens menos atraentes serem julgados como tendo mais intenção (M = 4.16, DP = 1.83) do que homens mais atraentes (M = 3.52, DP = 1.59) ($t(49) = -1.957$, $p = .056$), enquanto que se verifica o padrão oposto em cenários positivos, sendo homens mais atraentes julgados como tendo mais intenção em cenários bons (M = 2.04, DP = 1.27), do que homens

[4] Para o *cenário fábrica* na qualidade moral boa, a questão que versava a intenção era: *"O presidente teve intenção de ajudar o ambiente?".*

[5] Saliente-se que a opção por este procedimento se deveu ao fato de não existir uma grande percentagem de valores extremos na amostra (<20%).

menos atraentes (*M* = 1.54, *DP* = 0.743) (t(49) =2.527, *p* < .05). Pelo contrário, para participantes do sexo masculino, não existe interação entre atratividade e qualidade moral (*F*(1, 49) = 0.693 *p* = .409), mas apenas um efeito de qualidade moral.

Tabela 6 – Análise de variância para a Intenção

	gl	***F***	***p***
Atratividade	1, 98	0.804	.464
Qualidade Moral	1, 98	202.039	.000
Sexo	1, 98	0.030	.863
Atratividade*Qualidade Moral	1, 98	2.636	.108
Atratividade*Sexo	1, 98	0.030	.863
QualidadeMoral*Sexo	1, 98	1.200	.276
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 98	7.277	.008

No que respeita aos resultados para a medida Moral, estes surgem ilustrados na tabela 7, tendo-se verificado somente o efeito da qualidade moral. Em ambos os sexos, as ações dos cenários bons eram julgadas como moralmente melhores (*M* = 3.78, *DP* = 1.25) do que as ações dos cenários maus (*M* = 2.30, *DP* = 0.711).

Tabela 7 – Análise de variância para a Moral

	Gl	***F***	***p.***
Atratividade	1, 99	0.184	.669
Qualidade Moral	1, 99	99.985	.000
Sexo	1, 99	0.853	.358
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	0.588	.445
Atratividade*Sexo	1, 99	0.258	.613
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	0.063	.802
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.059	.808

Relativamente ao tempo de reação (apresentados em segundos) para atribuição de intenção (Tabela 8) verificou-se um efeito de qualidade moral (*F*(1,99) = 54.986, *p* < .05), onde se constata que para cenários bons os participantes foram mais rápidos a responder (*M* = 47.41, *DP* = 18.85) do que para cenários maus (*M* = 68.02, *DP* = 30.55). Constata-se ainda um efeito de sexo marginalmente significativo. Participantes do sexo feminino foram mais

rápidos a dotar de intenção em ambas as condições (*M* = 53.88, *DP* = 18.53) do que participantes do sexo masculino (*M* = 61.49, *DP* = 23.49).

Tabela 8 – Análise de variância para o Tempo de Reação Intenção

	gl	***F***	***p***
Atratividade	1, 99	1.258	.265
Qualidade Moral	1, 99	54.986	.000
Sexo	1, 99	3.251	.074
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	2.629	.108
Atratividade*Sexo	1, 99	0.196	.659
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	1.080	.301
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.407	.525

Por fim, para o tempo de reação moral (Tabela 9), verificou-se um efeito de qualidade moral, em que cenários maus eram avaliados mais rapidamente (*M* = 50.27, *DP* = 24.97) do que cenários bons (*M* = 72.57, *DP* = 64.24).

Tabela 9 – Análise de variância para Tempo de Reação Moral

	gl	***F***	***p***
Atratividade	1, 99	0.326	.569
Qualidade Moral	1, 99	15.425	.000
Sexo	1, 99	0.202	.654
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	0.432	.513
Atratividade*Sexo	1, 99	0.790	.376
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	1.262	.264
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.224	.637

Uma vez que dos cenários avaliados em cada protocolo, os cenários Caneca, Kilt (no protocolo feminino) e Cão (no protocolo masculino) são evidenciados pela literatura como sendo cenários não representativos de normas morais, ainda que refletindo a assimetria na atribuição da intenção do efeito Knobe, excluíram-se os cenários não morais - Cenário Caneca, Cenário Kilt e Cenário Cão e procedeu-se a uma nova análise de variância com qualidade moral e atratividade como variáveis intra-sujeito e sexo como variáveis inter-sujeitos.

Para a intenção (Tabela 10) verifica-se que se mantém o efeito da qualidade moral em que cenários na condição má são dotados de mais intenção (*M* = 3.91, *DP* = 1.42) do que cenários na condição boa (*M* = 2.07, *DP* = 0.97). De igual modo se mantém a interação de segunda ordem entre atratividade, qualidade moral e sexo, ainda que marginalmente significativa. Surge todavia, uma interação entre qualidade moral e sexo ainda que sendo marginalmente significativa.

Tabela 10 – Análise de variância para a Intenção na ausência de cenários não morais

	gl	***F***	***p***
Atratividade	1, 96	1.006	.318
Qualidade Moral	1, 96	135.637	.000
Sexo	1, 96	0.085	.771
Atratividade*Qualidade Moral	1, 96	1.472	.228
Atratividade*Sexo	1, 96	0.133	.716
QualidadeMoral*Sexo	1, 96	3.080	.082
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 96	3.426	.067

Decompondo a análise por sexo, observamos uma interação entre qualidade moral e atratividade para os participantes do sexo feminino ($F(1, 47) = 3.941$, $p = .053$) que não é significativa para os participantes do sexo masculino ($F(1, 49) = .247$, $p = .621$). Participantes do sexo feminino apresentam tendência para dotar de mais intenção agentes não atrativos na condição má (*M* = 4.22, *DP* = 1.89) do que atrativos (*M* = 3.67, *DP* = 1.81) ($t(49) = -1.845$, $p = .071$). Na condição boa não se observam diferenças significativas ($t(47) = 1.305$, $p = .198$).

Para a medida moral, na ausência de cenários não morais (Tabela 11), mantem-se um efeito significativo da qualidade moral, em que os cenários na condição boa foram considerados moralmente melhores (*M* = 3.63, *DP* = 1.33) do que na condição má (*M* = 1.75, *DP* = 0.86).

Tabela 11 – Análise de variância para a Moral na ausência de cenários não morais

	gl	***F***	***p***
Atratividade	1, 99	0.117	.733
Qualidade Moral	1, 99	169.239	.000
Sexo	1, 99	1.429	.235
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	0.804	.372

Tabela 11 – Análise de variância para a Moral na ausência de cenários não morais (Continuação)

	gl	*F*	*p*
Atratividade*Sexo	1, 99	0.142	.707
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	0.000	.993
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.234	.630

Para o tempo de reação na atribuição da intenção (Tabela 12) verifica-se que se mantém o efeito da qualidade moral, onde na condição boa os participantes são mais rápidos (*M* = 46.78, *DP* = 20.03) do que na condição má (*M* = 68.22, *DP* = 35.24). O efeito de sexo deixa de ser significativo.

Tabela 12 – Análise de variância para o Tempo de Reação Intenção na ausência de cenários não morais

	gl	*F*	*p*
Atratividade	1, 99	0.809	.371
Qualidade Moral	1, 99	41.239	.000
Sexo	1, 99	1.321	.253
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	3.121	.080
Atratividade*Sexo	1, 99	0.010	.920
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	0.169	.681
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.016	.900

Por fim, encontra-se na tabela 13 os resultados da medida tempo de reação moral na ausência de cenários não morais, tendo-se verificado que se mantem um efeito de qualidade moral, em que cenários maus eram avaliados mais rapidamente (*M* = 48.38, *DP* = 29.06) do que cenários bons (*M* = 72.42, *DP* = 63.97), não surgindo quaisquer outros efeitos significativos.

Tabela 13 – Análise de variância para o Tempo de Reação Moral na ausência de cenários não morais

	gl	***F***	***P***
Atratividade	1, 99	0.110	.740
Qualidade Moral	1, 99	17.375	.000
Sexo	1, 99	0.075	.784
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	1.072	.303
Atratividade*Sexo	1, 99	0.335	.564
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	2.390	.125
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.337	.541

Análise exploratória individual dos cenários

Adicionalmente à análise anteriormente realizada, procedeu-se a uma análise exploratória de cada um dos cenários individualmente.

Cenário Pausa

Para este cenário, cujos resultados se apresentam na tabela 14, apenas a qualidade moral surge como efeito quer na Intenção, quer na avaliação Moral, ou seja, verifica-se que é atribuída uma maior intenção em cenários na condição má (*M* = 4.52, *DP* = 2.129) do que o oposto (*M* = 2.51, *DP* = 1.845), bem como cenários na condição boa são avaliados como moralmente melhores (*M* = 3.88, *DP* = 1.770) do que cenários na condição má (*M* = 2.77, *DP* = 1.45). Não surgem outros efeitos.

Tabela 14 – Estudo exploratório do Cenário Pausa

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 91	0.756	.387
Qualidade Moral	1, 91	24. 251	.000
Sexo	1, 91	0.003	.955
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.248	.620

Tabela 14 – Estudo exploratório do Cenário Pausa (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Atratividade*Sexo	1, 91	0.856	.176
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	0.004	.951
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.216	.643
Moral			
Atratividade	1, 91	0.008	.930
Qualidade Moral	1, 91	11.218	.001
Sexo	1, 91	0.455	.502
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.006	.937
Atratividade*Sexo	1, 91	0.540	.464
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	1.411	.238
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.243	.623
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 91	0.523	.471
Qualidade Moral	1, 91	0.347	.249
Sexo	1, 91	0.838	.362
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.935	.336
Atratividade*Sexo	1, 91	0.508	.478
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	0.731	.032
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.365	.547
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 91	7.802	.006
Qualidade Moral	1, 91	3.621	.060
Sexo	1, 91	2.727	.102
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.089	.766
Atratividade*Sexo	1, 91	0.275	.601
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	4.817	.031
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.745	.390

No respeitante aos tempos de resposta na intenção não se verificou um efeito de qualidade moral, assistindo-se antes a uma interação entre sexo e qualidade moral.

Decompondo a interação por sexo verifica-se apenas um efeito marginalmente significativo de qualidade moral marginalmente significativo nos participantes do sexo feminino ($F(1.\ 44) = 3.729$, $p = .060$) sendo que as mulheres demoraram mais tempo a dotar de intenção cenários na condição má ($M = 79.08$, $DP = 49.63$) do que na condição boa ($M = 54.73$, $DP = 26.79$). Nos participantes do sexo masculino não se verifica efeito da qualidade moral ($F(1.\ 47) = .905$, $p = .346$).

Relativamente aos tempos de resposta da avaliação moral verifica-se que a condição má foi mais rapidamente avaliada ($M = 48.42$, $DP = 37.95$) do que a condição boa ($M = 64.27$, $DP = 44.88$), com significância marginal. Surge também um efeito da atratividade observando-se que ambas as condições são avaliadas mais rapidamente quando acompanhados de rostos atrativos ($M = 45.30$, $DP = 30.10$) do que o seu contrário ($M = 68.17$, $DP = 49.76$). Por fim verifica-se uma interação entre sexo e qualidade moral. Decompondo por sexo verifica-se um efeito da qualidade moral para o sexo masculino ($F(1.\ 46) = 8.231$, $p < .05$), relevando para o fato de os participantes do sexo masculino serem mais rápidos na avaliação da condição má ($M = 47.35$, $DP = 29.17$) do que na condição boa ($M = 79.89$, $DP = 49.70$), enquanto as mulheres não apresentam uma diferença significativa ($F(1, 45) = 0.044$, $p = .836$) entre a condição boa e a condição má.

Cenário Comandante

No Cenário Comandante, para a Intenção, verifica-se um efeito da qualidade moral em que os participantes dotam de maior intenção na condição má ($M = 4.88$, $DP = 1.97$) do que nos cenários bons ($M = 3.04$, $DP = 2.10$). Assiste-se também a um efeito de sexo e uma interação entre atratividade e sexo. Decompondo a análise por sexo, verifica-se que o efeito da atratividade foi mais significativo para os participantes do sexo masculino ($F(1, 46) = 24.037$, $p < .05$) do que para os do sexo feminino ($F(1, 45) = 2.879$, $p = .097$) em que os homens atribuíram mais intenção às condições acompanhadas por rostos atrativos ($M = 4.16$, $DP = 1.88$) do que não atrativos ($M = 2.80$, $DP = 1.89$), tendo as mulheres atribuído mais intenção às condições com rostos não atrativos ($M = 4.89$, $DP = 2.55$) do que com rostos atrativos ($M = 3.82$, $DP = 2.08$). Os resultados apresentam-se na tabela 14.

Na medida moral apenas se verifica efeito da qualidade moral do cenário, sendo a condição boa considerada como moralmente melhor ($M = 4.44$, $DP = 1.86$) do que a condição má ($M = 1.80$, $DP = 1.21$).

Nos tempos de resposta para a Intenção, verifica-se um efeito marginal de sexo ($F(1, 91) = 3.692$, $p = .058$), onde as mulheres são mais rápidas a dotar de intenção ($M = 50.11$, $DP = 28.79$) do que os homens ($M = 61.13$, $DP = 26.52$).

Nos tempos de resposta da avaliação moral para este cenário observa-se um efeito marginal da atratividade, tendo os participantes sido mais rápidos nas condições acompanhadas por rostos não atrativos ($M = 49.42$, $DP = 29.31$) do que o oposto ($M = 62.70$, $DP = 42.92$).

Tabela 15 – Estudo exploratório do Cenário Comandante

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 91	0.161	.689
Qualidade Moral	1, 91	21.628	.000
Sexo	1, 91	4.622	.034
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.083	.774
Atratividade*Sexo	1, 91	9.981	.002
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	0.031	.860
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.239	.138
Moral			
Atratividade	1, 92	0.149	.701
Qualidade Moral	1, 92	65.906	.000
Sexo	1, 92	0.214	.645
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	1.091	.299
Atratividade*Sexo	1, 92	0.172	.679
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.000	.988
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.090	.765
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 91	1.022	.315
Qualidade Moral	1, 91	0.928	.338
Sexo	1, 91	3.692	.058
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.007	.932
Atratividade*Sexo	1, 91	0.179	.673
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	1.265	.264

Tabela 15 – Estudo exploratório do Cenário Comandante (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.025	.874
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 92	2.812	.097
Qualidade Moral	1, 92	0.720	.398
Sexo	1, 92	1.479	.227
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.011	.918
Atratividade*Sexo	1, 92	1.891	.172
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	2.271	.135
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.110	.741

Cenário Fábrica

Na intenção verifica-se um efeito de qualidade moral, em que os participantes atribuem maior intenção na condição má (M = 3.90, DP = 1.47) do que na condição boa (M = 1.84, DP = 1.47) (t(96) = 3.822, $p < .05$). Observa-se também uma interação entre qualidade moral e sexo e uma interação de segunda ordem entre atratividade, qualidade moral e sexo. Decompondo por sexo, verifica-se a existência de um interação entre qualidade moral e atratividade significativa para o sexo feminino (F(1, 45) = 10.661, $p < .05$) e não significativa no sexo masculino (F(1, 46) = 2.232, p = .142). Ou seja, na condição má as mulheres dotaram de mais intenção homens feios (M = 5.38, DP = 1.98) do que homens bonitos (M = 3.27, DP = 1.61) (t(22) = -2.825, $p < .05$). Na condição boa a diferença de médias não é significativa (t(22) = 1.583, p = .127).

Na medida moral verifica-se um efeito da qualidade moral, sendo a condição boa avaliada como moralmente melhor (M = 3.94, DP = 2.24) que a condição má (M = 1.88, DP = 1.10).

Nos tempos de resposta da intenção verifica-se um efeito da qualidade moral. Os tempos de resposta na condição boa foram mais rápidos (M = 36.42, DP = 21.88) do que na condição má (M = 64.34, DP = 36.45).

Nos tempos de resposta da avaliação moral assiste-se igualmente a um efeito da qualidade moral e a um efeito de sexo. Os participantes foram mais rápidos na condição má

(*M* = 42.18, *DP* = 28.91) do que na boa (*M* = 70.00, *DP* = 42.16), e as mulheres foram mais rápidas na avaliação moral (*M* = 47.75, *DP* = 31.36), do que os homens (*M* = 63.23 *DP* = 42.98).

Os resultados para o estudo exploratório do Cenário Fábrica encontram-se na tabela 16.

Tabela 16 – Estudo exploratório do Cenário Fábrica

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 91	1.870	0.175
Qualidade Moral	1, 91	41.776	.000
Sexo	1, 91	0.565	.454
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	1.480	.227
Atratividade*Sexo	1, 91	0.794	.375
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	4.913	.029
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	11.224	.001
Moral			
Atratividade	1, 90	0.268	.606
Qualidade Moral	1, 90	33.303	.000
Sexo	1, 90	1.194	.277
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	1.434	.234
Atratividade*Sexo	1, 90	0.069	.793
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	0.645	.424
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	0.042	.839
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 91	0.023	.880
Qualidade Moral	1, 91	20.743	.000
Sexo	1, 91	0.992	.322
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.001	.979
Atratividade*Sexo	1, 91	1.884	.173
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	2.047	.156
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.012	.912

Tabela 16 – Estudo exploratório do Cenário Fábrica (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 90	0.791	.376
Qualidade Moral	1, 90	14.814	.000
Sexo	1, 90	4.539	.036
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	1.143	.288
Atratividade*Sexo	1, 90	1.085	.300
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	0.010	.919
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	0.100	.753

Cenário Gang

Da análise exploratória realizada ao cenário Gang, resultam os dados da tabela 17, sendo que na intenção se verifica um efeito do sexo: com as participantes do sexo feminino a dotar o interveniente neste cenário de menor intenção (M = 1.53, DP = 1.30) do que os homens (M = 2.14, DP = 1.14). Constata-se ainda uma interação marginalmente significativa entre sexo e qualidade moral ($F(1, 91) = 2.962$, $p = .089$). Decompondo a análise por sexo verificamos que existe um efeito de qualidade moral os homens ($F(1, 46) = 4.607$, $p < .05$) mas não para as mulheres ($F(1, 45) = .210$, $p = .649$). Os participantes do sexo masculino dotaram de mais intenção cenários na condição má (M = 2.48, DP = 1.15) do que na boa (M = 1.80, DP = 1.04) ($t(48) = 2.183$, $p < .05$).

Na medida moral assiste-se apenas a um efeito da qualidade moral onde a condição boa do cenário é avaliada como moralmente melhor (M = 4.60, DP = 2.21) do que a condição má (M = 1.84, DP = 1.23).

Nos tempos de resposta da intenção verifica-se um efeito da qualidade moral sendo a condição boa avaliada mais rapidamente (M = 42.58, DP = 25.76) do que a má (M = 53.76, DP = 28.37). Assiste-se também a um efeito de sexo e a uma interação entre sexo e qualidade moral. Na decomposição por sexo verifica-se que o efeito da qualidade moral é visível somente nas mulheres ($F(1, 45) = 12.040$, $p < .05$) não se apresentando significativo para homens ($F(1, 46) = .004$, $p = 0.951$). As participantes do sexo feminino foram mais rápidas a dotar de intenção na condição boa (M = 30.87, DP = 14.12) do que na condição má (M = 52.34, DP = 26.56).

Nos tempos de resposta da moral verifica-se somente um efeito da qualidade moral do cenário, sendo que as respostas foram mais rápidas na condição má (*M* = 48.26, *DP* = 29.90), do que na condição boa (*M* = 67.98, *DP* = 44.86).

Tabela 17 – Estudo exploratório do Cenário Gang

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 91	0.082	.775
Qualidade Moral	1, 91	1.022	.315
Sexo	1, 91	6.382	.013
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	2.038	.157
Atratividade*Sexo	1, 91	1.297	.258
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	2.962	.089
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.156	.694
Moral			
Atratividade	1, 89	0.349	.556
Qualidade Moral	1, 89	53.911	.000
Sexo	1, 89	0.099	.754
Atratividade*Qualidade Moral	1, 89	0.946	.333
Atratividade*Sexo	1, 89	0.075	.785
QualidadeMoral*Sexo	1, 89	0.178	.674
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 89	1.855	.177
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 91	1.020	.315
Qualidade Moral	1, 91	4.424	.038
Sexo	1, 91	6.113	.015
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.591	.444
Atratividade*Sexo	1, 91	1.958	.165
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	4.017	.048
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	0.564	.454

Tabela 17 – Estudo exploratório do Cenário Gang

	gl	***F***	***p***
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 89	0.001	.979
Qualidade Moral	1, 89	0.494	.013
Sexo	1, 89	1.226	.271
Atratividade*Qualidade Moral	1, 89	0.888	.349
Atratividade*Sexo	1, 89	0.102	.751
QualidadeMoral*Sexo	1, 89	0.501	.481
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 89	1.117	.293

Cenário Herança

Na intenção verifica-se um efeito da qualidade moral. Os cenários maus foram dotados de maior intenção (M = 4.72, DP = 2.15) do que os cenários bons (M = 1.78, DP = 1.18).

Na avaliação moral verificou-se o mesmo efeito da qualidade moral ($F(1,92) = 51.606$, $p < .05$). A condição boa era melhor avaliada moralmente (M = 3.52, DP = 1.86) do que a condição má (M = 1.30, DP = 0.99).

Nos tempos de resposta da intenção verifica-se um efeito de qualidade moral: os tempos de resposta são mais rápidos na condição boa (M = 44.34, DP = 25.37) do que na condição má (M = 57.33, DP = 27.76). Assiste-se também a um efeito de sexo, embora de significância estatística margina, em que as mulheres foram mais rápidas a dotar de intenção (M = 45.65, DP = 24.17) do que os homens (M = 55.70, DP = 29.41).

Para o tempo de resposta da avaliação moral verifica-se um efeito da qualidade moral, em que as respostas foram mais rápidas na condição má (M = 35.58, DP = 18.15) do que na condição boa (M = 62.52, DP = 45.96).

Na tabela 18 apresentam-se os resultados correspondentes ao Cenário Herança.

Tabela 18 – Estudo exploratório do Cenário Herança

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1,90	0.008	.930
Qualidade Moral	1,90	67.296	.000

Tabela 18 – Estudo exploratório do Cenário Herança (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Sexo	1,90	0.028	.867
Atratividade*Qualidade Moral	1,90	0.221	.639
Atratividade*Sexo	1,90	0.316	.576
QualidadeMoral*Sexo	1,90	2.238	.138
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1,90	0.260	.611
Moral			
Atratividade	1,92	1.352	.248
Qualidade Moral	1,92	51.606	.000
Sexo	1,92	0.646	.424
Atratividade*Qualidade Moral	1,92	0.092	.762
Atratividade*Sexo	1,92	0.756	.387
QualidadeMoral*Sexo	1,92	0.328	.568
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1,92	0.009	.926
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1,9	1.322	.253
Qualidade Moral	1,9	6.517	.012
Sexo	1,9	3.599	.061
Atratividade*Qualidade Moral	1,9	0.06	.807
Atratividade*Sexo	1,9	0.277	.600
QualidadeMoral*Sexo	1,9	1.807	.182
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1,9	0.711	.401
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1,92	0.003	.959
Qualidade Moral	1,92	13.480	.000
Sexo	1,92	0.584	.447
Atratividade*Qualidade Moral	1,92	0.525	.471
Atratividade*Sexo	1,92	0.261	.611
QualidadeMoral*Sexo	1,92	0.282	.597
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1,92	0.121	.729

Cenário Tenente

Para a intenção verifica-se para este cenário apenas um efeito de qualidade moral, sendo que a condição má foi dotada de mais intenção (*M* = 3.65, *DP* = 1.85) do que a condição boa (*M* = 2.82, *DP* = 1.80).

No respeitante à moral, verifica-se de igual forma apenas um efeito de qualidade moral onde a condição boa é moralmente avaliada como melhor (*M* = 4.12, *DP* = 1.76) do que a condição má (*M* = 1.80, *DP* = 1.47).

Para o tempo de resposta da intenção surge similarmente um efeito de qualidade moral, sendo que os participantes foram mais rápidos na condição boa (*M* = 48.53, *DP* = 33.74) do que na condição má (*M* = 68.69, *DP* = 43.75).

No tempo de reação da moral não se verificam efeitos significativos.

Tabela 19 – Estudo exploratório do Cenário Tenente

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 92	0.008	.929
Qualidade Moral	1, 92	4.655	.034
Sexo	1, 92	0.162	.688
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.128	.721
Atratividade*Sexo	1, 92	0.920	.340
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.122	.728
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.000	.982
Moral			
Atratividade	1, 90	0.695	.407
Qualidade Moral	1, 90	0.539	.000
Sexo	1, 90	0.134	.715
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	0.012	.912
Atratividade*Sexo	1, 90	0.342	.560
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	0.450	.232

Tabela 19 – Estudo exploratório do Cenário Tenente (Continuação)

	gl	*F*	*p*
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	0.019	.891
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 92	0.343	.249
Qualidade Moral	1, 92	0.647	.020
Sexo	1, 92	0.658	.419
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.151	.699
Atratividade*Sexo	1, 92	0.136	.713
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.278	.599
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.029	.158
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 90	1.418	.237
Qualidade Moral	1, 90	0.132	.717
Sexo	1, 90	0.305	.582
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	0.619	.433
Atratividade*Sexo	1, 90	0.316	.576
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	1.816	.181
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	2.849	.095

Cenário Terrorista

Apresentamos na tabela 20 os resultados da análise exploratória do cenário terrorista. Na intenção verifica-se um efeito da qualidade moral, em que a condição má foi dotada de mais intenção (M = 4.06, DP = 1.80) do que a condição boa (M = 1.88, DP = 1.57).

Verificou-se ainda uma interação de segunda ordem entre atratividade, qualidade moral e sexo. Decompondo por sexo verifica-se que a interação entre atratividade e qualidade moral surge para os participantes femininos $F(1, 45) = 9.093$, $p < .05$), não se observando nos participantes masculinos ($F(1, 47) = 0.050$, $p = .824$). As mulheres dotaram de mais intenção a condição boa quando esta se fazia acompanhar de rostos atrativos (M = 2.91, DP = 2.12) do

que não atrativos (*M* = 1.21, *DP* = 0.42) (t(10) = 2.501, *p* < .05). No que concerne à condição má, não se apresentam diferenças significativas (t(10) = -1.715, *p* = .101).

No respeitante à moral, não se observam efeitos significativos.

Nos tempos de reação intenção, verifica-se um efeito da qualidade moral, tendo os participantes sido mais rápidos a dotar de intenção a condição boa (*M* = 44.48, *DP* = 23.51) do que a condição má (*M* = 66.30, *DP* = 31.76).

Por fim, nos tempos de reação moral verifica-se um efeito de atratividade e uma interação de segunda ordem marginalmente significativa entre atratividade, qualidade moral e sexo. Decompondo a análise por sexo constata-se que nos participantes do sexo feminino existe uma interação marginal entre atratividade e qualidade moral *F*(1, 45) = 3.555, *p* = .066). Nos participantes do sexo masculino tal interação não é visível, todavia surge um efeito marginal de atratividade *F*(1, 91) = 3.960, *p* = .053). Os homens foram mais rápidos na avaliação moral de agentes não atrativos (*M* = 38.13, *DP* = 23.55) do que atrativos (*M* = 52.47 *DP* = 27.52). No caso das mulheres, estas, davam respostas mais rápidas quando a condição má era praticada por um agente não atrativo (*M* = 27.17, *DP* = 7.59) do que atrativo (*M* = 52.54, *DP* = 26.75) (t(10) = 2.916, *p* < .05), não se encontrando diferenças significativas na condição boa (t(23) = 2.916, *p* = .802).

Tabela 20 – Estudo exploratório do Cenário Terrorista

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 92	0.859	.356
Qualidade Moral	1, 92	39.211	.000
Sexo	1, 92	0.277	.600
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	4.086	.046
Atratividade*Sexo	1, 92	0.025	.875
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	1.775	.186
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	5.435	.022
Moral			
Atratividade	1, 91	0.127	.723
Qualidade Moral	1, 91	0.001	.974
Sexo	1, 91	0.087	.769

Tabela 20 – Estudo exploratório do Cenário Terrorista (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	1.982	.163
Atratividade*Sexo	1, 91	1.314	.255
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	3.21	.077
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	1.564	.214
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 92	1.58	.212
Qualidade Moral	1, 92	14.648	.000
Sexo	1, 92	0.075	.785
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.173	.678
Atratividade*Sexo	1, 92	0.546	.462
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.645	.424
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	1.794	.184
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 91	5.891	.017
Qualidade Moral	1, 91	0.071	.791
Sexo	1, 91	1.192	.278
Atratividade*Qualidade Moral	1, 91	0.569	.453
Atratividade*Sexo	1, 91	0.113	.737
QualidadeMoral*Sexo	1, 91	0.129	.72
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 91	3.843	.053

Cenário Kilt (versão feminina) /Cenário Cão (versão masculina)

Recorde-se que o Cenário Kilt foi avaliado por participantes do sexo feminino e o Cenário cão por participantes do sexo masculino.

Para a intenção, verifica-se um efeito da qualidade moral em que na condição má os sujeitos atribuíram maior intenção (M = 3.22, DP = 2.08) do que na condição boa (M = 2.25, DP = 1.31). Verifica-se ainda um efeito marginalmente significativo da atratividade e uma interação marginalmente significativa entre qualidade moral e sexo. Decompondo por sexo, observa-se que o efeito da qualidade moral é significativo para os participantes masculinos ($F(1, 50) = 8.988$, $p < .05$) não o sendo para os femininos ($F(1, 49) = 0.204$, $p = .653$), ou

seja, os homens dotaram de mais intenção o cenário cão na condição má (*M* = 3.96, *DP* = 2.30) do que na condição boa (*M* = 2.41, *DP* = 1.35) enquanto que nas mulheres não se assiste a uma variação de média da intenção por condição no cenário kilt.

Na medida moral, verifica-se um efeito da qualidade moral, em que a condição boa é avaliada como melhor moralmente (*M* = 5.51, *DP* = 1.33) do que a condição má (*M* = 4.82, *DP* = 1.60). Verifica-se também um efeito marginalmente significativo da atratividade e uma interação entre qualidade moral e atratividade. Observa-se que a condição boa acompanhada por rostos atrativos foi avaliada como moralmente melhor (*M* = 6.125, *DP* = 1.161) do que quando acompanhada por rostos não atrativos (*M* = 5.00, *DP* = 1.30) (t(41) = 2.771, $p < .05$), não se assistindo a esta assimetria no caso da condição má (t(60) = -.364, *p* = .717. Não se verificou um efeito de sexo pelo que se considera a inexistência de diferenças de efeitos ou interações significativas entre os dois cenários, cão e kilt para a avaliação moral.

Em relação ao tempo de resposta intenção, observa-se um efeito de qualidade moral sendo que os tempos de resposta foram mais rápidos na condição boa (*M* = 49.55, *DP* = 21.00) do que na condição má (*M* = 63.81, *DP* = 37.73). Observa-se ainda um efeito de sexo (*F*(1, 99) = 3.706, *p* = .057), tendo as mulheres sido mais rápidas a dotar de intenção (*M* = 53.77, *DP* = 25.77) do que os homens (*M* = 62.04, *DP* = 28.64).

Por fim, no tempo de reação moral, os efeitos não são significativos.

Tabela 21 – Estudo exploratório dos Cenários Kilt e Cão

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 99	2.770	.099
Qualidade Moral	1, 99	5.461	.021
Sexo	1, 99	2.739	.101
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	1.009	.317
Atratividade*Sexo	1, 99	2.155	.145
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	2.857	.094
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	2.034	.157

Tabela 21 – Estudo exploratório dos Cenários Kilt e Cão (Continuação)

	gl	***F***	***p***
Moral			
Atratividade	1, 97	3.105	.081
Qualidade Moral	1, 97	3.912	.051
Sexo	1, 97	1.448	.232
Atratividade*Qualidade Moral	1, 97	3.969	.049
Atratividade*Sexo	1, 97	1.116	.293
QualidadeMoral*Sexo	1, 97	0.019	.889
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 97	1.105	.296
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 99	0.836	.363
Qualidade Moral	1, 99	8.817	.004
Sexo	1, 99	3.706	.057
Atratividade*Qualidade Moral	1, 99	0.220	.640
Atratividade*Sexo	1, 99	0.590	.444
QualidadeMoral*Sexo	1, 99	0.064	.801
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 99	0.415	.521
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 90	0.296	.588
Qualidade Moral	1, 90	0.014	.905
Sexo	1, 90	0.230	.632
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	0.056	.813
Atratividade*Sexo	1, 90	0.278	.599
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	1.331	.252
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	1.089	.299

Cenário caneca

Por fim, no presente cenário, cujos resultados se encontram na tabela 22, na intenção, verificou-se um efeito da qualidade moral, sendo a condição má dotada de mais intenção (*M* = 3.94, *DP* = 2.26) do que a boa (*M* = 1.45, *DP* = 0.80) .

Na avaliação moral surge um efeito de sexo em que os participantes do sexo feminino avaliaram ambas as condições como moralmente melhores (*M* = 5.25, *DP* = 1.33) comparativamente aos homens (*M* = 4.54, *DP* = 1.36). Neste cenário não se assiste a efeitos ou interacções significativas da qualidade moral e atratividade para a avaliação moral. Note-se a ausência de efeito de qualidade moral indiciando que a condição do cenário (boa; má) não contribuiu para a avaliação moral do ato.

Nos tempos de resposta da intenção verificou-se a influência da qualidade moral. Os participantes demoraram mais tempo a dotar de intenção em cenários maus (*M* = 71.57, *DP* = 47.15) do que em cenários bons (*M* = 50.88, *DP* = 30.14).

Nos tempos de resposta da avaliação moral, não se verificaram efeitos ou interacções significativas.

Tabela 22 – Estudo exploratório do Cenário Caneca

	gl	***F***	***p***
Intenção			
Atratividade	1, 92	0.022	.883
Qualidade Moral	1, 92	51.097	.000
Sexo	1, 92	0.016	.898
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.323	.571
Atratividade*Sexo	1, 92	0.366	.546
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.247	.620
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.200	.656
Moral			
Atratividade	1, 90	0.268	.606
Qualidade Moral	1, 90	0.010	.919
Sexo	1, 90	0.385	.013
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	0.723	.398
Atratividade*Sexo	1, 90	0.680	.412
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	0.212	.647
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	0.242	.624

Tabela 22 – Estudo exploratório do Cenário Caneca (Continuação)

	gl	*F*	*p*
Tempo de Reação Intenção			
Atratividade	1, 92	1.161	.284
Qualidade Moral	1, 92	6.957	.010
Sexo	1, 92	0.041	.841
Atratividade*Qualidade Moral	1, 92	0.189	.665
Atratividade*Sexo	1, 92	0.018	.316
QualidadeMoral*Sexo	1, 92	0.214	.645
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 92	0.775	.381
Tempo de Reação Moral			
Atratividade	1, 90	1.681	.198
Qualidade Moral	1, 90	0.180	.673
Sexo	1, 90	0.959	.330
Atratividade*Qualidade Moral	1, 90	0.376	.541
Atratividade*Sexo	1, 90	0.128	.721
QualidadeMoral*Sexo	1, 90	1.742	.190
Atratividade*Qualidade Moral*Sexo	1, 90	0.202	.654

Relação entre atratividade intenção e avaliação moral

Por último, e a fim de avaliar a correlação entre a atratividade, a intenção e a avaliação moral nos cenários, calculou-se o coeficiente de correlação de *Pearson.*

Tabela 23 – Correlação entre Atratividade, intenção e julgamento moral

Condição Cenário * Atractividade	***r***
Má*Atrativo	-.160
Má*Não Atrativo	-.140
Boa*Atrativo	.343**
Boa*Não Atrativo	.224*

Nota: *p < 0.05, **p < 0.01

Como se pode observar na tabela 23 constata-se a existência de uma correlação significativa entre intenção e julgamento moral na condição boa dos cenários.

Assim, para a condição boa dos cenários, verifica-se que quanto melhor moralmente os participantes avaliam o cenário, maior intenção é atribuída ao agente, sendo que se verifica que a correlação é mais forte na condição boa acompanhada por um rosto atrativo do que acompanhado por um rosto não atrativo.

No que respeita à condição má, observa-se que quanto pior é avaliado moralmente cenário, maior intenção é atribuída ao sujeito, embora para esta condição não resultem correlações significativas.

À semelhança da análise realizada anteriormente para as medidas do estudo, também aqui procedemos à análise da correlação entre a atratividade, a intenção e a avaliação moral na ausência de cenários não morais (Tabela 24).

Da análise realizada verificamos que se mantêm as correlações observadas anteriormente, sendo que as mesmas se apresentam ainda mais fortes na ausência de cenários não morais.

Tabela 24 – Correlação entre atratividade, intenção e julgamento moral na ausência de cenários não morais

Condição Cenário * Atractividade	***r***
Má*Atrativo	-.153
Má*Não Atrativo	-.195
Boa*Atrativo	.371**
Boa*Não Atrativo	.2339*

Nota: *p < 0.05, **p < 0.01

No que respeita à correlação entre o tempo de reação de dotação de intenção e o tempo de reação da avaliação moral, não se observaram correlações significativas.

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo primário avaliar a relação entre a atratividade e o julgamento moral, postulando como princípios teóricos que o julgamento moral implica uma avaliação da intencionalidade e que a avaliação da atratividade evoca *per si* a dotação de intenção. Nessora, procurámos avaliar se o julgamento moral é influenciado pela atratividade dos agentes morais uma vez que estes serão dotados de intenção por via da atratividade percebida.

Para tal, recorreu-se à realização de um protocolo experimental que agregava a cenários de duplo efeito, imagens atrativas ou não atrativas dos agentes morais. O protocolo foi aplicado a uma amostra de 101 estudantes da Universidade do Porto, sendo-lhes solicitado que avaliassem moralmente o ato de cada cenário e que indicassem em que medida teve ou não o agente intenção de o cometer.

Importará antes de mais, considerar a observância de que todos os cenários replicaram, à semelhança do estudo piloto, os resultados elencados na literatura quanto ao efeito Knobe (Knobe, 2003; Alfano & Beebe, 2012; Machery, 2008; Mallon, 2008; Hindriks, 2014), assistindo-se a uma assimetria na atribuição de intenção dos agentes consoante a qualidade moral dos cenários. Verificou-se que aquando da dotação de intenção dos agentes morais o fator preponderante na resposta dos participantes foi a qualidade moral, tendo os participantes dotado de mais intenção os agentes na condição má do que na condição boa.

Os dados obtidos permitem-nos afirmar que, quer para a dotação da intenção, quer para a avaliação moral, o fator que surge como preponderante é a qualidade moral, i.e., o ato moral e a intenção do sujeito foram avaliados de acordo com a condição do cenário. Perante uma condição má, em que os resultados da ação ou a ação em si sejam moralmente reprováveis, os participantes foram intrépidos em afirmar que a ação foi moralmente má, e que o agente agiu intencionalmente. Todavia, na presença de cenários na condição boa, pese embora avaliados como moralmente bons, os participantes atribuíram menor intenção.

Corroborando-se o efeito Knobe, poderemos avaliar até que ponto a atratividade dos agentes nos cenários contribuiu para uma oscilação quer na dotação de intenção quer na avaliação dos cenários morais.

Ao analisar os resultados deparamo-nos efetivamente, com uma interação entre atratividade doa agentes e a qualidade moral dos cenários que é somente visível na intenção,

não surgindo na avaliação moral. Todavia esta interação é apenas significativa para os participantes do sexo feminino. Verificou-se que as mulheres dotaram de mais intenção agentes não atrativos do que agentes atrativos na condição má do cenário, assistindo-se precisamente ao inverso no que respeita à condição boa, onde dotaram de maior intenção agentes mais atrativos do que agentes menos atrativos.

Chen e Bargh (1999) avançaram que as primeiras avaliações automáticas de pessoas (e coisas) podem, ainda que inconscientemente, predispor o avaliador a categorizar os eventos subsequentes do alvo avaliado em consonância com a primeira avaliação, com a primeira *impressão*. De igual modo, Nisbett e Wilson (1997) referem-se ao efeito *Halo* como a habilidade em, a partir de uma avaliação global, os indivíduos realizarem inferências para atributos acerca dos quais não possuem qualquer informação.

Uma primeira abordagem poderia sugerir que a atratividade, exercendo um efeito de *Halo* ou constituindo-se uma primeira avaliação automática, tenha deste modo influenciado as avaliações subsequentes dos participantes femininos. Não obstante, apenas se observa o efeito da atratividade na dotação da intenção, demonstrando que não exerceu influência em todas as avaliações seguintes.

Estes resultados vão de encontro às noções de que, sendo a perceção estética *per si* uma valoração, perceber esteticamente o outro é dotá-lo de intenção e consequentemente tributa-lo de consciência moral (Kant, 1958; Ricouer, 1995; Dufrenne, 1973).

Porém, e de acordo com os dados obtidos, as reflexões enunciadas assumem-se válidas apenas para os participantes femininos. Nos participantes masculinos como referido anteriormente, não se verificou uma interação entre atratividade e qualidade moral. Mais ainda, os resultados observados são inconsistentes com a grande maioria dos estudos empíricos sobre a avaliação da atratividade, unânimes em aludir ao fato de que no que concerne à avaliação da atratividade os homens apresentam uma maior consistência.

De modo análogo, a literatura evidencia que a atratividade assume maior importância nos avaliadores masculinos do que nos avaliadores femininos, tendo Kaplan (1978) referido que o efeito *Halo* da atratividade não ocorre para alvos masculinos, sendo apenas visível quando o avaliador é masculino e o alvo feminino. Similarmente, resultados de diversos estudos apontam de modo consistente para a evidência de que os homens, no que toca à ativação sexual, são mais permeáveis a estímulos visuais e valorizam mais a atratividade física, do que as mulheres que dotam de maior importância o *status* socioeconómico do potencial parceiro (Townsend & Roberts, 1993).

Ainda assim, no presente estudo, e para os participantes masculinos, a atratividade dos agentes não se demonstrou influente, nem para a dotação de intenção, nem para a avaliação moral. Em rigor, e para estes participantes, o efeito saliente em ambas as medidas é a qualidade moral dos cenários.

Gilligan (1982) na obra "*In a Different Voice*" postula a existência de diferenças implícitas nas orientações morais entre homens e mulheres referindo que tais diferenças advêm de práticas de socialização distintas. O telos do processo de socialização é, de acordo com Gilligan, diferente para homens e mulheres. Às mulheres cabe uma reflexão moral orientada para a proteção, nomeadamente a manutenção de relações interpessoais, incluindo emoções sociais tais como a empatia e o altruísmo. Já aos homens caberá abordar os dilemas morais com base na justiça enfatizando a manutenção da ordem e a adesão a regras e obrigações. Ademais, a socialização espera que as mulheres demonstrem dependência, afeto, carinho, respeito, conformidade e obediência, enquanto os homens deverão mostrar-se mais agressivos e independentes (Roxas & Stoneback, 2004).

Na esteira da teoria apresentada por Gilligan (1982), têm sido conduzidos, recentemente, estudos acerca das diferenças entre homens e mulheres na avaliação moral e que alegam tratar-se de um processo implícito e automático, não deliberativo, resultante da ativação de determinadas estruturas cognitivas (Agerström, Björklund, & Carlsson, 2011). Neste sentido, Harenski et al., (2008) levaram a cabo um estudo a fim de avaliar os correlatos neuronais envolvidos na sensibilidade moral de homens e mulheres, através da apresentação de estímulos visuais desagradáveis, dos quais metade correspondiam a violações morais.

Verificaram que, pese embora não se observassem diferenças quanto à avaliação moral realizada por ambos os sexos, os sistemas neuronais envolvidos nas respostas de avaliação moral, eram significativamente diferentes entre homens e mulheres. Harenski et al. (2008) verificaram que os homens fizeram um maior uso de recursos cognitivos, incorporando uma variedade considerável de informação contextual que variava de estímulo para estímulo, enquanto nas mulheres exibiram maior ativação do córtice cingulado posterior, que pode, segundo os autores, indiciar que nas suas respostas contribuíram mais as componentes emocionais, empáticas e de proteção, tendo sido mais influenciadas pelos seus sentimentos pessoais em resposta às imagens visualizadas.

A este título, Towsend e Roberts (1993) verificaram, num estudo sobre as diferenças de género na escolha de parceiro, que ao avaliar a atratividade dos homens, as mulheres apresentaram dificuldade em separar os atributos meramente físicos de atratividade de outros

atributos igualmente atrativos mas não físicos, tais como traços de personalidade, atributos sociais, entre outros. Já os homens conseguiram sem esforço dicotomizar a avaliação das mulheres em termos de atratividade física e traços sociais e de personalidade, demonstrando menor suscetibilidade em contaminar a avaliação de predicados não físicos com atributos de atratividade física, contradizendo a teoria de Kaplan acerca do efeito de Halo da atratividade.

O estudo de Towsend e Roberts (1993) indicia que os homens, embora sejam mais permeáveis a estímulos visuais femininos e valorizem mais a atratividade física do que as mulheres, possuem uma maior capacidade de diferenciar a atratividade física de outras qualificações, nomeadamente morais, sociais ou pessoais. Tal hipótese vai de encontro aos dados resultantes do presente estudo, uma vez que a atratividade dos agentes não exerceu influência significativa nos avaliadores do sexo masculino.

Na verdade, o que precisamente nos indicam os dados é que enquanto para as participantes do sexo feminino, a atratividade exerceu influência na dotação de intenção, para os participantes masculinos foi a qualificação moral do ato que determinou a intenção e o julgamento.

Embora o debate sobre a existência ou não de diferenças de género significativas na abordagem a dilemas morais seja controverso (Rajeev, 2012), uma justificação plausível para os resultados aqui encontrados poderá ser, então, o fato de existir uma diferença material e formal entre homens e mulheres no que respeita ao julgamento moral e à influência que a atratividade dos agentes vai exercer na dotação de intenção e avaliação moral em cada um dos sexos.

A mulher, por um lado, orientada para a proteção nas suas reflexões morais, recorre a componentes emocionais, empáticos e a sentimentos pessoais em resposta às imagens de rostos visualizadas, tal como demonstrou o estudo de Harenski et al. (2008). Por outro lado, e como postulado pelas teorias evolutivas e sociobiológicas, ao avaliar a atratividade, a mulher infere pistas e atributos acerca de valores morais, sociais, *status*, saúde física e psicológica (Curry, 2008; Darwin, 1974; Miller, 2008; Popenoe & Wright, 1996). Tais inferências impregnam as avaliações não físicas subsequentes onde, como nos indica o estudo de Towsend e Roberts (1993), as mulheres apresentam dificuldade em separar os atributos meramente físicos de atratividade de outros atributos ou qualificações não físicas.

Já o homem, estando orientado por componentes de justiça onde imperam a manutenção da ordem, a adesão a regras e obrigações, recorrerá mais a uma abordagem cognitiva e lógica nas reflexões morais, o que aliado ao fato de se mostrar menos permeável à

infiltração da atratividade em avaliações sociais (Townsend & Roberts, 1993) sugere que aquando de um julgamento moral, o critério medular a ter em conta será efetivamente o da qualidade moral do ato.

Adicionalmente, as mulheres foram mais rápidas a dotar de intenção do que os homens. Tomando como pressuposto o enunciado anteriormente de que os homens se ancoram numa abordagem moral mais racional e as mulheres numa abordagem mais emocional, com efeito, a dotação de intenção no caso das mulheres seria operacionalizada de modo mais sensível ou intuitivo do que inteligível, permitindo que a suas respostas fossem mais céleres do que no caso dos homens cujo recurso a processos mais cognitivos exigiriam uma maior reflexão (Haidt, 2012; Greenwald & Banaji, 1995; Haggard, 2005).

Todavia, a afirmação anterior deverá ser usada com cautela, uma vez que ao excluir os resultados dos cenários considerados não morais, as diferenças entre homens e mulheres nos tempos de reação da atribuição de intenção deixam de figurar como significativas. No entanto, na análise individual observa-se que em determinados cenários as mulheres permaneceram mais rápidas na dotação de intenção do que os homens (e.g. Cenário Comandante; Cenário Gang; Cenário Herança).[6]

Outra questão que se afigura de igual modo pertinente é o fato de no tempo de reação da dotação de intenção, os participantes terem sido mais rápidos, em ambos os sexos, na condição boa do cenário, à qual atribuíram menor intenção, do que na condição má onde dotaram de maior intenção os agentes. Estes dados revelam-se inconsistente com a literatura, nomeadamente com os resultados encontrados por Decety e Cacioppo (2012) e que referem que a perceção de um ato intencional produz melhores e mais rápidos tempos de reação do que a de um ato acidental.

Tal inconsistência poderá ser interpretada à luz da heurística particular dos cenários de *Knobe effect*, i.e., *in essentia* a ação praticada pelos agentes dos cenários é sempre intencional visando a obtenção de um fim específico, seja ele o de aumentar os lucros, comprar um batido ou herdar a fortuna do pai, e essa intenção é explicitamente percebida pelos participantes. Contudo, o que é questionado aos participantes é que se pronunciem a respeito da intenção perante um resultado colateral da sua ação. Deste modo, e em bom rigor, a compreensão dos cenários *Knobe effect* implica sempre uma apreensão inicial de intencionalidade e uma apreensão secundária quanto à intenção tácita de materializar um efeito colateral, ou no caso

[6] Não resultam de resto, quaisquer outras diferenças substanciais quando se excluem os cenários não morais da análise de resultados.

dos cenários de meios, de prejudicar ou beneficiar terceiros como meio de alcançar o objetivo primordial. Já Nakamura (2014) nos adverte para o fato de os cenários de *Knobe effect* contradizerem os modelos existentes sobre o julgamento intencional, referindo que para estes cenários contribuem mais raciocínios probabilísticos acerca da verosimilhança de se verificar ou não os resultados secundários das ações do que interpretações de intencionalidade. Deste modo, estudos adicionais sobre o fenómeno Knobe e qual o papel da intenção nas suas heurísticas poderiam lograr-se profícuos para compreender os resultados obtidos no presente estudo quanto aos tempos de reação da atribuição de intenção.

Já nos tempos de reação da avaliação moral, os participantes foram mais rápidos na avaliação moral de cenários maus do que na avaliação moral de cenários bons, o que vai de encontro a estudos anteriores que referem que perante estímulos morais negativos os sujeitos tendem a ser mais rápidos do que perante estímulos positivos (Griffin & Langlois, 2006; Tsukiura & Cabeza, 2010; Wout & Sanfey, 2008).

Um dos aspetos interessantes da análise individual por cenário foi a possibilidade de observar que a interação entre atratividade e qualidade moral não surge, nem no cenário de duplo efeito neutro (Caneca), nem em nenhum dos cenários de meios (Pausa, Herança, Gang e Comandante), para nenhuma das medidas avaliadas.

O cenário Caneca foi o único cenário para o qual a qualidade moral não exerceu influência na avaliação moral, distinguindo-se claramente dos restantes, uma vez que em todos eles a qualidade moral foi a medida mais preeminente da avaliação moral.

O fato de não se observar nenhuma influência da atratividade no cenário neutro, quando comparado com os cenários morais de duplo efeito, fornece-nos pistas acerca da preponderância que a atratividade poderá exercer para o julgamento moral. Uma das pistas sugerida é a de que, não se tratando de um cenário identificado como cumprindo ou violando qualquer tipo de norma, o ato do agente não é avaliado em função da qualidade moral, uma vez que esta inexiste. Na ausência de qualificação moral do ato, a dotação de intenção deixa de se encontrar permeável à perceção estética do agente. Dito por outras palavras, e na esteira de Dufrenne (1973), se perceber esteticamente o outro é dota-lo de intenção e por conseguinte atribuir-lhe uma qualificação moral, na ausência de uma atribuição moral, a perceção estética da intenção deixará de ser relevante para classificar e avaliar o ato do agente. No entanto, a hipótese ora apresentada carece de investigação futura pelo que seria pertinente o avanço de estudos empíricos que possam de algum modo fornecer mais pistas a respeito da influência da atratividade em cenários ou ações neutras.

Já no que respeita aos cenários de meios, o avanço de uma explicação para a ausência de uma interação entre a qualidade moral e a atratividade afigura-se mais complexa uma vez que o que os diferencia dos restantes é somente o fato de não possuírem formalmente um duplo efeito. I.e., enquanto nos cenários de duplo efeito morais ou não morais (Fábrica, Terrorista, Caneca, Kilt, Cão e Tenente) o ato intencional de um agente desencadeia uma ação/resultado colateral sendo os participantes questionados acerca da intenção do agente no resultado colateral, nos cenários de meios, o ato intencional consiste no resultado da ação, ou seja, o próprio resultado é o meio pelo qual o agente vai agir. Tal é o caso, por exemplo, do presidente de uma empresa que para aumentar o lucro reduz a pausa dos trabalhadores. Os participantes são assim questionados sobre a intenção do agente em reduzir a pausa dos trabalhadores. Existe assim, efetivamente, uma diferença na heurística inferencial (Alfano & Beebe, 2012) entre os cenários de meios e os cenários de duplo efeito que poderá estar na base da uniformidade dos resultados obtidos quanto aos cenários de meios, pelo que seria profícuo replicar o atual estudo com vista a apurar se os resultados permanecem consistentes entre os cenários e adicionalmente indagar quais as suas características intrínsecas capazes de os dotar de maior ou menor permeabilidade à influência da atratividade dos agentes.

Foi nos cenários considerados na literatura como correspondendo a cenários de duplo efeito de normas (morais, descritiva e convencional) que surgiu a interação entre atratividade e qualidade moral. Para os cenários de duplo efeito de normas morais esta interação surgiu na dotação de intenção e para os cenários das normas descritiva e convencional, a interação surgiu significativa na avaliação moral.

Afigura-se interessante observar que, em cenários de duplo efeito de normas morais a interação entre atratividade e qualidade moral ocorre na dotação de intenção, ao passo que nos cenários correspondentes às normas convencional e descritiva, é na avaliação moral que a interação se manifesta e curiosamente para ambos os sexos.

Assim, verificamos de igual modo que no que concerne à hipótese de que as mesmas ações seriam julgadas moralmente de modo diferente consoante fossem realizadas por agentes mais ou menos atrativos, tal apenas se verificou nos cenários das normas descritiva e convencional.

Uma possibilidade explicativa para estes resultados é a de que, perante normas morais a atratividade vai exercer a sua influência por via da intenção, enquanto perante normas não morais, a intenção do agente não é contaminada por atributos físicos ainda que estes possam

influenciar o julgamento moral. Com efeito, estudos adicionais nesta matéria seriam necessários para compreender a validade desta hipótese.

Torna-se igualmente pertinente salientar que, da análise individual por cenário, verificou-se nos casos em que existiam diferenças no efeito da qualidade moral entre o sexo dos participantes, que a qualidade moral surgia sempre mais significativa para os avaliadores masculinos do que para os femininos. Este resultado vai de encontro à teoria de Gilligan (1982), em que aspetos relacionados com o cumprimento de regras e manutenção da ordem, interessariam mais para os homens do que para as mulheres que teriam maior tendência em desculpabilizar os agentes. Similarmente, nos cenários de normas não morais, verificou-se que as mulheres, em comparação com os homens, avaliaram os cenários com menor rigidez, considerando ambas as condições dos cenários melhores do ponto de vista moral do que os homens.

Já no que diz respeito à hipótese de que os tempos de reação seriam mais lentos em ações moralmente más nos agentes mais atrativos do que nos menos atrativos e *vice-versa*, os dados obtidos não foram concordantes, revelando-se incongruentes com a literatura e os estudos empíricos que têm demonstrado que perante condições congruentes (e.g., comportamento ilegal *vs.* mau; bonito *vs.* bom) os participantes apresentam tempos de reação mais rápidos do que perante condições incongruente (e.g., comportamento ilegal acompanhado por bom; bonito acompanhado por mau) (Greenwald, et al., 2003; Luo et al., 2006; Pavlovic & Markovic, 2012). Todavia, estes resultados poderão advir, mais uma vez, de propriedades intrínsecas aos cenários de efeito Knobe.

Procuramos ainda avaliar a existência de uma relação entre a atribuição de intenção e a avaliação moral. Os resultados revelaram que somente na condição boa dos cenários se verificava efetivamente uma correlação entre a avaliação moral do cenário e a intenção atribuída ao agente, ou seja, verificou-se que, quanto melhor moralmente os participantes avaliaram o cenário, maior intenção foi atribuída ao agente, observando-se que a correlação é mais forte na condição boa acompanhada por um rosto atrativo do que acompanhada por um rosto não atrativo. Contudo, tal não se evidencia para a condição má dos cenários onde a correlação entre intenção e avaliação moral se apresentou fraca. Atente-se, porém, ao fato de que, ao excluir os cenários não morais da análise, as correlações surgem ainda mais fortes, nomeadamente na condição má acompanhada por rostos não atrativos, ainda que figurando como uma fraca correlação.

Este resultado revela a existência de uma relação entre a atribuição de intenção e a avaliação moral, indo de encontro à literatura previamente revisada. Ainda que tenhamos somente encontrado valores de correlação significativos na condição boa dos cenários, a circunstância de se assistir a um aumento da força de correlação após exclusão de cenários não morais, fornece-nos a pista de que, e em consonância com a literatura, a atribuição ou perceção da intenção dos agentes será mais preponderante em questões que envolvam normas morais do que em outros contextos. Também o fato de não se verificar uma correlação entre a intenção e a avaliação moral no caso da condição má, poderá provir da dimensão da amostra, pelo que seria necessário replicar o atual estudo a um número mais alargado de sujeitos por fim de balizar os resultados ora encontrados.

Os resultados do hodierno estudo permitiram-nos, em suma, verificar que no respeitante à nossa primeira hipótese, efetivamente a dotação de intenção é influenciada pela atratividade dos agentes, todavia tal influência apenas se verificou para os participantes do sexo feminino, o que levantou questões acerca da possibilidade de existirem diferenças quer no julgamento moral quer na avaliação da atratividade entre ambos os sexos. Ainda assim, uma das limitações do presente estudo foi, e à semelhança do que Marcus e Miller (2003) nos advertem, o fato de o estudo se focar em homens avaliando mulheres e mulheres avaliando homens não permitindo efetuar inferências acerca de diferenças no julgamento moral e dotação de intenção entre homens e mulheres para alvos do mesmo sexo. Por este motivo consideramos que será necessário realizar estudos futuros onde quer homens quer mulheres avaliem ambos os sexos.

Outra limitação do estudo foi o fato de recorrer a um acervo de imagens de rostos não portugueses ainda que tenham sido selecionados apenas rostos caucasianos submetidos posteriormente a um estudo piloto para aferir a atratividade. Impetrar o belo, ou atrativo como universal tem sido discutido amplamente na literatura. Autores há, que apontam para que o conceito de belo ou atrativo enforme características que representam a média aritmética das faces de uma dada população, enquanto outros referem que determinadas características físicas são consideradas universalmente como atrativas, existindo um certo consenso quer entre diferentes culturas, quer entre diferentes idades (Marcus & Miller, 2003; Langlois, et al., 2000), salientando que é bastante provável que a atratividade esteja profundamente codificada na nossa biologia (Chatterjee, et al., 2009).

Também o recurso a cenários de efeito Knobe poderá ter constituído uma limitação em virtude de, os cenários selecionados exibirem um *Knobe effect* de tal modo robusto que

poderão ter obnubilado efeitos que em outras circunstâncias se fariam notar. Assim, seria vantajoso avaliar em estudos futuros, se recorrendo a outro tipo de cenários morais, se observa o mesmo padrão comportamental em termos de tempos de reação.

Uma última limitação que poderá ser apontada remete para a dimensão da amostra em função das condições avaliadas, pelo que seria de considerar estudos futuros com um maior número de participantes.

Conclusão

A tomada de decisão moral é um aspeto fundamental da cognição social e parece ser o resultado da nossa evolução biológica e história cultural sendo abordada como "o resultado de uma sofisticada integração de mecanismos cognitivos, emocionais e motivacionais" (Decety & Cacioppo, 2012). Mais ainda, para o julgamento de um ato como moralmente bom ou mau, a dotação de intenção é um dos primeiros passos da cognição moral, ocorrendo de forma imediata, como que inaugurando todo o processo de avaliação moral (idem).

Ao longo deste trabalho foram evidenciados estudos que relevam para a influência que valores além-morais poderão exercer nos julgamentos morais. Ademais, salientou-se o papel que a perceção estética, por via das faculdades inerentes aos sentidos, avoca nos julgamentos sociais, em especial na avaliação moral.

Na esteira das teorias evolutivas, sociobiológicas e as mais recentes descobertas das Neurociências Cognitivas, e sustentados por uma perspetiva fenomenológica existencial, procuramos avaliar a influência que o valor além-moral da atratividade exerce nas avaliações de cenários morais. Mais ainda, avançamos com a hipótese de que esta influência ocorreria por via da intenção percebida dos agentes.

Os resultados encontrados colocaram-nos no trilho da literatura e dos estudos empíricos que salientam a influência implícita da atratividade nas cognições sociais, contribuindo para a atribuição de predicados sociais, morais, psicológicos, entre outros, consoante o sujeito seja mais ou menos atrativo.

De igual modo, os dados obtidos foram congruentes com a teoria de Gilligan (1982), e que tem sido precursora de diversos estudos a respeito das diferenças de género nas abordagens morais, ao demonstrar que o critério medular na avaliação moral e dotação de intenção dos participantes masculinos foi a qualidade moral, contrariamente às mulheres cujas respostas apontam antes para uma contaminação da atratividade.

Este achado é particularmente importante uma vez que são residuais, se não inexistentes, os estudos que de um modo sistemático tenham demonstrado a efetiva diferença das avaliações morais entre mulheres e homens, quando as condições são manipuladas para a atratividade dos agentes.

De igual modo assume especial pertinência encontrarmos empiricamente, ainda que somente para os avaliadores do sexo feminino, que na avaliação de normas morais, é na intenção que a atratividade exerce a sua potência. Tal constatação permite-nos compreender as palavras de Dufrenne quando este nos diz que a perceção estética do outro é ela própria condição da intenção (1973).

Em suma, para a compreensão de um fenómeno, temos que, não raras vezes, desconstruir o próprio fenómeno, achando-lhe as partículas nucleares que na sua interação lhe dão corpo. Para o fenómeno criminal, uma das partículas nucleares é a relação do homem enquanto ator social, com a norma (Debuyst, 1986), sendo julgado à luz do Direito e dos homens, sempre em função da Culpa e do Dolo, em suma, da intenção.

O que o presente trabalho nos permite inferir, é que esta relação do homem com a norma, e que se materializa através do julgamento moral, não é uma relação linear. Prescrever e descrever a moral ou a norma, bem como julgar o transgressor ou justificar-lhe o ato, implicará mais do que um douto conhecimento do Código Penal. O exercício da norma e da moral, e a condenação dos que a ela se não conforma, não visam apenas a mera manutenção da paz e da convivência em sociedade.

Assim, atrevemo-nos a advertir que, será ingénuo afirmar que um julgamento moral se basta em cálculos pragmáticos e de lógica e que a justiça é cega. Pelo contrário, ela vê bem e para além da mera qualificação do ato ou do agente. O resultado de uma avaliação moral visará para além da manutenção da paz e da salutar convivência em sociedade, a manutenção de uma homeostase sociocultural ao serviço de uma *auto-poiesis*, para a qual a atribuição de valor (nomeadamente o valor estético tão fértil em pistas genéticas e fenotípicas) a tudo o que nos rodeia incluindo uma avaliação moral é, como refere Damásio (2010), essencial à manutenção e evolução de qualquer organismo vivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, T. (2013). *Teoria Estética*. Edições 70. (Original publicado em 1970).

Agerström, J., Björklund, F., & Carlsson, R. (2011). Gender differences in implicit moral orientation associations: the justice and care debate revisited. *Current Research in Social Psychology*, 17, 10-18.

Agra, C. Prefácio. In: Maurice, C. (2006). *Criminologia* (pp. 7-11). Casa das letras. Editorial Notícias. (Original publicado em 2002).

Alfano, M., Beebe, J. R., & Robinson, B. (2012). The Centrality of Belief and Reflection in Knobe-Effect Cases. *Monist*, 95(2), 264–289. doi:10.5840/monist201295215.

Almeida, P. R., Seixas, M. J., Ferreira-Santos, F., Vieira, J. B., Paiva, T. O., Moreira, P. S., & Costa, P. (2015). Empathic, moral and antisocial outcomes associated with distinct components of psychopathy in healthy individuals: a Triarchic model approach. *Personality and Individual Differences*, 85, 205-211. doi:10.1016/j.paid.2015.05.012.

Alves, J. (2013). *Limites da consciência: o meio segundo de atraso*. Fronteira do Caos Lda.

Beccaria, C. (1998). *Dos delitos e das penas*. Fundação Calouste Gulbenkian. (obra original publicada em 1764).

Becker, H., S. (2001). Outsiders: Studies in the sociology of deviance. *In* Terrell, N., E. (Ed.), *Readings in deviant behavior: classic and contemporary* (pp. 5-13). Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers. (Original publicado em 1964).

Berns & Atran (2012). The biology of cultural conflict. *Philosophical Transactions of The Royal Society B*, 367, 633-639.

Berthoz, S. (2002). An fMRI study of intentional and unintentional (embarrassing) violations of social norms. *Brain*, 125(8), 1696–1708. doi:10.1093/brain/awf190

Blair, R. (1995). A cognitive developmental approach to morality: investigating the psychopath. *Cognition*, 57(1), 1–29. doi:10.1016/0010-0277(95)00676-p

Blair, R. (2001). ADVANCES IN NEUROPSYCHIATRY: Neurocognitive models of aggression, the antisocial personality disorders, and psychopathy. *Journal of Neurology, Neurosurgery & Psychiatry*, 71(6), 727–731. doi:10.1136/jnnp.71.6.727

Blake, J. & Davis, K. (1964). Norms values and sanctions. In R.E. Faris (Ed.). *Handbook of Modern Sociology*. Rand McNally, Chicago, (pp. 456-484).

Buckholtz, J. W., & Marois, R. (2012). The roots of modern justice: cognitive and neural foundations of social norms and their enforcement. *Nat Neurosci*, 15(5), 655–661. doi:10.1038/nn.3087

Cardoso, C., M. (2012). Psicopatologia e crime. In Agra, C. (Ed.), *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 459-514). U. Porto editorial.

Callan, M. J., Powell, N. G., & Ellard, J. H. (2007). The Consequences of Victim Physical Attractiveness on Reactions to Injustice: The Role of Observers' Belief in a Just World. *Social Justice Research*, 20(4), 433–456. doi:10.1007/s11211-007-0053-9

Chatterjee, A., Thomas, A., Smith, S. E., & Aguirre, G. K. (2009). The neural response to facial attractiveness. *Neuropsychology*, 23(2), 135–143. doi:10.1037/a0014430

Chen, M., & Bargh, J. A. (1999). Consequences of Automatic Evaluation: Immediate Behavioral Predispositions to Approach or Avoid the Stimulus. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25(2), 215–224. doi:10.1177/0146167299025002007

Clinard, M., B., & Meier, R., F. (2001). *Sociology of deviant behavior* (pp. 3-14). Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers.

Cova, F., & Naar, H. (2012). Side-Effect effect without side effects: The pervasive impact of moral considerations on judgments of intentionality. *Philosophical Psychology*, 25(6), 837–854. doi:10.1080/09515089.2011.622363

Curry, O. (2008). The Conflict-Resolution Theory of Virtue. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*. Massachusetts Institute of Technology.

Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Casa das letras.

Damásio, A. (2010). *O livro da consciência: a construção do cérebro consciente*. Temas e debates.

Darwin, C. (1974). *A origem do homem e a seleção sexual*. Hemus. (Obra original publicada em 1871).

Dufrenne, M. (1973). *The Phenomenology of Aesthetic Experience*. Northwestern University Press.

Davis, S. (2003). *Handbook of research methods in experimental psychology*. (pp. 48) Blackwell Publishing Ltd.

Debuyst, C. (1986). Representação da justiça e reação social. *Análise Psicológica*, 3, 4, 369-376.

Debuyst, C. (2012). Uma perspetiva histórica da criminologia. In Agra, C. (Ed.), *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 63-75). U. Porto editorial.

Decety, J., & Cacioppo, S. (2012). The speed of morality: a high-density electrical neuroimaging study. *Journal of Neurophysiology*, 108(11), 3068–3072. doi:10.1152/jn.00473.2012

Denett, D. (2003). *A liberdade evolui*. Temas e Debates.

Dion, K., Berscheid, E., & Walster, E. (1972). What is beautiful is good. *Journal of Personality and Social Psychology*, 24(3), 285–290. doi:10.1037/h0033731

Durkheim, E. (1958). Anthologie des philosophes français contemporains. In Serrão, J., & Grácio, R. (org.), *Ética, estética e metafísica* (pp. 33-35). Lisboa: Seara Nova.

Van Duuren, M., Kendell-Scott, L., & Stark, N. (2003). Early aesthetic choices: Infant preferences for attractive premature infant faces. *International Journal of Behavioral Development*, 27(3), 212–219. doi:10.1080/01650250244000218

Engelmann, J. B., & Pogosyan, M. (2013). Emotion perception across cultures: the role of cognitive mechanisms. *Front. Psychol.*, 4. doi:10.3389/fpsyg.2013.00118

Eskine, K. J., Kacinik, N. A., & Prinz, J. J. (2011). A Bad Taste in the Mouth: Gustatory Disgust Influences Moral Judgment. *Psychological Science*, 22(3), 295–299. doi:10.1177/0956797611398497

Faria, R., & Agra, C. (2012). História epistemológica da criminologia. In Agra, C. (Ed.), *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 27-62). U. Porto editorial.

Friedman, T. (2005). *O mundo é plano: uma história breve do século XXI*. Actual Editora.

Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice: Psychological Theory and Humans Development*. Harvard University Press.

Greene, J. D. (2007). Why are VMPFC patients more utilitarian? A dual-process theory of moral judgment explains. *Trends in Cognitive Sciences*, 11(8), 322–323. doi:10.1016/j.tics.2007.06.004

Greene, J. (2009). The cognitive neuroscience of moral judgment. In Gazzaniga, M. S. (Ed.) *The Cognitive Neuroscience* (987-1006). The MIT Press.

Greene, J., & Haidt, J. (2002). How (and where) does moral judgment work? *Trends in Cognitive Sciences*, 6(12), 517–523. doi:10.1016/s1364-6613(02)02011-9

Flanagan, O., Sarkissian, H. & Wong, D. (2008). Naturalizing Ethics. In Sinno-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*. Massachusetts Institute of Technology.

Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4–27. doi:10.1037/0033-295x.102.1.4

Greenwald, A. G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. K. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464–1480. doi:10.1037/0022-3514.74.6.1464

Greenwald, A. G., Nosek, B. A., & Banaji, M. R. (2003). Understanding and using the Implicit Association Test: I. An improved scoring algorithm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 197–216. doi:10.1037/0022-3514.85.2.197

Griffin, A. M., & Langlois, J. H. (2006). Stereotype Directionality and Attractiveness Stereotyping: Is Beauty Good or is Ugly Bad? *Social Cognition*, 24(2), 187–206. doi:10.1521/soco.2006.24.2.187

Haggard, P. (2005). Conscious intention and motor cognition. *Trends in Cognitive Sciences*, 9(6), 290–295. doi:10.1016/j.tics.2005.04.012

Haidt, J. (2012). *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. London: Penguin Books.

Hamlin, J. K., & Wynn, K. (2011). Young infants prefer prosocial to antisocial others. *Cognitive Development*, 26(1), 30–39. doi:10.1016/j.cogdev.2010.09.001

Kiley Hamlin, J., Ullman, T., Tenenbaum, J., Goodman, N., & Baker, C. (2013). The mentalistic basis of core social cognition: experiments in preverbal infants and a computational model. *Dev Sci*, 16(2), 209–226. doi:10.1111/desc.12017

Hamlin, J. K., Wynn, K., & Bloom, P. (2007). Social evaluation by preverbal infants. *Nature*, 450(7169), 557–559. doi:10.1038/nature06288

Kiley Hamlin, J., Wynn, K., & Bloom, P. (2010). Three-month-olds show a negativity bias in their social evaluations. *Developmental Science*, 13(6), 923–929. doi:10.1111/j.1467-7687.2010.00951.x

Harenski, C. L., Antonenko, O., Shane, M. S., & Kiehl, K. A. (2008). Gender differences in neural mechanisms underlying moral sensitivity. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 3(4), 313–321. doi:10.1093/scan/nsn026

Harman, G., & Thompson, J., (1986). *Moral Relativism and Moral Objectivity*. Blackwell.

Hauser. M., Young, L. & Cushman, F. (2008). Reviving Rawls's Linguistic Analogy: Operative Principles and the Causal Structure of Moral Actions. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 2. The Cognitive Science of Morality: Intuition and Diversity*. Massachusetts Institute of Technology.

Haxby, J. V., Hoffman, E. A., & Gobbini, M. I. (2000). The distributed human neural system for face perception. *Trends in Cognitive Sciences*, 4(6), 223–233. doi:10.1016/s1364-6613(00)01482-0

Hekkert, P., (2006). Design aesthetics: principles of pleasure in design. *Psychology Science*, 48(2), 157-172.

Hessen, J., (1937). Filosofia dos valores. In Serrão, J., & Grácio, R. (org.), *Ética, estética e metafísica* (pp. 22-26). Lisboa: Seara Nova.

Hill, M., & Hill, A. (2008). *A investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Hindriks, F. (2014). Normativity in Action: How to Explain the Knobe Effect and its Relatives. *Mind Lang*, 29(1), 51–72. doi:10.1111/mila.12041

Holton, R. (2010). Norms and the Knobe effect. *Analysis*, 70(3), 417–424. doi:10.1093/analys/anq037

Hubert, R. (1958). Esquisse d'une doctrine de la moralité. In Serrão, J., & Grácio, R. (org.), *Ética, estética e metafísica* (pp. 67-70). Lisboa: Seara Nova. (obra original publicada em 1938).

Hugenberg, K., & Bodenhausen, G. V. (2003). Facing prejudice: implicit prejudice and the perception of facial threat. *Psychological Science*, 14(6), 640–643. doi:10.1046/j.0956-7976.2003.psci_1478.x

Johnston, V. S., Hagel, R., Franklin, M., Fink, B., & Grammer, K. (2001). Male facial attractiveness: evidence for hormone-mediated adaptive design. *Evolution and Human Behavior*, 22(4), 251–267. doi:10.1016/s1090-5138(01)00066-6

Kant, E. (1958). Fundamentos da metafísica dos costumes. In Serrão, J., & Grácio, R. (org.), *Ética, estética e metafísica* (pp. 135-138). Lisboa: Seara Nova.

Kant, E. (2000). *Crítica da faculdade do juízo*. Forense Universitária.

Kaplan, R. M. (1978). Is beauty talent? Sex interaction in the attractiveness halo effect. *Sex Roles*, 4(2), 195–204. doi:10.1007/bf00287500

Kirsch, M. (1993). O Centauro Ontológico. In Changeaux, Jean-Pierre (Vol.Ed.), *Fundamentos Naturais da Ética*. Instituto Piaget.

Kohlberg, L. (2010). *The Measurement of Moral Judgment. (Vol. 1) Theoretical Foundations and Research*. Cambridge University Press.

Kaku, M. (2014). *O futuro da mente*. Bizâncio.

Knobe, J. (2003). Intentional action and side effects in ordinary language. *Analysis*, 63(3), 190–194. doi:10.1093/analys/63.3.190

Langlois, J. H., Ritter, J. M., Roggman, L. A., & Vaughn, L. S. (1991). Facial diversity and infant preferences for attractive faces. *Developmental Psychology*, 27(1), 79–84. doi:10.1037/0012-1649.27.1.79

Langner, O., Dotsch, R., Bijlstra, G., Wigboldus, D. H. J., Hawk, S. T., & van Knippenberg, A. (2010). Presentation and validation of the Radboud Faces Database. *Cognition & Emotion*, 24(8), 1377–1388. doi:10.1080/02699930903485076

Levine, & Parkinson, S. (1994). *Experimental methods in psychology*. Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Lewis, G. J., Kanai, R., Bates, T. C., & Rees, G. (2012). Moral Values Are Associated with Individual Differences in Regional Brain Volume. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 24(8), 1657–1663. doi:10.1162/jocn_a_00239

Libet, B. (2005). *Mind time. The temporal fator in consciousness*. United States of America: Library of Congress.

Lindgaard, G., Fernandes, G., Dudek, C., & Brown, J. (2006). Attention web designers: You have 50 milliseconds to make a good first impression! *Behaviour & Information Technology*, 25(2), 115–126. doi:10.1080/01449290500330448

Lipovetsky & Serroy (2013). *O capitalismo estético na era da globalização*. Edições 70.

Luo, Q., Nakic, M., Wheatley, T., Richell, R., Martin, A., & Blair, R. J. R. (2006). The neural basis of implicit moral attitude—An IAT study using event-related fMRI. *NeuroImage*, 30(4), 1449–1457. doi:10.1016/j.neuroimage.2005.11.005

Machery, E. (2008). The Folk Concept of Intentional Action: Philosophical and Experimental Issues. *Mind & Language*, 23(2), 165–189. doi:10.1111/j.1468-0017.2007.00336.x

Mallon, R. (2008). Knobe versus Machery: Testing the Trade-Off Hypothesis. *Mind & Language*, 23(2), 247–255. doi:10.1111/j.1468-0017.2007.00339.x

Marcus, D. K., & Miller, R. S. (2003). Sex Differences in Judgments of Physical Attractiveness: A Social Relations Analysis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 29(3), 325–335. doi:10.1177/0146167202250193

Margolis, H. (1987). *Patterns, Thinking, and Cognition*. Chicago: University of Chicago Press.

Marques, R. (2000). *Uma Breve História da Ética Ocidental*. Plátano-Edições Técnicas.

Maturana R., H., & Varela, F. J. (1980). *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.

Mikhail, J., (2008). The Poverty of the Moral Stimulus. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*. Massachusetts Institute of Technology.

Miller, G. (2008). Kindness, Fidelity, and Other Sexually Selected Virtues. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*. Massachusetts Institute of Technology.

Mocan, N., & Tekin, E. (2006). *Ugly Criminals*. doi:10.3386/w12019

Moll, J. et al. (2002). The Neural Correlates of Moral Sensitivity: a functional magnetic resonance imaging investigation of basic and moral emotions. *Journal of Neuroscience*, 22(7), 2730-2736.

Nakamura, K. (2014). Harm is more intentional than helping because it is more probable: a hidden effect of probability on the Knobe effect. *Proceedings of the Thirty-sixth Annual Conference of the Cognitive Science Society*, pp.2681-2686

Nayak (2014). Counteracting Benedict's cultural relativism with Nussbaum's Capabilities Approach. Multidisciplinary. *Journal of Humanities & Social Sciences*, 1(1), 2.

Nichols, S., & Ulatowski, J. (2007). Intuitions and individual differences: The Knobe effect revisited. *Mind and Language*, 22(4), 346-365. doi:10.1111/j.1468-0017.2007.00312.x

Nisbett, R. E., & Wilson, T. D. (1977). The halo effect: Evidence for unconscious alteration of judgments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 35(4), 250–256. doi:10.1037/0022-3514.35.4.250

Osgood, et al. (1957). *The measurement of meaning*. United States of America: Library of Congress.

Palermo, R., & Rhodes, G. (2007). Are you always on my mind? A review of how face perception and attention interact. *Neuropsychologia*, 45(1), 75–92. doi:10.1016/j.neuropsychologia.2006.04.025

Pavlovic, M., & Markovic, S. (2012). Automatic processes in aesthetic judgment: Insights from the implicit association test. *Psihologija*, 45(4), 377–393. doi:10.2298/psi1204377p

Popenoe, D., & Wright, R. (1996). The Moral Animal: Why We Are the Way We Are: The New Science of Evolutionary Psychology. *Contemporary Sociology*, 25(4), 457. doi:10.2307/2077062

Pita, A. (1999). *A experiência estética como experiência do mundo*. Porto: Campo das Letras.

Plakias, A. (2012). The good and the gross. *Ethic theory and moral practice*, 16, 261-278.

Poiares, C., A. Nota à Ed. Portuguesa. In: Le Blanc, M., Ouimet, M., & Szabo, D. (Coord.) (2008). *Tratado de criminologia empírica* (pp. 12-15). Climepsi Editores. (Original publicado em 2003).

Premack, D. (1993). Conhecimento Moral do Recém-nascido. In Changeaux, Jean-Pierre (Vol.Ed.), *Fundamentos Naturais da Ética* (pp.131-143). Instituto Piaget.

Principe, C. P., & Langlois, J. H. (2013). Children and adults use attractiveness as a social cue in real people and avatars. *Journal of Experimental Child Psychology*, 115(3), 590–597. doi:10.1016/j.jecp.2012.12.002

Prinz, J. (2007). *The emotional construction of morals*. Oxford University Press Inc., New York.

Quintelier, De Smet, & Fessler (2013). The moral universalism-relativism debate. *Klesis Revue philosophique*, 27, 211-262.

Rajeev, P. (2012). Correlates of ethical intentions: a critical review of empirical literature and suggestions for future research. *Journal of International Business Ethics*, Vol. 5, 1, 3-17.

Ramsey, J. L., Langlois, J. H., Hoss, R. A., Rubenstein, A. J., & Griffin, A. M. (2004). Origins of a stereotype: categorization of facial attractiveness by 6-month-old infants. *Developmental Sci*, 7(2), 201–211. doi:10.1111/j.1467-7687.2004.00339.x

Read, & Readwine, S. (2010). Implicit associations of goodness with physical attraction. *Social Psychology*, 1-15.

Reber, Schwarz, N. & Winkielman, P. (2004). Processing fluency and aesthetic pleasure: Is Beauty in the perceiver's processing experience? *Personality and Social Psychology*, 8, 364-382.

Rhodes, G., Hayward, W. G., & Winkler, C. (2006). Expert face coding: Configural and component coding of own-race and other-race faces. *Psychonomic Bulletin & Review*, 13(3), 499–505. doi:10.3758/bf03193876

Ricouer, P. (1995). *Da metafísica à moral* (pp. 9-43). Lisboa: Instituto Piaget.

Rozin, P., Lowery, L., Imada, S., & Haidt, J. (1999). The CAD triad hypothesis: A mapping between three moral emotions (contempt, anger, disgust) and three moral codes (community, autonomy, divinity). *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(4), 574–586. doi:10.1037/0022-3514.76.4.574

Ruse, M. (2008). Response to Duke Naturalists. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness.* Massachusetts Institute of Technology.

Salerno, J. M., & Peter-Hagene, L. C. (2013). The Interactive Effect of Anger and Disgust on Moral Outrage and Judgments. *Psychological Science*, 24(10), 2069–2078. doi:10.1177/0956797613486988

Schnall, S., Haidt, J., Clore, G. L., & Jordan, A. H. (2008). Disgust as Embodied Moral Judgment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34(8), 1096–1109. doi:10.1177/0146167208317771

Schweder, R. (2012). Relativism and Universalism. In Fassin, D. (Ed.) *A companion to moral anthropology*, pp. 85-99. John Wiley & Sons, Inc.

Segal-Caspi, L., Roccas, S., & Sagiv, L. (2012). Don't judge a book by its cover, revisited: perceived and reported traits and values of attractive women. *Psychological Science*, 23(10), 1112-1116.

Shalabh, H., T. (2009). *Statistical analysis of designed experiments*. New York: Springer.

Singer, T., B., Seymour, J., P., O'Doherty, K., E., Stephan, R., J., Dolan, & Frith, C., D. (2006). Empathic neural responses are modulated by the perceived fairness of others. Nature 439, 466-69.

Slimbach, R. (2005). The transcultural journey. *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad*, 11, 2015-230.

Spitzer, M., Fischbacher, U., Herrnberger, B., Grön, G., & Fehr, E. (2007). The Neural Signature of Social Norm Compliance. *Neuron*, 56(1), 185–196. doi:10.1016/j.neuron.2007.09.011

Sripada, C. (2008). Nativism and Moral Psychology: Three Models of the Innate Structure That Shapes the Contents of Moral Norms. In Sinnott-Armstrong, W. (Vol. Ed.), *Moral Psychology: Vol. 1. The Evolution of Morality: Adaptations and Innateness*. Massachusetts Institute of Technology.

Townsend, J. M., & Roberts, L. W. (1993). Gender Differences in Mate Preference Among Law Students: Divergence and Convergence of Criteria. *The Journal of Psychology*, 127(5), 507–528. doi:10.1080/00223980.1993.9914888

Tractinsky, N., Cokhavi, A., Kirschenbaum, M., & Sharfi, T. (2006). Evaluating the consistency of immediate aesthetic perceptions of web pages. *International Journal of Human-Computer Studies*, 64(11), 1071–1083. doi:10.1016/j.ijhcs.2006.06.009

Tsukiura, T., & Cabeza, R. (2010). Shared brain activity for aesthetic and moral judgments: implications for the Beauty-is-Good stereotype. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 6(1), 138–148. doi:10.1093/scan/nsq025

Turiel, E. (1983). Domains and categories in social cognitive development. In W. Overton (Ed.), *The relationship between social and cognitive development* (pp. 53–90). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Wallon, H. (1979). *Do ato ao pensamento*. Moraes editores. (obra original publicada em 1970).

Wikstrom, P.-O. H., & Svensson, R. (2010). When does self-control matter? The interaction between morality and self-control in crime causation. *European Journal of Criminology*, 7(5), 395–410. doi:10.1177/1477370810372132

Wikström, P., H., & Treiber, K. (2007). The Role of Self-Control in Crime Causation. *European Journal of Criminology*, 4 (2), 237-264.

Wilson, E. (2012). *The social conquest of the earth*. New York: Liveright Publishing Corporation

Van't Wout, M., & Sanfey, A. G. (n.d.). Friend or Foe: The effect of implicit trustworthiness judgments in social decision-making. *PsycEXTRA Dataset*. doi:10.1037/e722292011-008

Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: Preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35(2), 151–175. doi:10.1037/0003-066x.35.2.151

Zuckerman, M., & Sinicropi, V. (2011). When Physical and Vocal Attractiveness Differ: Effects on Favorability of Interpersonal Impressions. *Journal of Nonverbal Behavior*, 35(2), 75–86. doi:10.1007/s10919-011-0106-5

ANEXOS

ANEXO 1

Cenários *Knobe effect*

Cenário Fábrica	
Condição Boa	**Condição Má**
"O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração da fábrica e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros e a ajudar o ambiente!". *O presidente da administração disse: "Não me interessa de nada se vou ajudar o ambiente! Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"* *A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser ajudado."* 1 – Em que medida pode o vice-presidente ser louvado por ter ajudado o ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O vice-presidente da fábrica teve intenção de ajudar o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros mas também irá prejudicar o ambiente.* *O presidente da administração disse: "Não me interessa de nada se vou prejudicar o ambiente. Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"* *A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser prejudicado."* 1 – Em que medida pode o Presidente ser culpado por ter prejudicado o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O vice-presidente da fábrica teve intenção de prejudicar o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Fábrica	
Condição Boa	**Condição Má**
"O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração da fábrica e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros e a ajudar o ambiente!". *O presidente da administração disse: "Não me interessa de nada se vou ajudar o ambiente! Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"* *A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser ajudado."* 1 – Em que medida pode o vice-presidente ser louvado por ter ajudado o ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O vice-presidente da fábrica teve intenção de ajudar o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O vice-presidente de uma companhia fabril dirigiu-se à administração e disse: "Estamos a pensar em iniciar um novo programa. Este programa irá ajudar-nos a aumentar os lucros mas também irá prejudicar o ambiente.* *O presidente da administração disse: "Não me interessa de nada se vou prejudicar o ambiente. Eu só quero fazer o maior lucro que conseguir! Vamos começar já esse programa!"* *A companhia iniciou o novo programa. Garantidamente, o ambiente acabou por ser prejudicado."* 1 – Em que medida pode o Presidente ser culpado por ter prejudicado o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O vice-presidente da fábrica teve intenção de prejudicar o Ambiente? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Terrorista	
Condição Boa	**Condição Má**
"Um terrorista diz ao seu líder: "estamos a planear bombardear uma discoteca. Isso vai permitir-nos matar muitos americanos e também irá reduzir os custos da propriedade ajudando um orfanato próximo a expandir a sua área". *O líder responde: "Seria bom ajudar o orfanato a expandir a sua área, mas isso não me interessa. Tudo o que me interessa é matar o máximo possível de Americanos." O terrorista bombardeia a discoteca e o orfanato expandiu-se."* 1 – Em que medida pode o terrorista ser louvado por ter ajudado o Orfanato? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O terrorista teve intenção de ajudar o orfanato? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"Um terrorista diz ao seu líder: "estamos a planear bombardear uma discoteca. Isso vai permitir-nos matar muitos americanos e também irá matar alguns australianos que estarão por lá".* *O líder diz: " Bem, seria bom matar alguns Australianos, mas isso não me interessa. Tudo o que me interessa é matar o máximo de Americanos possível."* *O terrorista bombardeia a discoteca e alguns australianos foram mortos."* 1 – Em que medida pode o terrorista ser culpado por matar australianos? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O terrorista teve intenção de matar australianos? (Assinale a sua resposta com um **X** numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Herança	
Condição Boa	**Condição Má**
"O André diz à sua mulher: "O meu pai decidiu deixar a sua imensa fortuna a apenas um dos seus filhos. Para ser seu herdeiro eu tenho que encontrar uma forma de ser o seu filho favorito. Mas não consigo perceber como". *A sua mulher responde: "O teu pai sempre admirou pessoas que doam dinheiro a organizações ajuda humanitária. Podias doar dinheiro a uma dessas organizações mesmo que não te interesses por essas causas".* *André decidiu doar dinheiro a uma organização humanitária."* 1 – Em que medida pode o homem ser louvado por ter doado dinheiro a uma organização de ajuda humanitária? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O homem teve intenção de doar dinheiro a uma instituição humanitária? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O André diz à sua mulher: "O meu pai decidiu deixar a sua imensa fortuna a apenas um dos seus filhos. Para ser seu herdeiro eu tenho que encontrar uma forma de ser o seu filho favorito. Mas não consigo perceber como".* *A sua mulher responde: "O teu pai sempre detestou os vizinhos. Podias fazer algo que realmente os aborrecesse mesmo que isso de nada te interesse."* *O André decide incendiar o carro dos vizinhos."* 1 – Em que medida pode o André ser culpado por ter incendiado o carro dos vizinhos? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O André teve intenção de incendiar o carro dos vizinhos? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Comandante	
Condição Boa	**Condição Má**
"Um soldado diz ao seu comandante: "Capturamos um inimigo combatente. Ele podia dizer-nos onde estão escondidos os nossos inimigos. Mas ele está gravemente ferido e pode morrer em breve. Temos que o tratar e salvar-lhe a vida para que ele fale." *O comandante responde: "Não me interessa o que lhe acontece. Tudo o que quero é saber onde é que estão escondidos os nossos inimigos. Tratem-no!"* *O médico militar trata-o e a sua vida é salva."* 1 – Em que medida pode o comandante ser louvado por salvar a vida ao inimigo? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O comandante teve intenção de salvar a vida do inimigo? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"Um soldado diz ao seu comandante: "Capturamos um inimigo combatente. Ele podia dizer-nos onde estão escondidos os nossos inimigos. Mas ele é teimoso. Temos que o torturar para que ele fale."* *O comandante responde: "Não me interessa o que lhe acontece. Tudo o que quero é saber onde é que estão escondidos os nossos inimigos. Tortura-o!"* *O prisioneiro é torturado pelo soldado e fala."* 1 – Em que medida pode o comandante ser culpado por torturar o inimigo? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O comandante teve intenção de torturar o inimigo? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Pausa	
Condição Boa	**Condição Má**
"O vice-presidente de uma empresa diz ao administrador: "encontramos uma forma de aumentar a produtividade. Se concedermos aos nossos colaboradores uma hora de pausa para uma sesta eles estarão de melhor saúde e trabalharão mais". *O administrador responde: Não me interessa se eles vão dormir a sesta. Tudo o que quero é aumentar a produtividade. Vamos avançar!"* *Os trabalhadores tiveram uma hora de pausa para fazer a sesta."* 1 – Em que medida pode o administrador ser louvado por conceder aos trabalhadores uma pausa para a sesta? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 - O administrador teve intenção de conceder aos trabalhadores uma pausa para a sesta? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O vice-presidente de uma empresa diz ao administrador: "encontramos uma forma de aumentar a produtividade. Se diminuirmos as pausas dos trabalhadores, eles perderão menos tempo na cafetaria e trabalharão mais".* *O administrador diz: "Não me interessa se os trabalhadores terão uma pausa mais reduzida. Tudo o que quero é aumentar a produtividade. Vamos avançar"."* 1 – Em que medida pode o vice-presidente ser culpado por reduzir a pausa dos trabalhadores? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 - O vice-presidente teve intenção de reduzir a pausa dos trabalhadores? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Gang	
Condição Boa	**Condição Má**
"O membro de um gang diz ao seu líder: "Acabei de saber que a polícia está atrás de nós. Temos de arranjar uma forma discreta de nos livrarmos do nosso dinheiro, para que eles não tenham nada com que nos acusar". *O líder responde: "A forma mais discreta é dar todo o nosso dinheiro a uma organização de ajuda humanitária. Não me interessa se os vou ajudar mas esta é a melhor forma".* *O dinheiro é dado a uma organização humanitária."* 1 – Em que medida pode o líder do gang ser louvado por doar dinheiro a uma instituição de ajuda humanitária? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 – O líder do gang teve intenção de doar dinheiro a uma instituição de ajuda humanitária? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O membro de um gang diz ao seu líder: "Acabei de saber que a polícia está atrás de nós. Temos de arranjar uma forma discreta de nos livrarmos do nosso dinheiro, para que eles não tenham nada com que nos acusar".* *O líder responde: "A forma mais discreta é dar todo o nosso dinheiro a traficantes de armas. Não me interessa se os vou ajudar mas esta é a melhor forma". O dinheiro é dado aos traficantes de armas."* 1 – Em quem medida pode o líder do gang ser culpado por dar dinheiro aos traficantes de armas? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 – O líder do gang teve intenção de dar dinheiro aos traficantes de armas? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Kilt	
Condição Boa	**Condição Má**
"O Filipe é da Escócia, onde é costume os homens usarem um Kilt em ocasiões especiais. O Filipe está a planear ir ao casamento de um amigo na Escócia. O Filipe diz ao seu amigo Carlos, "Estou a pensar vestir este Kilt no casamento". O Amigo Carlos responde: "Se o fizeres estarás a cumprir com os costumes escoceses.". O Filipe diz: "Não me interessa de todo os costumes escoceses. Eu só quero usar o meu Kilt". Filipe usa o seu Kilt no casamento." 1 – Em que medida pode o Filipe ser louvado por cumprir os costumes portugueses? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 – O Filipe teve intenção de cumprir os costumes portugueses? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O Filipe é da Escócia, onde é costume os homens usarem um Kilt em ocasiões especiais. O Filipe está a planear ir ao casamento de um amigo em Portugal. O Filipe diz ao seu amigo Carlos, "Estou a pensar vestir este Kilt no casamento". O Amigo Carlos responde: "Se o fizeres não estarás a cumprir os costumes portugueses. "* *O Filipe diz: "Não me interessa de todo os costumes portugueses. Eu só quero usar o meu Kilt".* *Filipe usa o seu Kilt no casamento."* 1 – Em que medida pode o Filipe ser culpado por violar os costumes portugueses? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 – O Filipe teve intenção de violar os costumes portugueses? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Cão	
Condição Boa	**Condição Má**
"A Andreia vive num bairro onde todos (incluindo a Andreia) têm um cão. Uma tarde, ela está a planear sair num passeio e decide levar o seu cão. A sua amiga Carla diz-lhe: "Andreia, se saíres assim estarás a fazer o que todas as pessoas estão a fazer". A Andreia responde: "Não me interessa o que todas pessoas estão a fazer. Eu só quero ir dar um passeio com o meu cão". Ela leva o seu plano em frente e acaba efetivamente por fazer aquilo que todas as pessoas estão a fazer." 1 – Em que medida a Andreia pode ser louvada por fazer o que os outros fazem? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 – A Andreia teve intenção de fazer o que os outros fazem? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"A Andreia vive num bairro onde todos (incluindo a Andreia) têm um cão. Uma tarde, ela está a planear sair num passeio e decide não levar o seu cão. A sua amiga Carla diz-lhe: "Andreia, se saíres assim não estarás a fazer o que todas as pessoas estão a fazer".* *A Andreia responde: "Não me interessa o que todas pessoas estão a fazer. Eu só quero ir dar um passeio sem o meu cão".* *Ela leva o seu plano em frente e acaba efetivamente por fazer aquilo que mais ninguém está a fazer."* 1 – Em que medida pode a Andreia ser culpada por fazer o que os outros não fazem? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 – A Andreia teve intenção de fazer o que os outros não fazem? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

Cenário Caneca	
Condição Boa	**Condição Má**
"O Edgar estava a sentir-se desidratado e por isso parou numa cafetaria para comprar o maior batido que encontrasse disponível. Antes de pedir, o empregado disse-lhe que se ele comprasse o batido de tamanho mega teria direito a uma caneca comemorativa especial. *O Edgar respondeu: "Não me interessa a caneca comemorativa, eu só quero o maior batido que tiver disponível."* *Efectivamente o Edgar recebeu o batido tamanho Mega e a caneca comemorativa."* 1 – Em que medida pode o Edgar ser louvado por obter a caneca comemorativa? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada louvado" e 7 significa "Muito Louvado") 2 – O Edgar teve intenção de obter a caneca comemorativa? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")	*"O Edgar estava a sentir-se desidratado e por isso parou numa cafetaria para comprar o maior batido que encontrasse disponível. Antes de pedir, o empregado disse-lhe que os batidos de tamanho Mega estavam agora mais caros um euro do que o habitual.* *O Edgar respondeu: "Não me interessa se tenho que pagar mais um euro, eu só quero o maior batido que tiver disponível."* *Efectivamente o Edgar recebeu o batido tamanho Mega e pagou mais um euro por ele."* 1 – Em que medida pode o Edgar ser culpado por pagar mais um euro pela bebida? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nada Culpado" e 7 significa "Muito culpado") 2 – O Edgar teve intenção de pagar mais um euro pela bebida? (Assinale a sua resposta com um X numa escala de 1 a 7 em que 1 significa "Nenhuma intenção" e 7 significa "Toda a intenção")

ANEXO 2

Formulário de Consentimento Informado

Formulário de Consentimento Informado

O presente estudo visa a avaliação de faces quanto a um conjunto de questões de resposta simples e directa.

A sua tarefa consiste em visualizar um conjunto de imagens de faces de adultos, homens e mulheres, a surgir no monitor de um computador. A essas imagens ser-lhe-á solicitada a resposta a algumas questões.

Salienta-se que da sua participação no estudo, ou recusa em participar, não advêm quaisquer benefícios ou penalizações para si.

Reforça-se mais uma vez a importância da sua colaboração para uma melhor compreensão dos processos em estudo, garantindo-se que os seus resultados são estritamente anónimos e confidenciais. Os resultados não serão tratados de forma individual, mas apenas analisados em grupo e ninguém terá acesso aos seus dados individuais. Caso o solicite, ser-lhe-ão fornecidos os resultados que vierem a ser divulgados em publicações científicas.

Caso deseje interromper o estudo, solicite-o ao experimentador, em qualquer momento.
A assinatura deste consentimento pressupõe que tomou conhecimento dos objetivos do estudo e procedimentos a realizar e que aceita que as informações prestadas sejam utilizadas no âmbito da investigação.

Eu, _____, declaro que aceito participar voluntariamente na pesquisa relacionada com a avaliação de faces conduzida por Vanessa Santana e, no âmbito da dissertação de mestrado em Criminologia, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Fui esclarecido sobre os objetivos deste trabalho, tendo sido igualmente informado de que este estudo se realizará com recurso a instrumentos de avaliação psicológica. Foi-me transmitido que sou livre de interromper, parar e/ou desistir a qualquer momento do estudo. Fui informado de que da minha participação ou recusa em participar não advém qualquer benefício ou penalização. De igual modo, foi-me garantida a salvaguarda da confidencialidade

e anonimato e fui informado de que os dados não serão tratados individualmente mas apenas em grupo.

Tomei conhecimento dos objetivos do estudo e aceito que as informações decorrentes da minha participação sejam analisadas e utilizadas pela equipa científica, no âmbito deste estudo.

_____, _____ de _____ de _____

O participante

_____

A investigadora

_____